



SOCSCI

Recenseamento e inquérito a associações científicas portuguesas: relatório de pesquisa

Ana Delicado, ICS-UL (coord.)

Raquel Rego, SOCIUS-ISEG-UTL

Inês Pereira, CIES-IUL

Cristina Palma Conceição, CIES-IUL

Cristiana Bastos, ICS-UL

Luís Junqueira, ICS-UL

Patrick Figueiredo, ICS-UL

Fevereiro de 2011

Projecto SOCSCI Sociedades Científicas na Ciência Contemporânea

PTDC/CS-ECS/101592/2008



CIES centro de investigação e estudos de sociologia
centre for research and studies in sociology



FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Índice

I. Recenseamento de associações científicas portuguesas.....	3
Metodologia.....	3
Resultados.....	11
II. Inquérito a associações científicas portuguesas.....	25
Metodologia.....	25
Resultados.....	26
III. Análise dos estatutos de associações científicas portuguesas.....	79
Metodologia.....	79
Resultados.....	80
Referências.....	112
Anexos.....	116
a. Quadros do recenseamento de associações.....	116
b. Questionário de inquérito às associações.....	121
c. Quadros do inquérito a associações.....	131
d. Grelha de análise dos estatutos das associações.....	132

I. Recenseamento de associações científicas portuguesas

Uma das primeiras tarefas previstas no projecto de investigação consistia na identificação das sociedades e associações científicas portuguesas. Esta actividade permitiria não só conhecer e delimitar o universo em estudo, mas também fornecer as bases para a selecção dos estudos de caso a executar.

Metodologia

Um ponto de partida essencial para a tarefa de recensear o universo de associações científicas em Portugal seria circunscrever o âmbito deste conceito, caracterizando as organizações por ele compreendidas. Porém, na escassa bibliografia da área a explicitação do conceito de associação científica está praticamente ausente. Nem nos trabalhos de Schofer (2003) sobre associações científicas internacionais, nem no estudo de Schimank (1988) sobre as associações científicas na Alemanha, nem mesmo na caracterização de Rilling (1986) da Sociedade Alemã de Química é problematizada a questão de como definir uma associação científica. A única excepção encontrada foi o inquérito conduzido por Moreau *et al* a sociedades científicas médicas em França, com o objectivo de construir uma definição consensual, tendo chegado ao seguinte resultado: “Grupo organizado, num dado campo disciplinar, cujos aderentes têm por objectivo dar conta dos seus trabalhos. Melhorar o conhecimento no seu domínio, assegurar a formação e a investigação, disseminar os resultados das suas actividades, apoiar e promover a sua disciplina”. No entanto esta definição é insuficiente para dar conta da diversidade de organizações implicadas no campo científico que se pretendia considerar neste projecto de investigação.

Por outro lado, ao contrário de outras áreas mais reguladas em Portugal (como o ambiente, a saúde, a juventude), verifica-se a ausência tanto de uma definição legal de associação científica como de um registo centralizado destas instituições.¹ Igualmente, a única organização agregadora da área, a Federação Portuguesa das Associações e Sociedades Científicas (FEPASC), criada no início dos anos 90 (Gonçalves 1996) está praticamente inactiva, pelo que a sua representatividade é questionável.

¹ Em França, o Comité de Travaux Historiques et Scientifiques mantém um anuário online de associações científicas: <http://www.cths.fr/an/selec.php?sc=ss>

O recenseamento de associações partiu assim não de uma definição de associações nem de um registo pré-existente, mas sim da combinação de uma pluralidade de fontes disponíveis: Fundo de Apoio à Comunidade Científica da FCT (financiamento anual a Sociedades Científicas entre 2002 e 2006); Roteiro de Ciência e Tecnologia² (Vieira e Fiolhais 2001); base de associações profissionais³ (sectores Educação e ciência, Engenharia e tecnologias, Saúde); associações que participaram em acções promovidas pela Agência Ciência Viva; portais e listagens online (Geoport, Naturlink, Psicologia.com, Universia, Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa); site de publicações online do Ministério da Justiça (que agrupa os actos societários de associações, disponível desde o final de 2007; pesquisa por “sociedade portuguesa” e “científica”); pesquisas no motor de busca Google por “associação científica” e “sociedade científica” em “site:pt”; notícias de imprensa; recomendação ou conhecimento pessoal.

Deste exercício resultou uma listagem de mais de 530 associações, muitas cuja ligação à ciência era questionável ou cuja proximidade a outras áreas (ambiente, juventude, saúde, cultura, desenvolvimento local, profissões) tornavam a sua inclusão discutível. Foram então definidos vários critérios de inclusão e exclusão das associações (Tabela 1.1).

² Também disponível em: <http://nautilus.fis.uc.pt/roteiro/associacoes.htm>

³ Base de dados construída no âmbito do projecto de investigação do CIES-ISCTE "Profissões em Portugal", que decorreu entre 2001 e 2002, <http://bdapp.cies.iscte.pt/>

Tabela 1.1 Critérios de inclusão e exclusão das associações científicas

	Inclusão	Exclusão
Auto-definição	Como “associação científica”	
Estatuto legal	Associações privadas sem fins lucrativos, algumas associações de direito público (Ordens) Formalizadas	Estado (Academia das Ciências), empresas, associações municipais
Finalidades estatutárias	Fins científicos	
Actividades	Promoção da ciência, divulgação da ciência, regulação da ciência	Exclusivamente investigação (centros de investigação com o estatuto IPsFL)
Científicas vs. “de cientistas”	Associações científicas Associações “de cientistas” (sindicatos, associações de bolseiros)	
Tipo predominante de membros	Cientistas	
Âmbito geográfico	Nacional, regional, local	Internacional
Filiação noutras associações		Secções ou núcleos de associações incluídas na base Secções ou núcleos de organizações internacionais
Definição de ciência	Alargada (inclui ciências sociais e humanidades)	Áreas técnicas Para-ciências

Foram então definidos 4 critérios primordiais de avaliação das associações:

- Tem designação de associação científica
- Tem fins científicos (explícitos nos estatutos)
- Desenvolve actividades científicas
- Cientistas são um tipo significativo de membros (em número ou nos cargos de direcção)

Considerou-se ainda uma lista alargada de actividades definidas como “científicas”, com base na revisão da literatura efectuada:

- Promoção da ciência (financiamento, prémios, infra-estruturas)

- Comunicação da ciência (entre pares)
- Divulgação da ciência (na sociedade, transferência de tecnologia)
- Regulação da ciência (dos profissionais, da actividade científica)
- Representação de interesses (da ciência, dos cientistas) junto do poder político
- Aconselhamento científico de políticas públicas, de decisões políticas e administrativas

Com recurso a documentação e à internet, procurou-se reunir informação sobre as associações recenseadas de modo a sustentar a aplicação destes critérios.⁴ Foi assim constituída uma base de dados onde consta a nome da associação, morada e contactos, webpage, data de fundação, área científica, tipo, objectivos e actividades. Foram também coligidos documentos respeitantes às associações: estatutos e códigos deontológicos (ver parte III deste relatório).

Esta tarefa foi dada como terminada em Outubro de 2010, total de 402 associações. Porém, a partir dos resultados do inquérito (ver Parte II) e de um novo esforço de actualização de dados realizado em Fevereiro de 2011, foram ainda adicionados novos registos à base,⁵ que totaliza actualmente 436 associações.⁶

De modo a organizar este amplo universo, foi construída uma tipologia, tendo por base a informação relativa a actividades e objectivos. Mais uma vez, a literatura é escassa neste domínio. Apenas Schofer, no que respeita às associações científicas internacionais, distingue as associações científicas profissionais, centradas em "1) os interesses profissionais de um campo científico específico, 2) standards científicos e nomenclatura (...) 3) a promoção de conhecimento científico, (2003: 83), sendo "associações de e para cientistas" (2003:85), das associações socialmente orientadas, que "apoiam a ciência de forma a resolver problemas sociais, como o desenvolvimento económico, a degradação ambiental, guerra, armas nucleares e ética", tendo como actividades: "1) levar informação científica aos cidadãos e aos decisores políticos (...), 2) promoção da ciência e de políticas de ciência que melhorem directamente

⁴ Deste processo resultou a exclusão de mais de 150 associações: sindicatos (excepto os directamente ligados a cientistas); centros de investigação (exclusivamente dedicados a actividades de investigação); associações de técnicos, sem fins científicos; associações de medicina não convencional; associações de professores sem referência a disciplina científica (ex. organizadas por região); associações de desenvolvimento local ou património, sem fins científicos; secções não autónomas de sociedades científicas (ex. Sociedade Portuguesa de Ciências Médicas, Sociedade Portuguesa de Geologia); associações de estudantes, sem fins científicos; associações de empresas ou municipais; associações internacionais com sede em Portugal.

⁵ A base de dados foi criada em formato Access e todos os tratamentos estatísticos a seguir apresentados foram executados através do mesmo programa.

⁶ Porém, presume-se quem nem todas estas associações se mantenham em actividade, nem que o processo de recenseamento tenha sido inteiramente exaustivo, pelo que este número deverá ser considerado aproximado.

problemas sociais (...), 3) promoção da ética na aplicação da ciência” (2003: 85). Ainda que pertinente, esta dicotomia é insuficiente para dar conta da diversidade das situações encontradas nas associações portuguesas.

Assim, separaram-se em primeiro lugar as associações de natureza essencialmente científica (que cumprem todos os critérios estipulados: com fins científicos explícitos nos estatutos, que desenvolvem actividades científicas, compostas presumivelmente sobretudo por cientistas) das associações que, não sendo estritamente científicas, cumprem alguns dos critérios estipulados (sobretudo ao nível das actividades), considerando-se que mantêm alguma forma de relação com o campo científico. Dentro destes dois grupos foram ainda encontradas outras sub-divisões (Tabela 1.2).

Tabela 1.2 Tipologia de associações científicas

Associações científicas (sentido estrito)	Associações disciplinares
	Associações profissionais de cientistas
	Associações de divulgação científica
	Outras associações científicas
Associações com ligações ao campo científico (associações científicas em sentido lato)	Associações de profissionais técnico-científicos
	Associações de ambiente
	Associações de saúde
	Associações de outro âmbito

Nas associações científicas em sentido estrito podem distinguir-se as associações disciplinares (organizadas segundo disciplinas científicas ou áreas temáticas interdisciplinares), as associações profissionais de cientistas (cuja finalidade principal é defender os interesses dos investigadores científicos), as associações de divulgação científica (dedicadas quase exclusivamente a esta actividade) e um pequeno grupo residual (que reúne as organizações que não se enquadram nas categorias anteriores).⁷

Dentro do grupo das associações com relações com o campo científico, podem discriminar-se as associações de profissionais técnico-científicos (destinadas sobretudo a defender os interesses dos profissionais de áreas técnico-científicas, entre os quais se incluem

⁷ Por exemplo, associações temáticas (protecção contra radiações, recursos hídricos, energia solar, energia nuclear), associações de cooperação para o desenvolvimento de cariz científico (Scientists in the World, Associação para a Cooperação e Desenvolvimento Garcia da Orta).

investigadores, ainda que não sejam predominantes) e as associações de outras áreas (ambiente, saúde, outras) que incluem actividades científicas (divulgação científica, promoção da investigação) no seu âmbito de actuação.

Uma das fronteiras mais difíceis de traçar situa-se entre as associações disciplinares e as associações de profissionais científicos e técnicos.⁸ Neste caso, a classificação de cada associação seguiu dois critérios principais: a designação e os objectivos segundo os estatutos. Foram consideradas disciplinares as associações cuja designação se baseia na disciplina (ex. física, neurociências, sociologia) e de profissionais científicos e técnicos as associações cujo nome remete para a profissão (biólogos, geógrafos, professores de biologia). Porém, nos casos em que os objectivos estatutários apontam primordialmente para a promoção da disciplina e não para a defesa dos interesses dos profissionais, esta classificação foi revertida. Foram encontrados vários casos de coexistência dos dois tipos de associação na mesma área disciplinar, geralmente distinguindo-se pela designação sociedade vs. associação (ver Tabela 1.3). Na maioria das áreas, porém, existe uma única associação vocacionada para ambas as funções.

Tabela 1.3 Exemplos de associações disciplinares e profissionais na mesma área científica

<p>Sociedade Portuguesa de Bioquímica “promover, cultivar e desenvolver em Portugal a investigação e o ensino da Bioquímica e ciências afins e facilitar o convívio e troca de ideias entre os seus sócios.”</p>	<p>Associação Nacional de Bioquímicos “A associação tem como objecto: Divulgação à sociedade em geral do que é a Bioquímica, objectivos, meios, função e importância; defesa dos direitos dos licenciados em Bioquímica; Promoção do intercâmbio entre Universidades, Indústria, do ponto de vista da Bioquímica e dos seus licenciados; Defesa dos interesses dos estudantes das licenciaturas em Bioquímica.”</p>
<p>Sociedade Geológica de Portugal “no plano nacional, fomentar o desenvolvimento dos conhecimentos no domínio das Ciências geológicas e cooperar com outras entidades interessadas naquelas ciências; no plano internacional, colaborar com os organismos estrangeiros afins e promover a sua representação sempre que possível.”</p>	<p>Associação Portuguesa de Geólogos “estudo e defesa dos interesses dos profissionais da geologia, inseridos nos interesses mais gerais da colectividade nacional, nos aspectos técnico-científicos, da ética profissional, económico e social”</p>

⁸ Sobre esta proximidade, ver também Lousada 2004: 40-41

Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa

“contribuir para o aperfeiçoamento dos conhecimentos médicos em todos os ramos, nos seus aspectos teóricos e aplicados, de carácter individual, colectivo e social”

Ordem dos Médicos

“Defender a ética, a deontologia e a qualificação profissional médicas, a fim de assegurar e fazer respeitar o direito dos utentes a uma medicina qualificada; Fomentar e defender os interesses da profissão médica a todos os níveis, nomeadamente no respeitante à promoção sócio-profissional, à segurança social; Promover o desenvolvimento da cultura médica e concorrer para o estabelecimento e aperfeiçoamento constante do Serviço Nacional de Saúde, colaborando na política nacional de saúde em todos os aspectos, nomeadamente no ensino médico e carreiras médicas; Dar parecer sobre todos os assuntos relacionados com o ensino, com o exercício da medicina e com a organização dos serviços que se ocupem da saúde, sempre que julgue conveniente fazê-lo, junto das entidades oficiais competentes ou quando por estas for consultada; Velar pelo exacto cumprimento da lei, do presente Estatuto e respectivos regulamentos, nomeadamente no que se refere ao título e à profissão de médico, promovendo procedimento judicial contra quem o use ou a exerça ilegalmente; Emitir a cédula profissional e promover a qualificação profissional dos médicos pela concessão de títulos de diferenciação e pela participação activa no ensino pós-graduado.”

Sociedade de Geografia de Lisboa

“O estudo e conhecimento da geografia nos seus diversos ramos, princípios, relações e progressos; O estudo e o conhecimento especial da geografia, da história e da etnologia portuguesa; O desenvolvimento das relações e permutações científicas, e a representação de Portugal, no movimento internacional de trabalho e cooperação de estudo, especialmente enquanto importe às ciências geográficas”

Associação Portuguesa de Geógrafos

“contribuir para a valorização profissional e a correcta actuação deontológica dos geógrafos no sentido de melhor servir a sociedade e o território, fomentando, desenvolvendo e difundindo a ciência geográfica portuguesa e as suas aplicações.”

Sociedade Portuguesa de Psicologia

“a Sociedade Portuguesa de Psicologia é uma associação científica, com personalidade jurídica e sede em Lisboa, constituída por pessoas de nacionalidade portuguesa ou estrangeira que exerçam actividade em Psicologia”

Associação dos Arqueólogos Portugueses

“promover em Portugal o desenvolvimento dos estudos científicos e artísticos no âmbito da Arqueologia e História, especialmente nacionais, agrupando as pessoas que se interessem e desejem levar a cabo esses estudos, estabelecendo relações com as sociedades congéneres estrangeiras, mantendo um museu acessível ao público e cooperando com as entidades oficiais ou particulares que tenham a seu cargo a defesa, salvaguarda e valorização dos locais de interesse arqueológico e histórico, ou se interessem por esses intuitos.”

Ordem dos Psicólogos

“É missão da Ordem exercer o controlo do exercício e acesso à profissão de psicólogo, bem como elaborar as normas técnicas e deontológicas respectivas e exercer o poder disciplinar sobre os seus membros, no quadro de um regime disciplinar autónomo.”

Associação Profissional de Arqueólogos

“Contribuir para a salvaguarda, estudo, valorização e divulgação do património arqueológico; Elaborar e aprovar os regulamentos internos de natureza associativa e profissional e pronunciar-se sobre a legislação relativa ao domínio da Arqueologia e aos actos próprios da profissão de arqueólogo; Promover a dignidade e prestígio da profissão e da função social do arqueólogo; Defender os interesses, direitos e prerrogativas dos associados; Promover a valorização profissional e científica dos seus associados; Promover a defesa dos princípios deontológicos da profissão, nomeadamente os presentes no Código Deontológico da APA; Colaborar com instituições de ensino e outras em iniciativas que visem a formação do arqueólogo; Fomentar a colaboração e a solidariedade entre os arqueólogos, promovendo o contacto e a troca de informações, através de encontros, reuniões e publicações; Organizar e desenvolver serviços úteis aos seus associados; Promover e manter relações entre arqueólogos portugueses e estrangeiros e entre a APA e as instituições equivalentes de outros países, nomeadamente através da sua filiação em quaisquer organizações relacionadas com a Arqueologia ou com a profissão de arqueólogo; Intervir publicamente em assuntos e acontecimentos de ordem nacional ou internacional que digam respeito aos arqueólogos, à Arqueologia e ao património arqueológico”

Apesar do volume de informação recolhido nesta fase do trabalho, foi a incerteza quanto à adequação desta tipologia e mesmo à forma de classificação de algumas associações que motivou a decisão de realização de um inquérito por questionário, não previsto na formulação original do projecto (ver Parte II). De qualquer forma, o esforço de recenseamento das associações científicas é essencial para cumprir um dos objectivos propostos deste projecto (disponibilizar online uma base de dados de associações) e produziu resultados cuja análise é pertinente.⁹

Resultados

No universo de 436 associações recenseadas, 335 são classificadas como associações científicas em sentido estrito e 101 como associações com alguma forma de relação com o campo científico.¹⁰ No primeiro grupo são fortemente predominantes as associações disciplinares (Figura 1.1), no segundo as associações de profissionais científicos e técnicos (Figura 1.2).

No que respeita à área disciplinar destas associações, tanto num tipo como noutro predominam as ciências médicas e da saúde (Figuras 1.3 e 1.4), seguidas das ciências naturais no e depois das ciências sociais e das ciências da engenharia.

Esta distribuição não tem qualquer correspondência linear com a estruturação do campo científico português, como pode ser demonstrado através dos resultados mais recentes do Inquérito ao potencial científico e tecnológico nacional (Figura 1.5): a área que efectua maior despesa e congrega um maior volume de recursos humanos é a das ciências da engenharia, seguida da das ciências exactas.

⁹ No Anexo a encontram-se os quadros a que correspondem os gráficos apresentados na secção seguinte.

¹⁰ Claramente as associações aqui recenseadas não abrangem todas as associações ambientais e de saúde existentes, mas sim as que foram rastreadas através dos procedimentos acima descritos, pelo que revelam alguma ligação ao campo científico.

Figura 1.1 Distribuição das associações científicas por tipo (%)

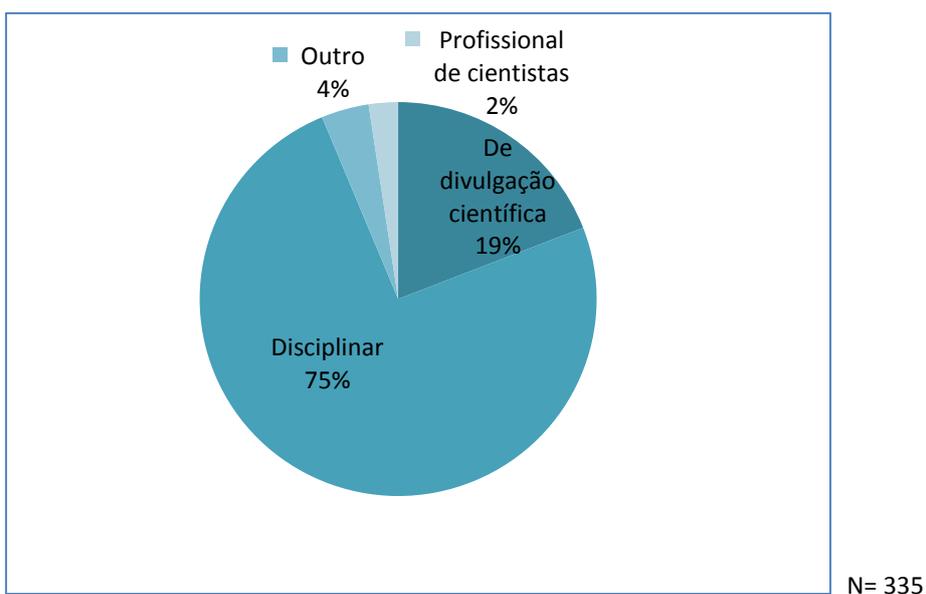


Figura 1.2 Distribuição das associações com ligações ao campo científico por tipo (%)

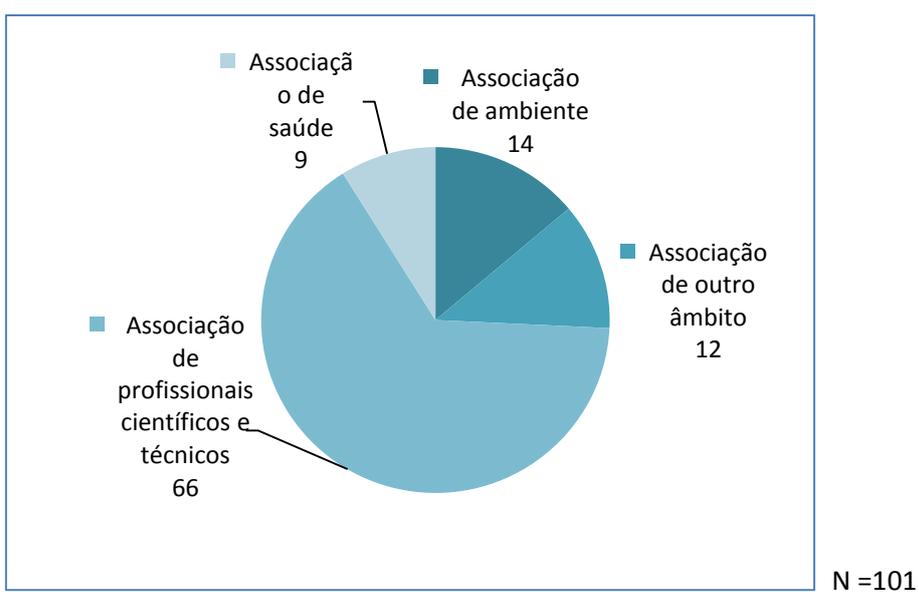


Figura 1.3 Distribuição das associações científicas por área disciplinar (%)

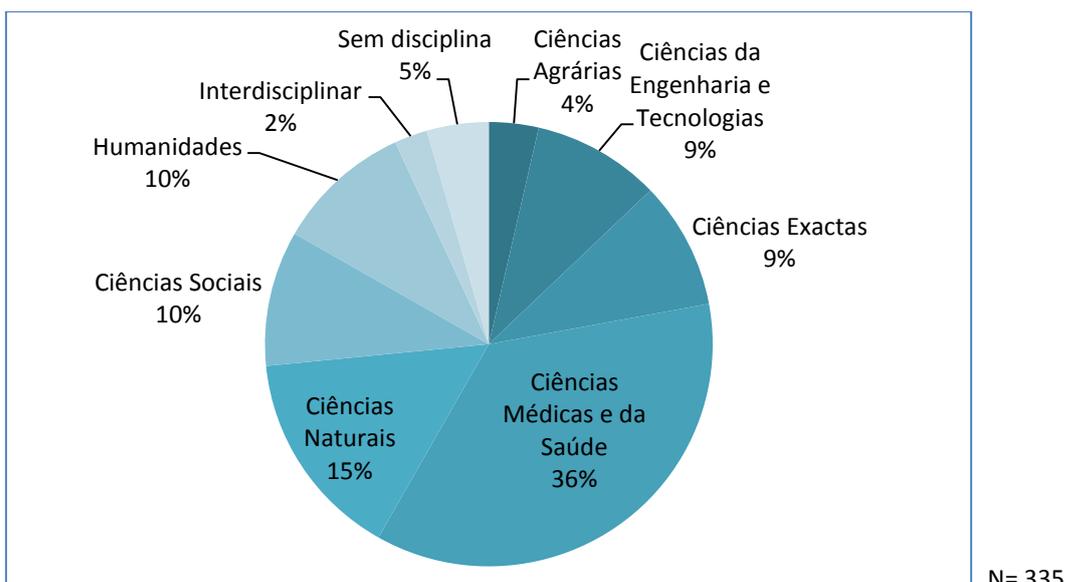


Figura 1.4 Distribuição das associações com ligações ao campo científico por área disciplinar (%)

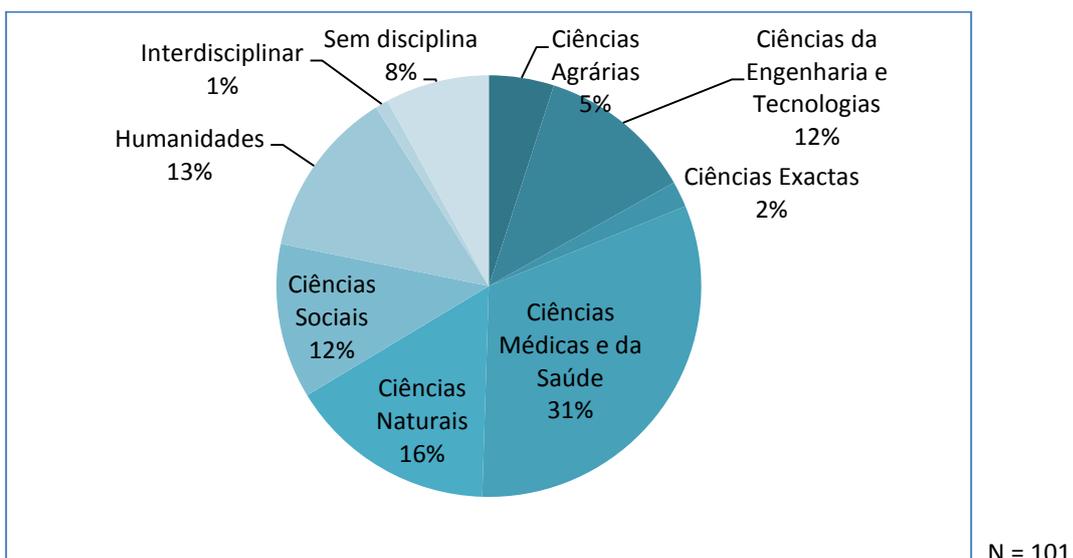
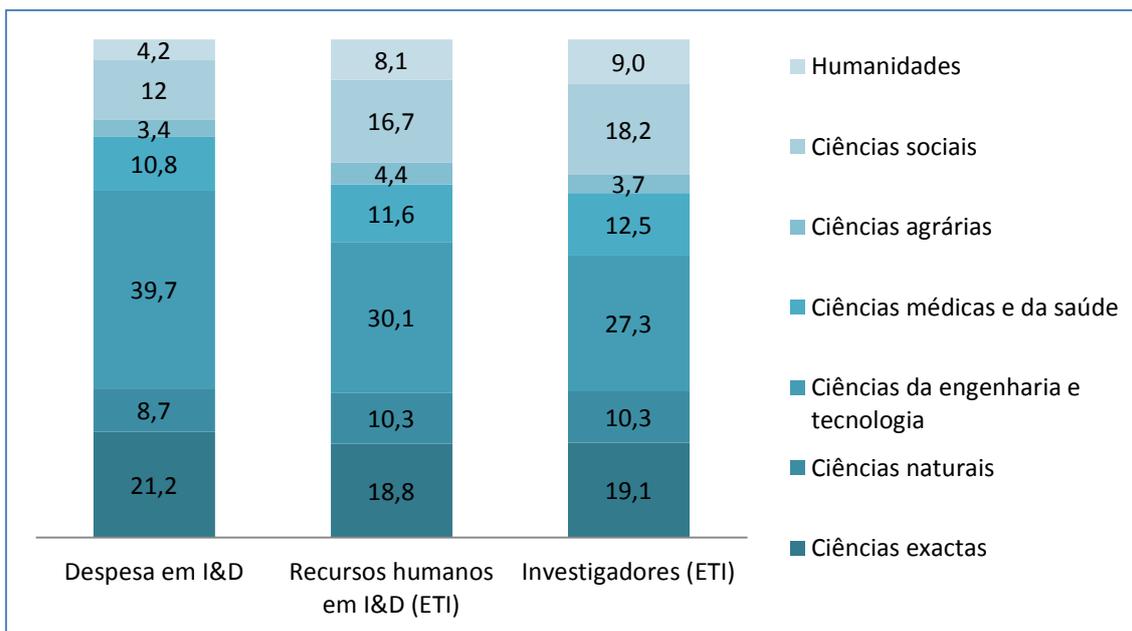


Figura 1.5 Despesa e recursos humanos em I&D por área disciplinar em 2008 (%)



Fonte: GPEARI 2011, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico 2008

O que explica a predominância das ciências médicas e da saúde no campo das associações é unicamente a sua pulverização sub-disciplinar: enquanto nas ciências exactas uma única associação representa toda uma área disciplinar¹¹ (por exemplo, a Sociedade Portuguesa de Matemática, a Sociedade Portuguesa de Física ou a Sociedade Portuguesa de Química), nas ciências da saúde existem mais de uma centena de associações divididas por especialidades e sub-especialidades médicas¹² (Moreau et al 2004 encontraram também em França 225 associações médicas), muitas originadas a partir da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa. No domínio do sistema nervoso, por exemplo, encontram-se a Sociedade Portuguesa de Neurociências, a Sociedade Portuguesa de Neuropsicologia, a Sociedade Portuguesa de Neurocirurgia, o Instituto Nacional de Psicologia e Neurociências, a Sociedade Portuguesa de Neuropatologia, a Sociedade Portuguesa de Neurologia, a Sociedade Portuguesa de Neurossonologia, a Sociedade Portuguesa de Cefaleias, a Associação Interdisciplinar para o

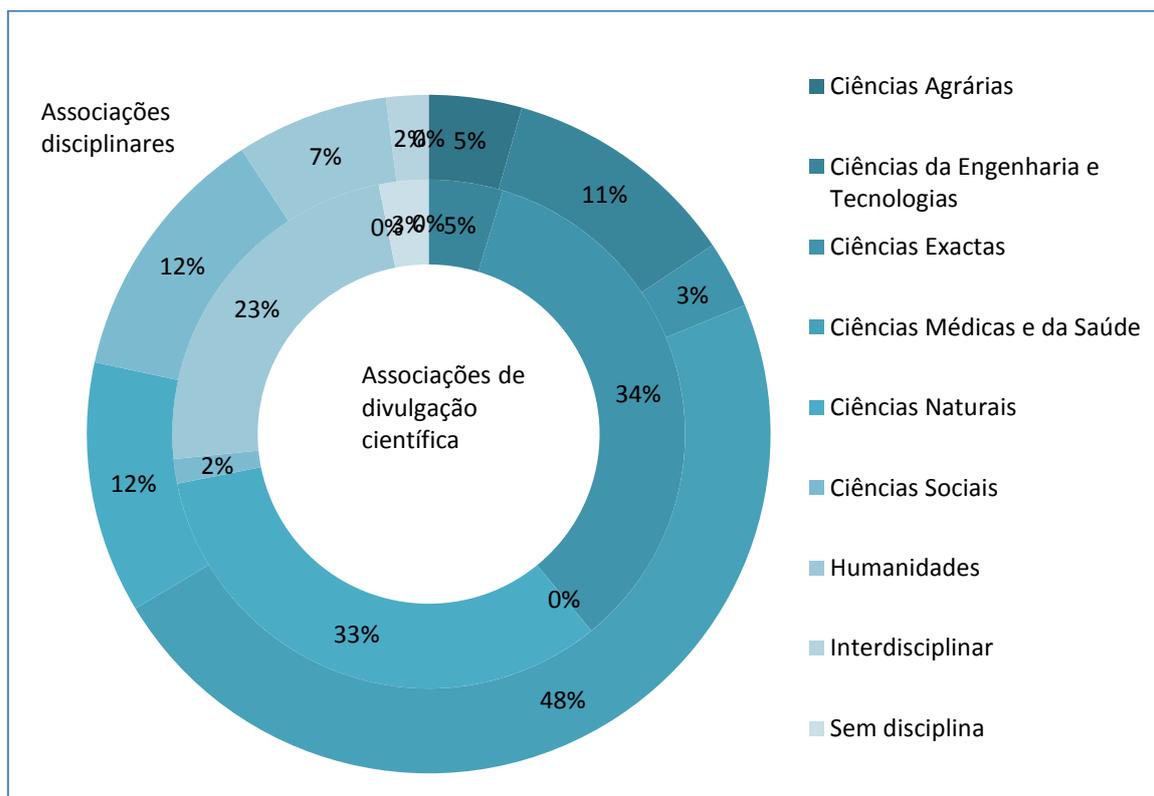
¹¹ Se bem que a divisão em núcleos ou grupos internos possa nestes casos responder à necessidade de especialização sub-disciplinar. Por exemplo, a Sociedade Portuguesa de Física inclui nove grupos: Educação; Física Atómica e Molecular; Física da Matéria Condensada; Física de Plasmas; Física Médica; Física Nuclear; Meteorologia, Geofísica e Astrofísica; Óptica, Física das Partículas.

¹² Sobre a história do desenvolvimento da especialização na medicina, ver Weisz 2003: “Eu proponho que não foi tanto a rápida expansão do conhecimento mas sim o novo desejo colectivo de expandir o conhecimento medico que inicialmente estimulou os médicos a se especializarem; apenas a especialização, acreditava-se, permitiria a observação empírica rigorosa de muitos casos, que se tinha tornado necessária na medicina académica. Foi a aceitação destes valores pelas comunidades recém-estabelecidas de investigadores clínicos que encorajou a especialização a emergir”.

Estudo da Mente. De igual modo, nas associações de profissionais científicos e técnicos, as especialidades médicas também se multiplicam. A mesma dispersão sucede ao nível de algumas disciplinas, como por exemplo a biologia (Sociedade Portuguesa de Biologia, Sociedade Portuguesa de Biologia do Desenvolvimento, Sociedade Portuguesa de Microbiologia, Sociedade Portuguesa de Microscopia Electrónica e Biologia Celular, Associação Portuguesa de Biologia Vegetal e Agro-Industrial), a psicologia (Sociedade Portuguesa de Psicologia, Sociedade Portuguesa de Psicologia Clínica, Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Psicologia da Justiça, Sociedade Portuguesa de Psicologia da Saúde, Sociedade Portuguesa de Psicologia Comunitária, Associação Portuguesa de Psicologia, Associação Portuguesa de Estudos e Intervenção em Psicologia Positiva, Associação Portuguesa de Psicologia e Psiquiatria Transcultural) ou a filosofia (Sociedade Portuguesa de Filosofia, Associação Portuguesa de Filosofia Fenomenológica, Sociedade Portuguesa de Filosofia Analítica, Sociedade de Filosofia da Educação de Língua Portuguesa, Associação Portuguesa de Teoria do Direito, Filosofia do Direito e Filosofia Social). Para Schimank (1998), a criação de uma associação é indicador da institucionalização social da disciplina; muitas associações começam como núcleos dentro de associações mais antigas, que depois se autonomizam, quando o núcleo atinge massa crítica suficiente. Assim, o crescimento das associações sucederá eventualmente em resposta à crescente especialização disciplinar da ciência (Caraça 2001, Barke 2003, Schofer 2003), mas já as razões para a concentração em algumas áreas e para a dispersão noutras terão de ser aferidas noutras fases do projecto.

É ainda interessante analisar as diferenças de distribuição por área disciplinar dentro das associações científicas em sentido estrito, nomeadamente entre as associações disciplinares e as associações de divulgação científica (Figura 1.6). Constatam-se que se as ciências médicas são predominantes nas associações disciplinares, não têm qualquer representação nas associações de divulgação científica, onde sobressaem as ciências exactas (com destaque para a astronomia) e as ciências naturais (assumindo a zoologia particular relevo).

Figura 1.6 Distribuição das associações disciplinares e de divulgação científica por área disciplinar (%)



N = 314

No que respeita ao momento de criação das associações apenas se conseguiu reunir informação suficiente para as associações científicas (81% dos casos), não para as associações com ligações ao campo científico (apenas 37% dos casos). Assim (Figura 1.7), constata-se que o número de associações científicas era irrisório até aos anos 70¹³ (devido às limitações ao associativismo e ao fraco desenvolvimento do sistema científico durante o Estado Novo), tem vindo a crescer desde então mas o aumento mais significativo deu-se na última década (quase 100 novas associações foram criadas desde 2000). Por contraste, Schimank (1988) encontrou no sistema alemão um maior número de associações científicas criadas até 1945 e uma desaceleração desde então, atribuída à saturação da necessidade de associações (não há no entanto informação de como o sistema terá evoluído desde o momento deste estudo, nos anos 80, até à actualidade).

¹³ Deste pequeno grupo fazem parte a Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa (1822), a Sociedade de Geografia de Lisboa (1875), a Sociedade Portuguesa de Ciências Agrárias (1902), a Sociedade Portuguesa de Ciências Veterinárias (1903), a Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais (1907), a Sociedade Portuguesa de Química e Física (1911), a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (1918), a Sociedade Portuguesa de Biologia (1922), a Sociedade Portuguesa de Matemática (1940), a Sociedade Geológica de Portugal (1940) e algumas Sociedades Médicas.

Figura 1.7 Distribuição das associações científicas por data de criação (nº)

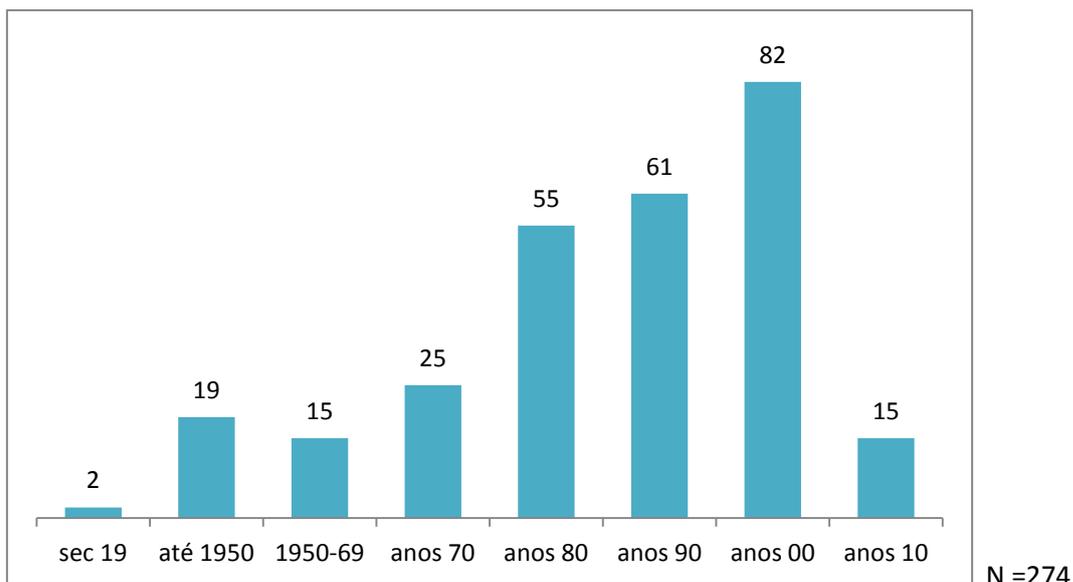
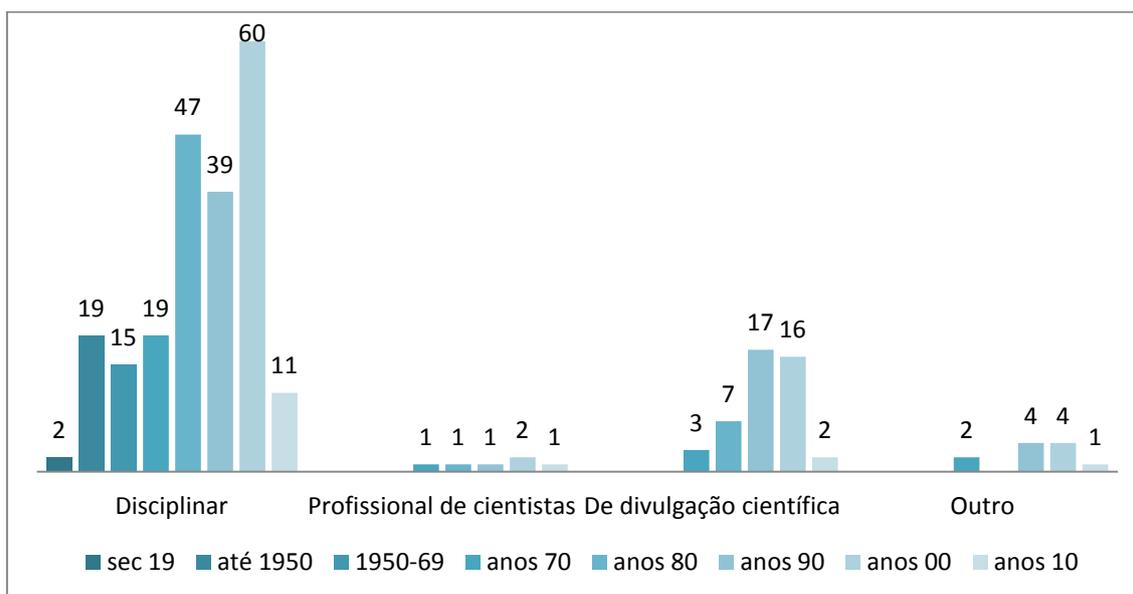


Figura 1.8 Distribuição das associações científicas por tipo e data de criação (nº)

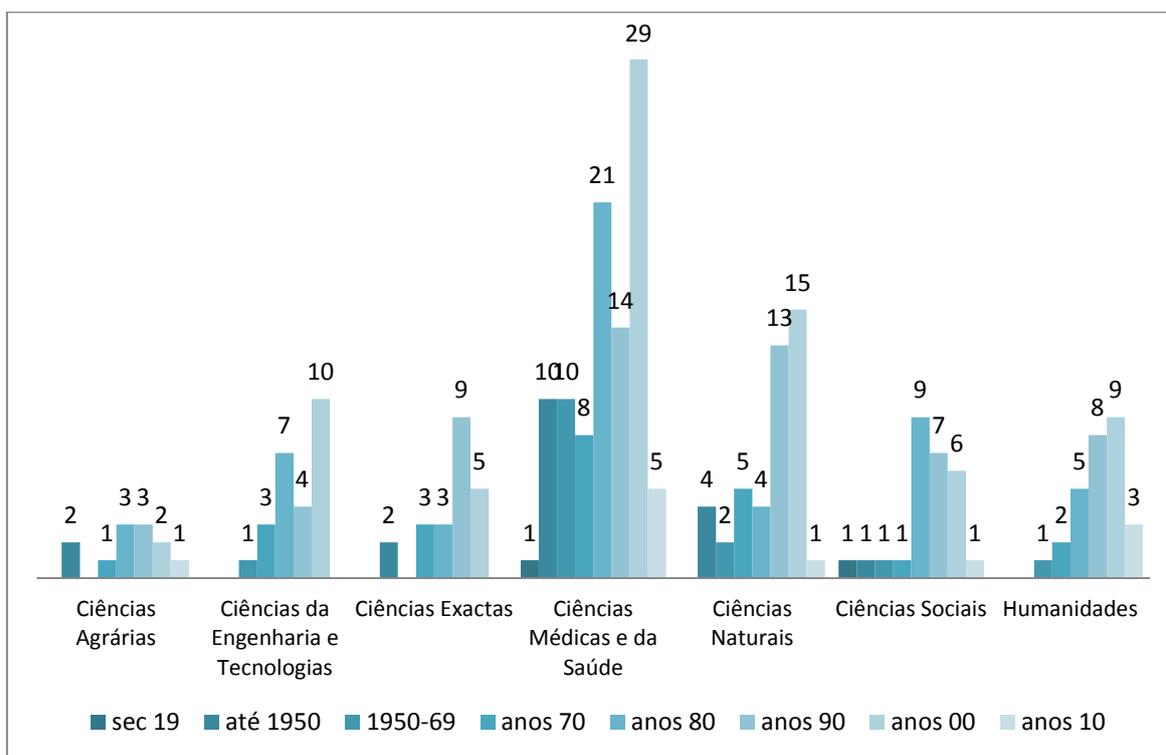


N = 274

Considerando os tipos de associações científicas (Figura 1.8), verifica-se que apenas as associações disciplinares antecedem os anos 70; os restantes tipos apenas começaram a emergir nessa década. Há a salientar o crescimento significativo das associações de divulgação científica nos anos 90 e 2000, provavelmente em resposta a um ambiente político favorável

(vide Costa et al 2005, Delicado 2006), mas também o aumento do número de associações disciplinares na primeira década do século XXI, possivelmente um efeito do crescimento do sistema científico português.

Figura 1.9 Distribuição das associações disciplinares por área disciplinar e data de criação (nº)



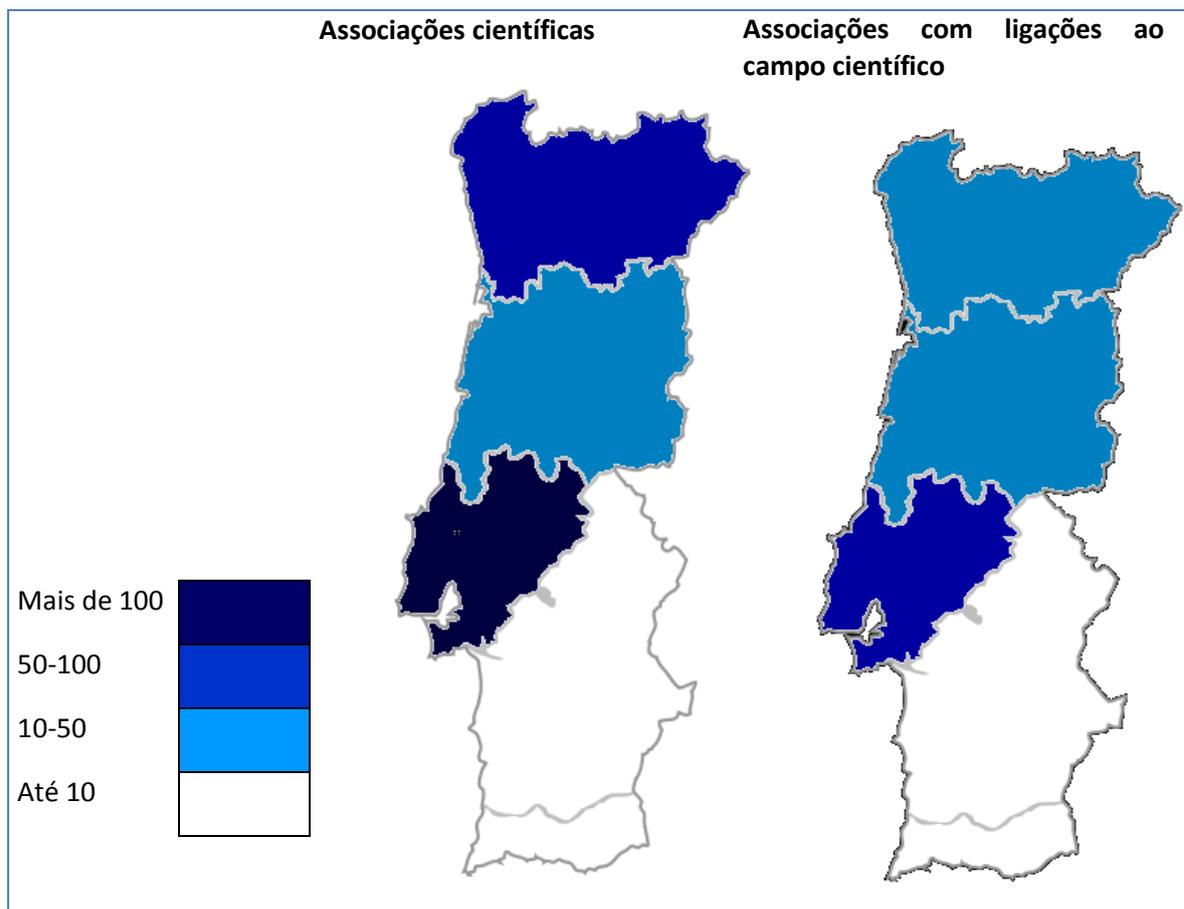
N = 256

Uma análise mais detalhada da data de criação das associações disciplinares por área disciplinar (Figura 1.9) mostra que o crescimento nas últimas décadas é transversal em quase todas as disciplinas (mas mais significativo nas ciências sociais e humanidades¹⁴) excepto nas ciências exactas e agrárias (estas últimas numa clara tendência de retracção¹⁵). As associações das ciências da engenharia revelam um pico nos anos 80 e outro nos anos 2000. Mais uma vez, estas tendências serão influenciadas tanto pelas dinâmicas de crescimento do sistema científico como pela propensão para a fragmentação interna dentro das disciplinas.

¹⁴ Praticamente proibidas em Portugal até aos anos 70 (Almeida et al 1999, Machado 2009)

¹⁵ Vide, por exemplo, a evolução do pessoal total em I&D entre 1982 e 2001 nos sectores Estado, Ensino Superior e IPsFL: as ciências agrárias passaram de 26% a 13%, enquanto as ciências sociais e humanidades revelam uma tendência inversa (de 13% a 23%) (OCES 2003: 63). Em 2008 as Ciências Agrárias já representavam apenas 6% e as ciências sociais e humanidades 33% (GPEAR 2010).

Figura 1.10 Distribuição geográfica das associações científicas e das associações com ligações ao campo científico (nº)



N = 318

Quanto à distribuição geográfica das associações recenseadas (Figura 1.10), verifica-se uma forte concentração na região de Lisboa e Vale do Tejo, mais notória no caso das associações científicas que nas associações com ligações ao campo científico. O Norte e Centro concentram a maioria das restantes associações, quanto que o menor número se encontra no Sul e Regiões Autónomas. No que respeita aos tipos de associações científicas, as associações disciplinares são as mais concentradas em Lisboa e as associações de divulgação científica as mais disseminadas pelo território. Uma análise mais detalhada, por concelho, revela a forte concentração de associações científicas em Lisboa (53%) e respectiva área metropolitana (9%), seguida de Porto (13%), Coimbra (8%) e Braga (4%). Tal explica-se não só pela contracção regional do sistema científico português,¹⁶ mas também pela localização das principais universidades portuguesas. De facto, um número considerável de associações científicas (30%)

¹⁶ Segundo os dados do IPCTN 2008, a região de Lisboa é responsável por 56% da despesa em I&D, 45% dos recursos humanos em I&D e 48% dos investigadores (GPEAR1 2011).

indica como sede as instalações de estabelecimentos de ensino superior, Laboratórios do Estado ou centros de investigação (Figura 1.11). Tal é mais comum no caso das associações disciplinares, mas também de algumas associações de divulgação científica. No caso das associações da área da medicina, algumas estão sedeadas em hospitais; no caso das associações de professores, em escolas.

Figura 1.11 Sede das associações científicas (nº)



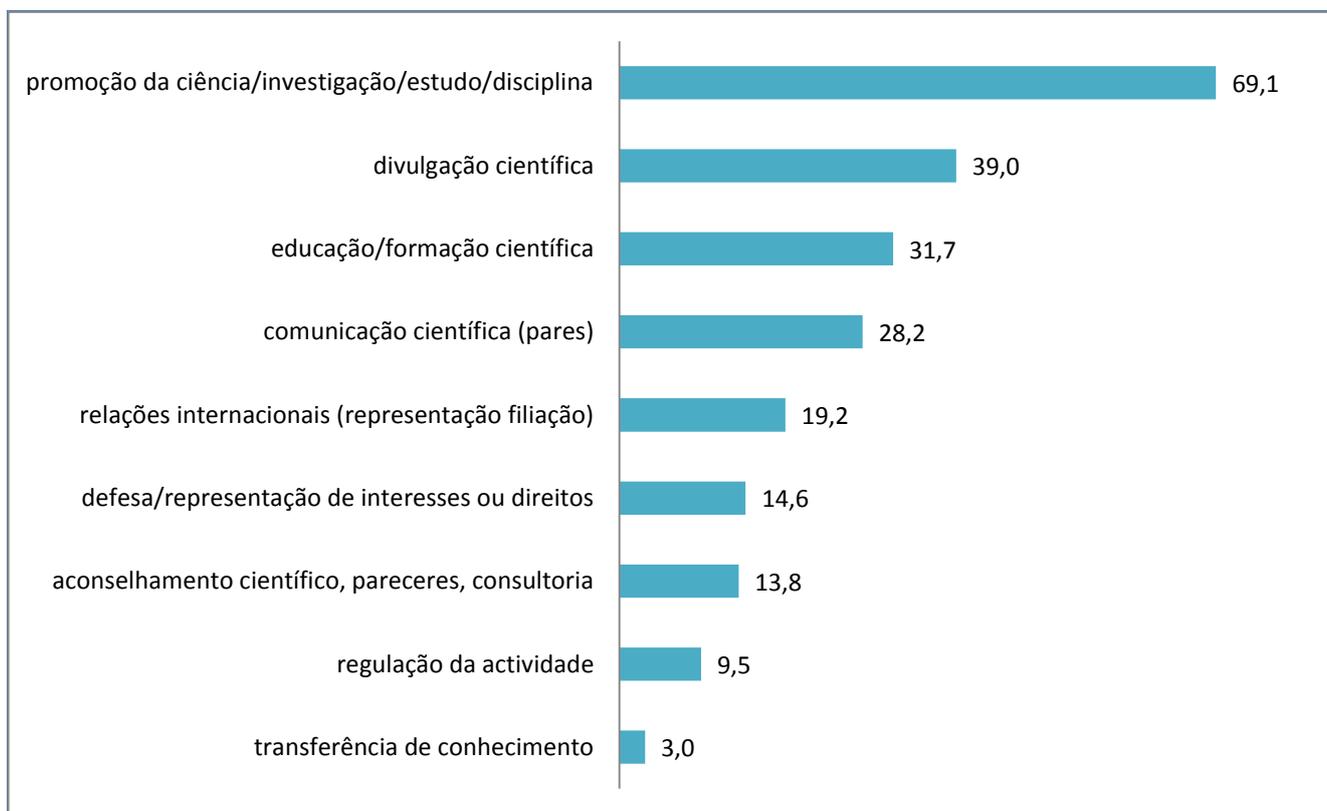
N = 129

Os objectivos das associações científicas é um dado central para a sua caracterização. O estudo de Schimank sobre associações científicas na Alemanha identifica quatro funções principais: comunicacional (difusão de resultados interna à disciplina, entre profissionais), profissional

(aconselhamento e apoio a estudantes, cursos de formação profissional, representação dos interesses junto da comunidade científica e da sociedade), transferência (promover encontro entre cientistas e utilizadores dos resultados) e promoção (promover projectos de investigação, contactos com centros de I&D e instituições políticas, aconselhamento em matéria de política científica, representação em decisões políticas e administrativas). Moreau *et al* (2004) reconheceram cinco objectivos principais das sociedades científicas médicas: desenvolvimento científico (investigar, promover, favorecer o estudo, desenvolver, difundir, dar a conhecer, coordenar, fazer progredir, publicação, informação, apresentação de trabalhos), comunicação, formação (ensino), defesa da disciplina ou profissão (representação junto das instituições), divulgar novidades da disciplina (avaliação e prevenção, qualidade, ética, educação do paciente, acreditação). Rilling (1986) salienta a plurifuncionalidade da Sociedade Alemã de Química, que opera simultaneamente como associação profissional (agência de emprego para químicos, estabelece requisitos de competências profissionais, demarcação de outras profissões) e como organizadora do processo de comunicação e reprodução do conhecimento científico (proporcionando cursos de formação, editando publicações científicas, mantendo um centro de documentação, desenvolvendo actividades de cultura científica).

No mesmo sentido, os objectivos de cariz científico das associações científicas portuguesas (patentes nos estatutos, ou, na sua ausência, noutras fontes de informação, como documentos ou websites) foram objecto de uma codificação. Verifica-se a predominância do objectivo de promoção da ciência (Figura 1.12), seguido da divulgação científica, da educação ou formação científica (cursos) e por fim, da comunicação entre pares (edição de revistas especializadas, organização de congressos). Perto de 20% das associações destaca a importância de estabelecer relações com associações internacionais congéneres. O objectivo menos frequente é a transferência de conhecimento entre academia e indústria.

Figura 1.12 Objectivos das associações científicas e das associações com ligações ao campo científico (%)



N = 337

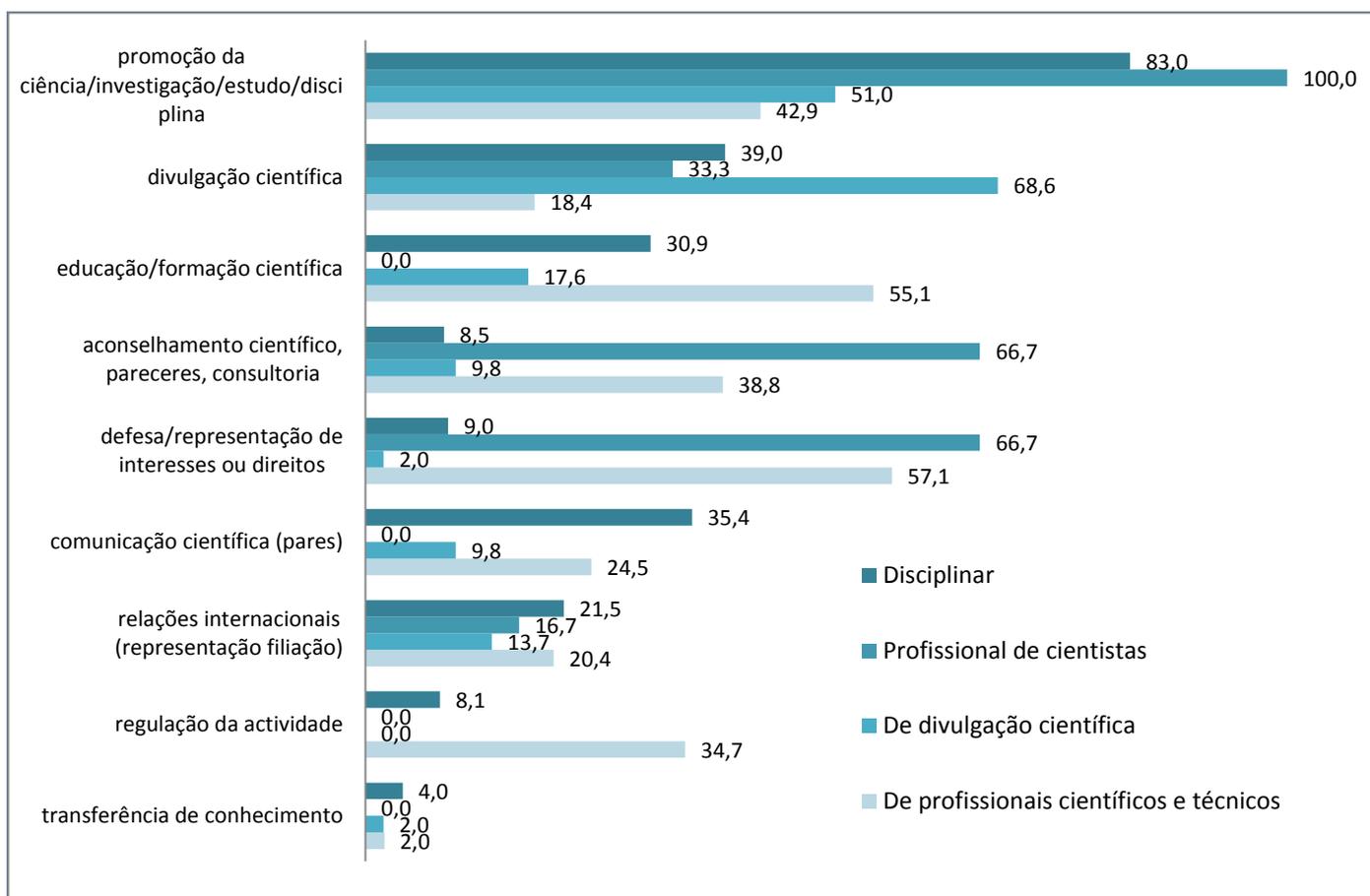
Quanto à conjugação de objectivos, constata-se que a promoção da ciência aparece isolada em 15% dos casos, combinada com a divulgação científica em 10% das associações e com a formação científica em 5% do universo.

No que respeita à diferenciação dos objectivos por tipo de associação (Figura 1.13), constata-se que a promoção da ciência é predominante em todos os tipos, excepto nas associações de profissionais técnico-científicos; que a divulgação científica é apontada pela maioria das associações dessa categoria, mas também por um número substancial das restantes.¹⁷ Finalidades de índole profissional (representação de interesses) são indicadas sobretudo por associações profissionais de cientistas e de profissionais científicos e técnicos (estas últimas também implicadas na regulação da actividade profissional, na formação e na comunicação entre pares). O aconselhamento científico (na formulação de políticas, na emissão de

¹⁷ Sobre o crescente papel das Sociedade Científicas na divulgação da ciência e promoção da cultura científica, já em 1981 Rogers afirmava que estas têm condições privilegiadas: reúnem membros com *expertise*, têm infra-estruturas e recursos para reunir grupos de peritos, têm capacidade para distinguir factos científicos de teorias e de opiniões, podem identificar os limites do conhecimento actual. O relatório de Felt (2003) sobre compreensão pública da ciência na Europa dedica um capítulo inteiro ao papel das associações neste domínio.

pareceres) é referido mais frequentemente pelas associações profissionais de cientistas e de profissionais científicos e técnicos. As associações disciplinares privilegiam assim a promoção da ciência e a divulgação, formação e comunicação científica.

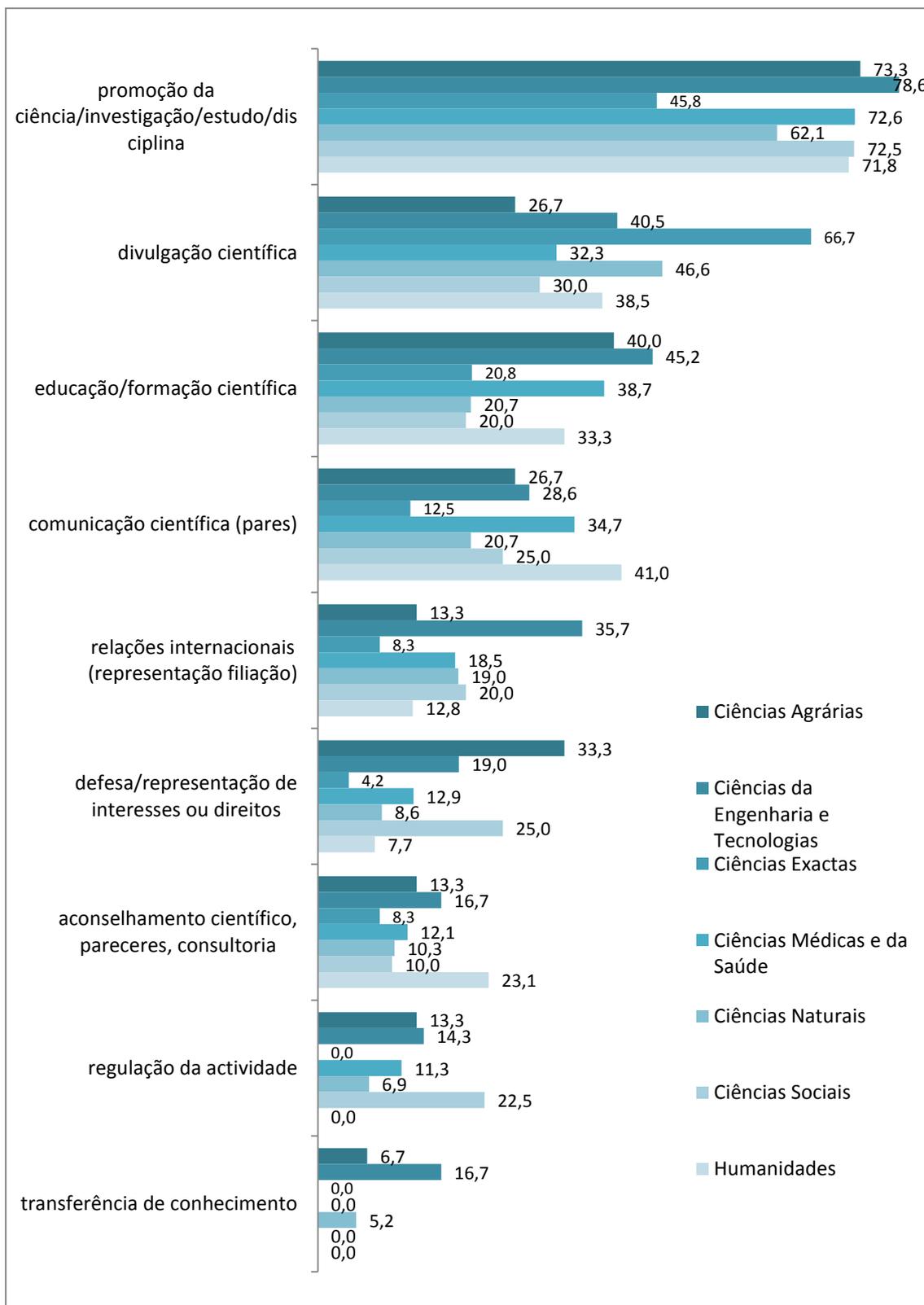
Figura 1.13 Objectivos por tipo de associação (%)



N = 337

Considerando por fim a área disciplinar das associações (Figura 1.14), há a salientar o menor relevo dado pelas ciências exactas à promoção da ciência, favorecendo a divulgação científica (o que se explica pela predominância das associações de divulgação e a concentração das associações disciplinares nesta categoria); o maior investimento na formação e na comunicação entre pares nas associações das humanidades, das ciências da saúde e das ciências da engenharia (uma perspectiva mais internalista da sua actuação); uma maior preocupação com a regulação da actividade nas ciências sociais; e a concentração das actividades de transferência de conhecimento nas associações das ciências da engenharia.

Figura 1.14 Objectivos das associações por área disciplinar (%)



N = 337

II. Inquérito a associações científicas portuguesas

O inquérito às associações científicas, apesar de não previsto no projecto inicial destinou-se a aprofundar o conhecimento sobre as organizações recenseadas e circunscrever com maior exactidão as fronteiras do universo de estudo.

Metodologia

O questionário do inquérito foi construído com base na revisão da literatura existente e inclui questões sobre as características das associações, actividades, estrutura interna, publicações, recursos humanos e financiamento, ligações a outras associações nacionais e internacionais e a outras entidades dentro e fora do campo científico.¹⁸ O inquérito foi colocado online, através da ferramenta SurveyMonkey, e disponibilizado num ficheiro de processamento de texto. Para o seu preenchimento, foram contactadas 380 associações recenseadas para as quais foi possível obter um endereço de email, que em 43 casos se revelou já não estar activo, pelo que a dimensão final da amostra se cifrou em 337.¹⁹ O primeiro envio do inquérito foi feito a 26 de Outubro de 2010, a primeira insistência às associações não respondentes a 25 de Novembro e o segundo lembrete a 10 de Janeiro de 2011. Até ao final de Janeiro, período determinado para o encerramento do inquérito, foram recebidas 102 respostas e 3 recusas, o que corresponde uma taxa de 30,6%.

Os dados resultantes do inquérito foram tratados com o programa SPSS, tendo sido executadas análises estatísticas univariadas e bivariadas, que em seguida se apresentam. Dada a dimensão reduzida da amostra, foram necessárias recodificações das variáveis de forma a efectuar testes estatísticos. A maioria dos gráficos de cruzamento de variáveis apresentados²⁰ referem-se a variações estatisticamente significativas ($p < 0,05$ ou, em alguns casos, $p < 0,1$), ainda que a admissibilidade de alguns dos testes seja questionável (número insuficiente de casos em algumas células).

¹⁸ Ver Anexo b.

¹⁹ Não é porém de excluir que algumas destas associações não estejam inactivas.

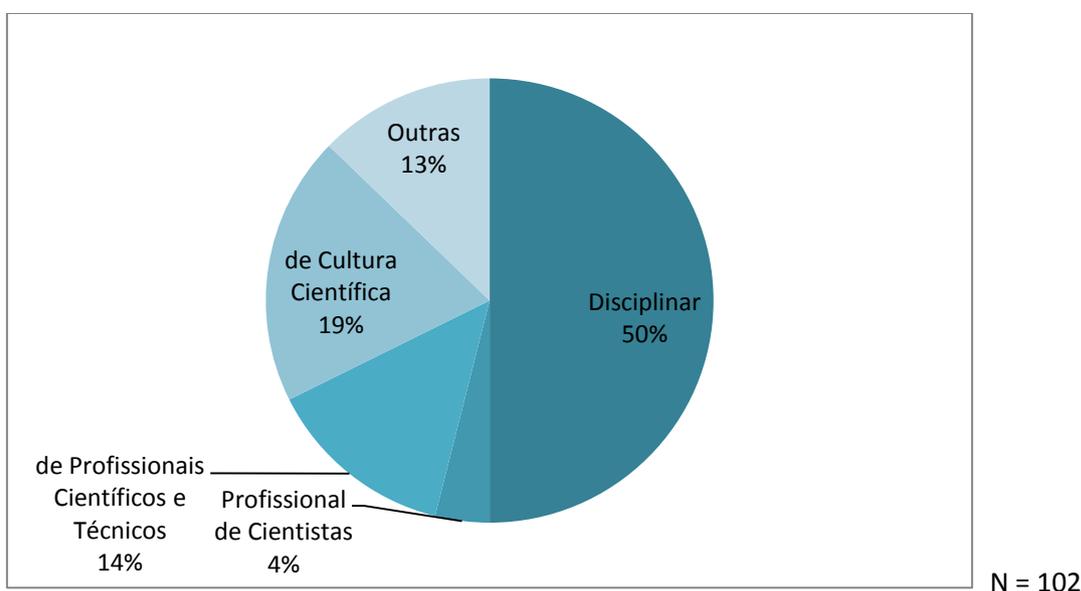
²⁰ Cujas tabelas se encontram no Anexo c.

Resultados

Caracterização das associações

Considerando a classificação concebida para efeitos do recenseamento de associações (ver parte I deste relatório), verifica-se a predominância das associações disciplinares, seguidas das associações vocacionadas para a cultura científica (Figura 2.1).²¹

Figura 2.1 Distribuição das associações científicas por tipo (%)



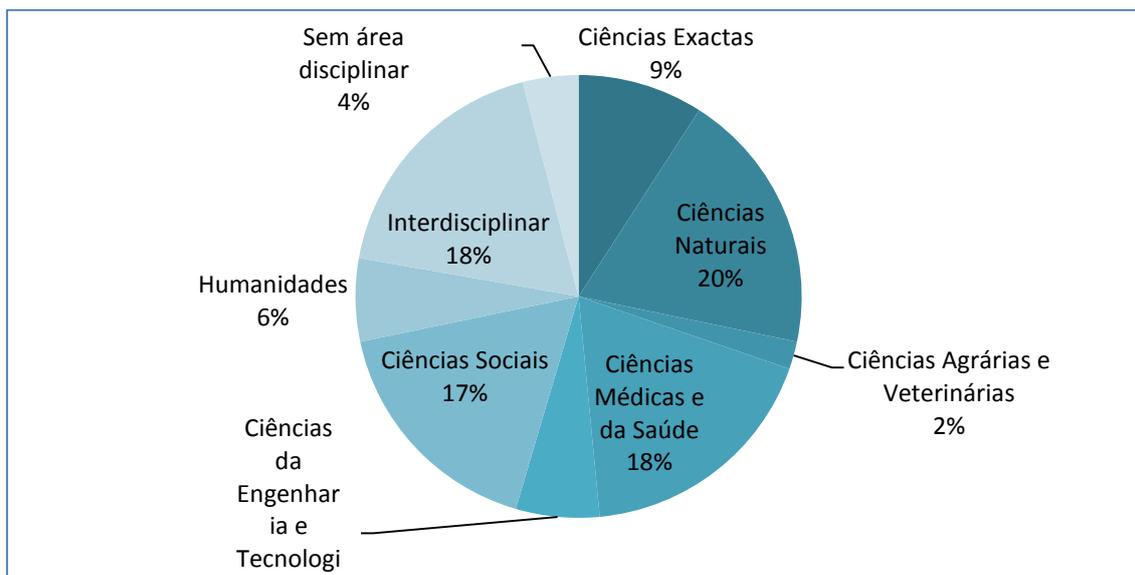
Mais de metade das associações da nossa amostra (55%) são da área das ciências naturais ou afins, menos de um quarto (23%) são da área das ciências sociais e humanas e as restantes são interdisciplinares ou sem área disciplinar²². O predomínio das associações de ciências naturais e afins não é surpreendente, tendo em conta, por um lado, a sua maior fragmentação, por outro lado, a sua história mais antiga, em particular em Portugal.

A figura seguinte (2.2) dá-nos conta da distribuição das associações justamente em função da sua área disciplinar.

²¹ Para efeitos da análise bi-variada, a categoria “associações profissionais de cientistas”, devido à sua dimensão reduzida, foi agregada à categoria “outras”.

²² Para efeitos da análise bivariada, estas categorias foram agrupadas: ciências naturais (que incluem as exactas e naturais), ciências aplicadas (ciências da saúde, da engenharia e agrárias), ciências sociais (inclui humanidades).

Figura 2.2 Distribuição das associações científicas por área disciplinar (%)

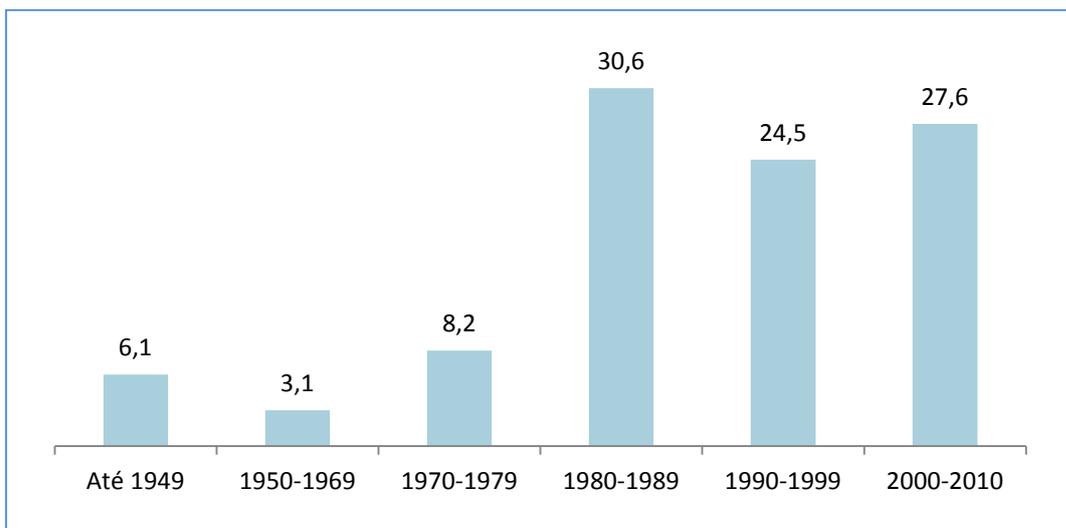


N=99

Em conformidade com outros estudos sobre o associativismo em Portugal (Lousada 2004; Rego 2004, 2007; Nave e Fonseca 2000), a esmagadora maioria das associações da amostra (88%) foi criada no período posterior ao 25 de Abril de 1974. As associações científicas surgem sobretudo com a implementação do regime democrático em Portugal e com a instituição da liberdade de associação através do Decreto-Lei n.º 594/74, de 7 de Novembro, embora o seu desenvolvimento esteja relacionado também com outras esferas da vida pública, em particular com acentuado crescimento do sistema científico (cf., por exemplo, GPEARI 2007, Heitor e Bravo 2010).

A Figura 2.3 dá-nos conta da distribuição das associações que responderam ao inquérito por intervalos de ano do registo dos seus Estatutos, isto é, da formalização da sua criação.

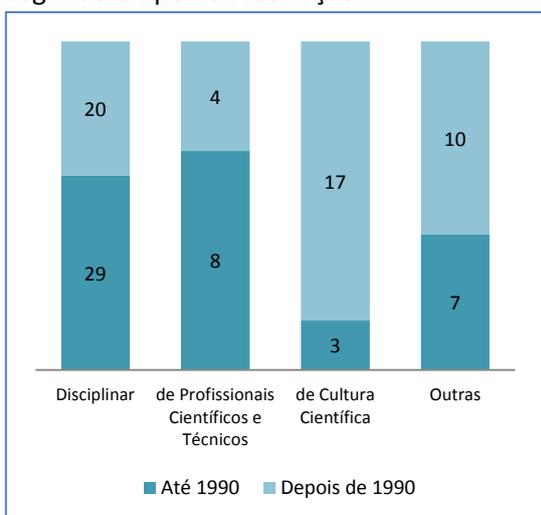
Figura 2.3 Distribuição das associações científicas por ano de fundação (%)



N=98

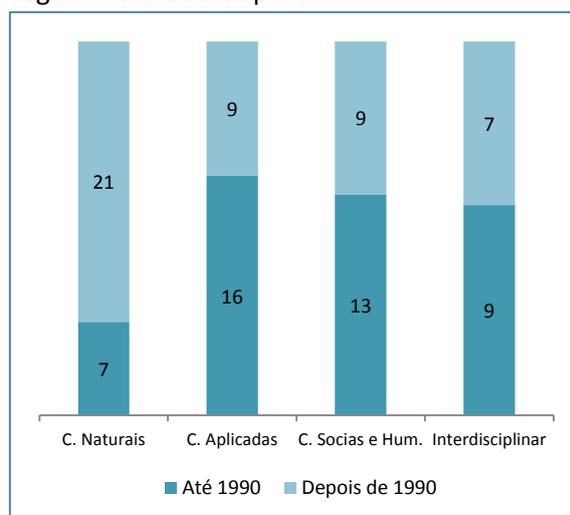
Apesar da reduzida dimensão da amostra do inquérito,²³ foram encontradas diferenças estatisticamente significativas no que respeita ao momento de fundação segundo o tipo de associação (as de cultura científica são bastante mais recentes) e a área disciplinar (maioria das associações de ciências naturais foram criadas depois de 1990) (Figuras 2.4 e 2.5).

Figura 2.4 Associações por ano de fundação segundo o tipo de associação



N = 98

Figura 2.5 Associações por ano de fundação segundo a área disciplinar

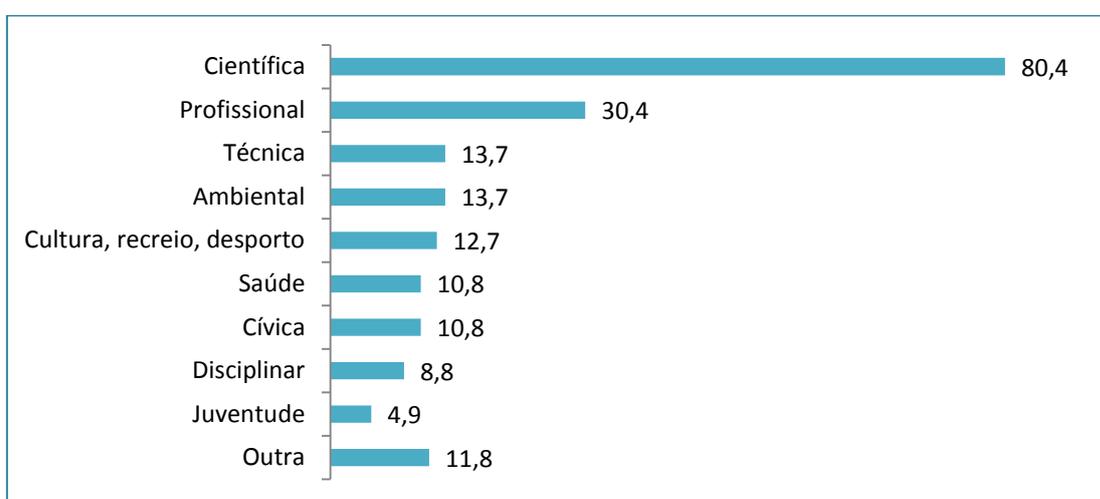


N = 91

²³ Tendo-se optado por recodificar a data de fundação como variável dicotómica, estabelecendo-se a fronteira nos anos 90 devido ao impulso de crescimento do sistema científico registado a partir dessa década.

Relativamente à natureza da associação, tendo em conta as várias vertentes da acção de muitas das associações presentes na nossa base de dados e a aferição da sua auto-definição, foi perguntado directamente qual a índole que os próprios membros lhe reconhecem. Uma esmagadora maioria das associações inquiridas (cerca de 80%) reconhece o carácter científico, sendo a valência profissional o atributo mais referido em segundo lugar (com cerca de 30% de respostas). A Figura 2.6 apresenta os resultados a esta pergunta, onde é notória a concentração das respostas nos dois primeiros itens.

Figura 2.6 Distribuição das associações científicas por natureza (%)



N=102

De notar que apenas 9 associações em 102 assinalam ser profissionais mas não científicas. Trata-se sobretudo de associações que pretendem alcançar o estatuto de associação pública profissional, vulgo Ordem profissional, que o são já, ou ainda que têm uma vertente sindical. Em todo o caso, estas associações afirmam desenvolver actividades científicas (ver secção seguinte), pelo que são consideradas relevantes para este estudo.

A estrutura organizacional da amostra evidencia um claro predomínio do âmbito geográfico nacional das associações científicas. Com efeito, em 101 respostas, 91 associações assinalam que a sua acção abrange todo o país, pelo que apenas 10% dizem ter âmbito regional ou local. Para além deste dado poder estar relacionado com a pequena dimensão do país e com a juventude do movimento associativo científico, predominam na amostra as associações de âmbito disciplinar (por natureza de alcance geográfico mais abrangente e cuja implantação

regional ou local se fará sobretudo por divisões internas) e encontram-se em menor número as associações com uma vocação mais orientada para a sociedade e a divulgação científica (Schoefer, 2003), poderia eventualmente proporcionar o desenvolvimento de uma lógica mais local.

De qualquer modo, quase metade das associações (48%) que assinala ter âmbito nacional diz ter algum tipo de estrutura descentralizadora, sendo a maior parte de tipo temático: 31 em 49 associações que dizem estar divididas em núcleos, secções ou grupos de trabalho.

Associados

O grupo de perguntas sobre os associados reflecte a inclusão no inquérito de associações com características muito diversas. Além de serem inquiridas quanto ao número de associados, as associações foram também inquiridas quanto à distribuição dos seus membros por um conjunto de categorias que têm em conta diferentes modos de relação com o conhecimento científico.

De acordo com as respostas dadas grande parte das associações inquiridas (40%) tem entre 250 e 999 membros (Figura 2.7). As restantes associações são sobretudo de dimensão inferior, com menos de 100 membros em 18% dos casos e entre 100 e 249 membros em 24%. Existem ainda 18% de associações de dimensão superior com 1000 ou mais membros (Figura 2.40).²⁴

²⁴ Comparativamente face às associações profissionais (Freire 2004: 14), as associações científicas tendem a ter uma menor dimensão. Para efeitos dos cruzamentos de variáveis, esta variável foi recodificada em 3 categorias: menos de 200, entre 200 e 499, 500 ou mais.

Figura 2.7 Distribuição das associações por volume de associados (%)

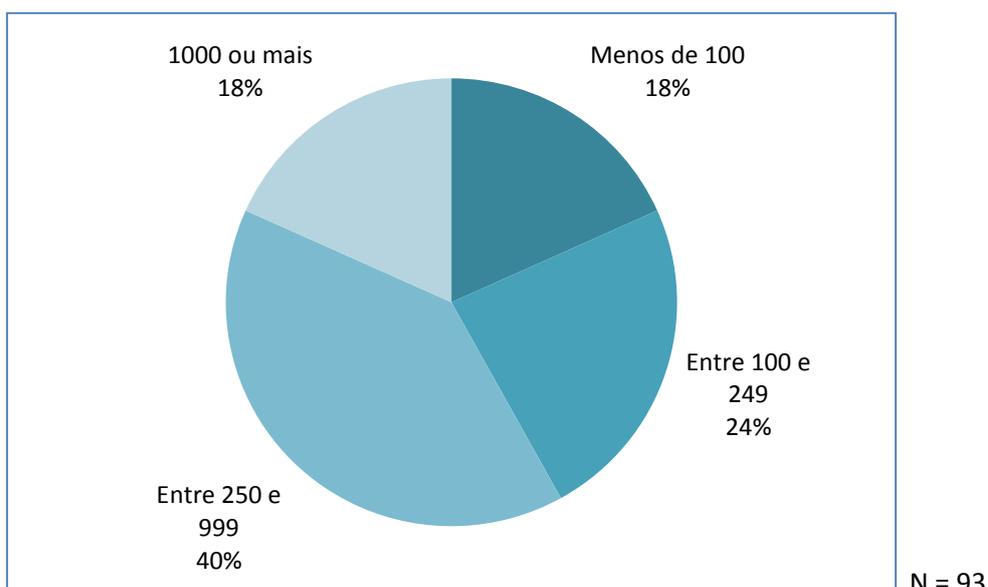
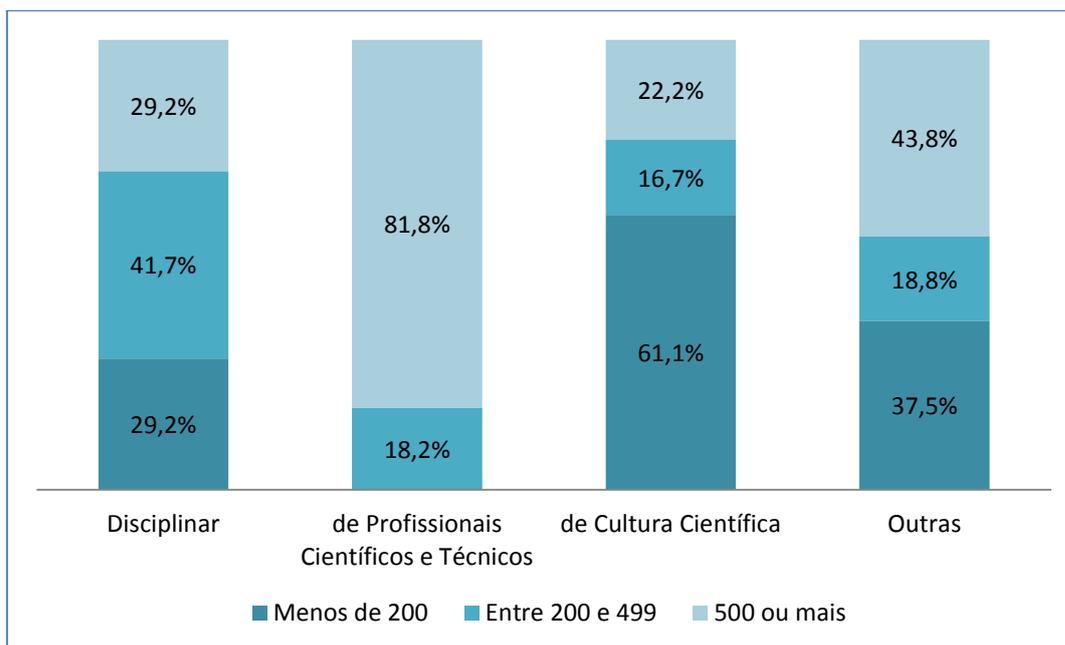


Figura 2.8 Associações por número de associados segundo o tipo de associação (%)



N = 93

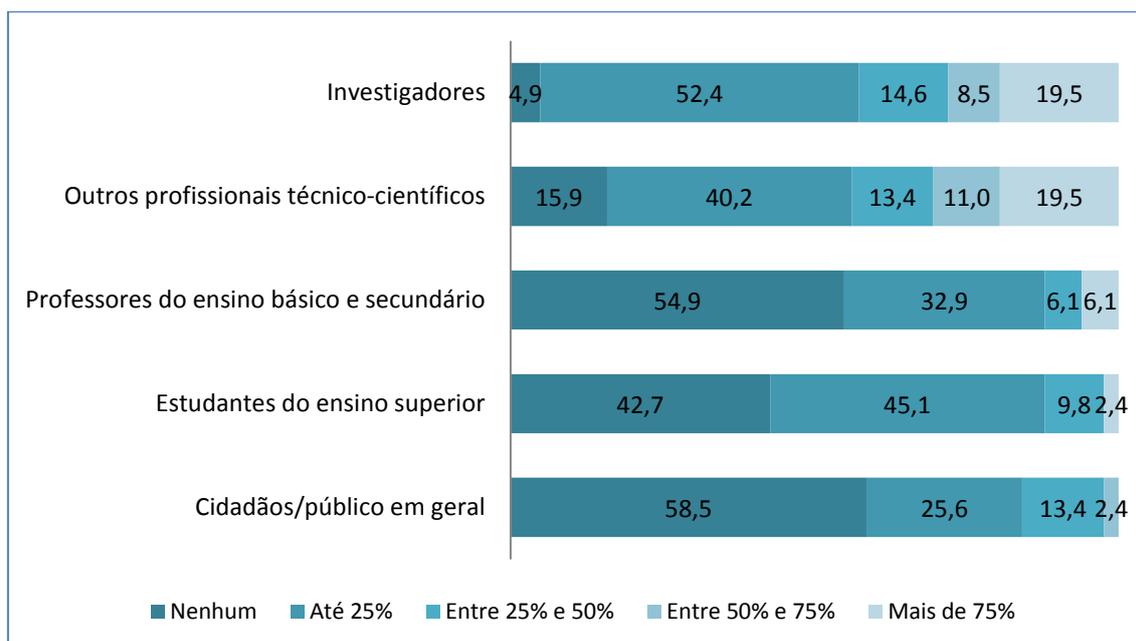
Tendo em conta a forma como o número de associados se distribui pelo tipo de associação (Figura 2.8), é de salientar que as associações de maior dimensão são as de profissionais científicos e técnicos, entre as quais 82% tem 500 associados ou mais (sendo o valor médio de

1962 associados). Muitas destas associações são constituídas por grupos profissionais muito numerosos, como é o caso dos professores das diversas disciplinas do ensino básico e secundário, enfermeiros, e médicos de algumas especialidades. Por outro lado, as associações de cultura científica são as que revelam ser de dimensão menor, sendo constituídas em 61% dos casos por menos de 200 associados (sendo o valor médio de 294 associados). As associações disciplinares têm em média 559 associados e as outras 482 associados.

Quanto à distribuição das várias categorias de associados é interessante notar o peso muito importante dos profissionais com especialização científica entre os membros das associações inquiridas (Figura 2.9). A maioria das associações inquiridas conta com investigadores (95%) ou outros profissionais científicos e técnicos (84%) entre os seus associados e em cerca de metade dos casos constituem mais de 25% do total de associados.

As restantes categorias de membros apenas estão presentes em cerca de metade das associações inquiridas. Os professores do ensino básico e secundário estão presentes em 45% das associações, os estudantes do ensino superior em 57%. Nos casos em que estão presentes estas categorias contam uma proporção pequena do total de associados, constituindo mais de 25% do total de associados em apenas cerca de 15% das associações. De referir também que mais de metade destas associações (59%) não admite como associados cidadãos ou público em geral, o que estará ligado à especificidade deste tipo de associações (ver na secção seguinte, de análise de estatutos, os critérios de admissão como sócios).

Figura 2.9 Distribuição das associações por proporção das categorias de associados (%)



N = 82

O primeiro aspecto a destacar quando temos em conta a presença das categorias de associados nos diferentes tipos de associações (Figuras 2.10 a 2.12) é a distinção entre as associações onde são predominantes os profissionais – nas associações disciplinares e de profissionais científicos e técnicos - e aquelas onde estes apesar de presentes em números relevantes partilham a presença na associação com estudantes dos vários graus de ensino e com o público em geral – nas associações de cultura científica e outras associações.

Sobre as associações disciplinares é interessante verificar a presença em proporções semelhante de investigadores e de profissionais científicos e técnicos, o que pode indicar que muitas destas associações disciplinares funcionem também como espaços de articulação entre os domínios académico e profissional das suas áreas disciplinares e não exclusivamente de comunicação entre investigadores.

Figura 2.10 Associações por proporção de investigadores segundo o tipo de associação (%)

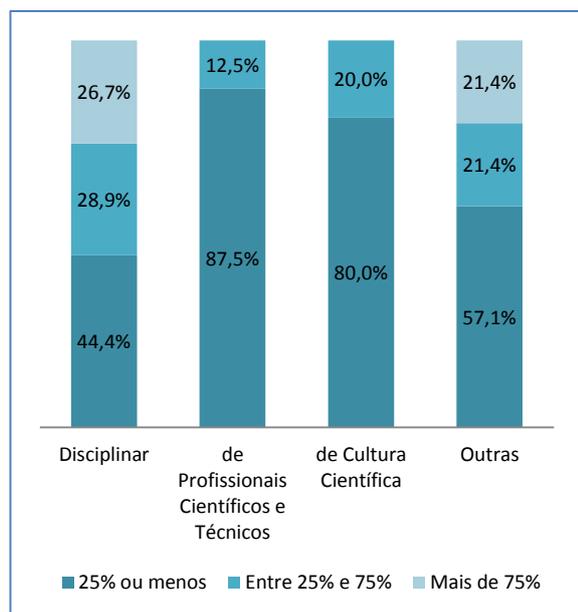


Figura 2.11 Associações por proporção de outros profissionais técnico-científicos segundo o tipo de associação (%)

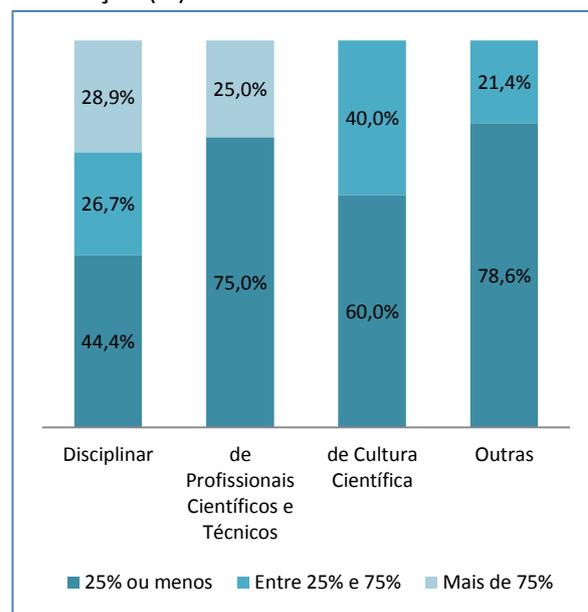
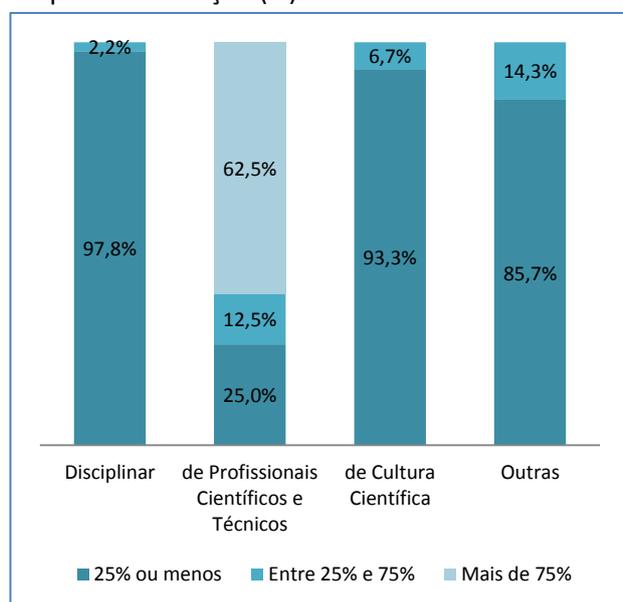


Figura 2.12 Associações por proporção de professores do ensino básico e secundário segundo o tipo de associação (%)



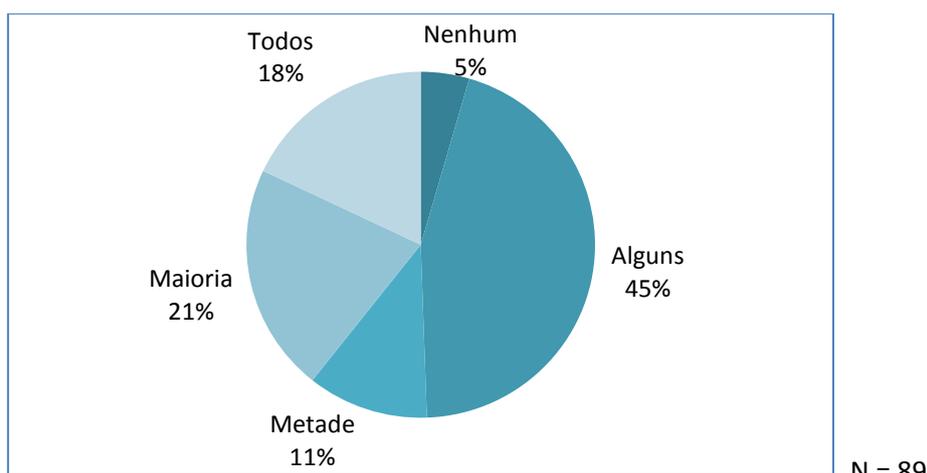
N = 82

É também necessário deixar um pequeno comentário sobre o número reduzido de profissionais científicos e técnicos dentro das associações assim designadas e o correspondente número elevado de professores nessas mesmas associações. Esta situação

está ligada à existência de algumas áreas como na medicina em que as associações disciplinares têm também uma componente profissional e ao número elevado de associações de professores do ensino básico e secundário entre as associações de profissionais científicos e técnicos.

As restantes categorias de associados estão sobretudo presentes nas associações de cultura científica e nas outras associações, ainda que exista um número reduzido de associações disciplinares que afirmam ter estudantes de ensino superior entre os seus associados mas que na maioria das vezes (cerca de 75%) não ultrapassam os 10% do total de associados. Tanto as associações de cultura científica como as outras associações têm entre os seus associados proporções relevante de público em geral – entre 25% de 75% em cerca de 40% das associações. Já os estudantes de ensino superior participam principalmente nas associações de cultura científica, entre as quais existem 13% que são compostas por mais de 75% de associados desta categoria. Por fim, os estudantes do ensino básico são o grupo com menos participação no associativismo científico, mas que mantêm pesos acima dos 10% em pelo menos um quarto das associações das associações de cultura científica e das outras associações.

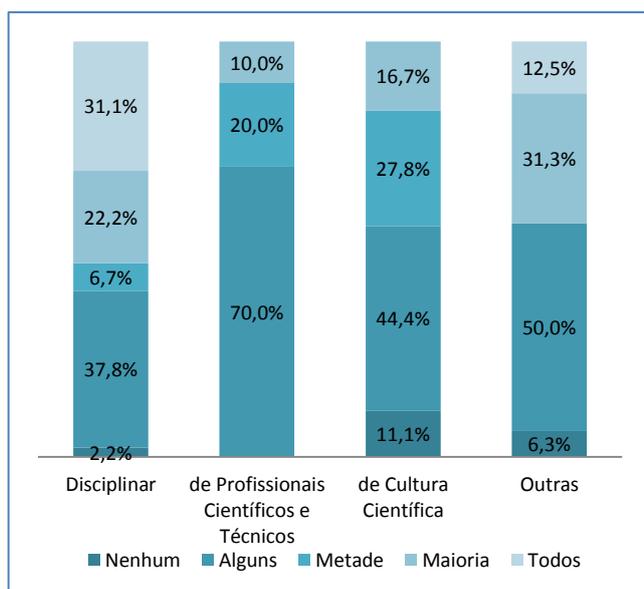
Figura 2.13 Distribuição das associações por participação de investigadores nos órgãos sociais (%)



É igualmente relevante perceber como a importância dos investigadores nas associações se reflecte a nível de participação nos órgãos sociais das associações (Figura 2.13). Neste sentido,

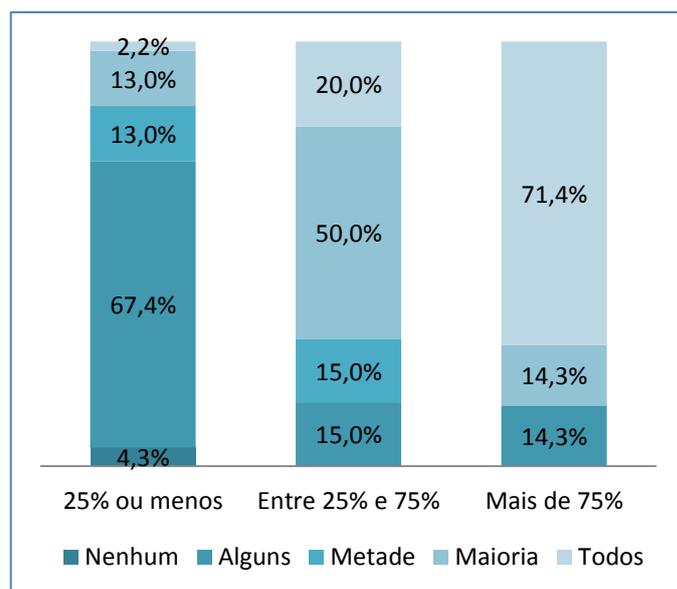
é de notar que também nos órgãos sociais das associações os investigadores têm uma presença importante fazendo parte dos órgãos de 96% das associações inquiridas. Além disso existe uma proporção relevante de associações (39%) em que os investigadores constituem a maioria ou a totalidade dos membros dos órgãos sociais.

Figura 2.14 Associações por participação dos investigadores nos órgãos sociais segundo o tipo de associação (%)



N = 89

Figura 2.15 Associações por participação dos investigadores nos órgãos sociais segundo a proporção de investigadores (%)

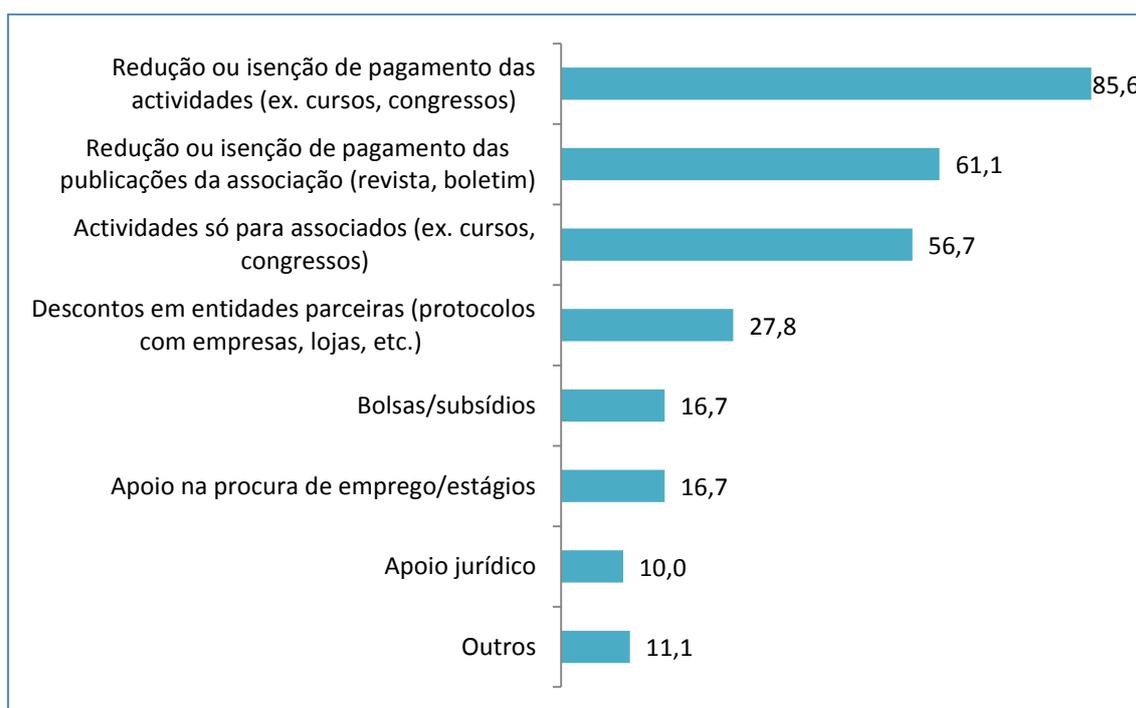


Sobre o número de investigadores presentes nos órgãos sociais é interessante notar que estes não se encontram sub-representados ou sobre-representados em função do seu peso no conjunto dos associados (Figura 2.14 e 2.15). A participação superior nas associações disciplinares e inferior nas associações de profissionais técnicos e científicos é próxima da proporção de investigadores entre os seus associados. Este aspecto é mais facilmente notado quando se olha a distribuição da participação nos órgãos sociais pelos diferentes níveis de peso dos investigadores, que sugere uma correlação significativa entre estas duas características das associações.

A oferta de vantagens é uma forma de as associações atraírem novos associados e manterem a participação dos existentes.²⁵ Neste sentido, é interessante verificar que maioria das associações aposta sobretudo na sua natureza científica como forma de atrair os associados, oferecendo vantagens de acesso às suas actividades científicas (Figura 2.16). Em 86% dos casos, as associações oferecem aos associados uma redução ou isenção no pagamento das suas actividades e em 61% no pagamento das suas publicações. Em 57% das associações são oferecidas actividades de acesso exclusivo para associados.

Outras vantagens oferecidas com menor frequência incluem descontos em entidades parceiras (28%), bolsas ou subsídios (17%), Apoio na procura de emprego ou estágios (17%) e apoio jurídico (10%).

Figura 2.16 Benefícios proporcionados pelas associações aos associados (%)



N = 90

²⁵ Para uma comparação com os benefícios proporcionados pelas associações profissionais, vide Rego 2004: 214-215.

Figura 2.17 Benefícios dos associados por tipo de associação: bolsas/subsídios (%)

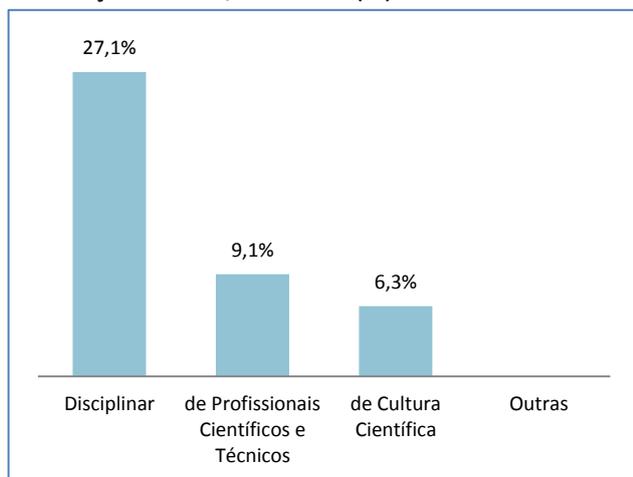


Figura 2.18 Benefícios dos associados por tipo de associação: apoio jurídico (%)

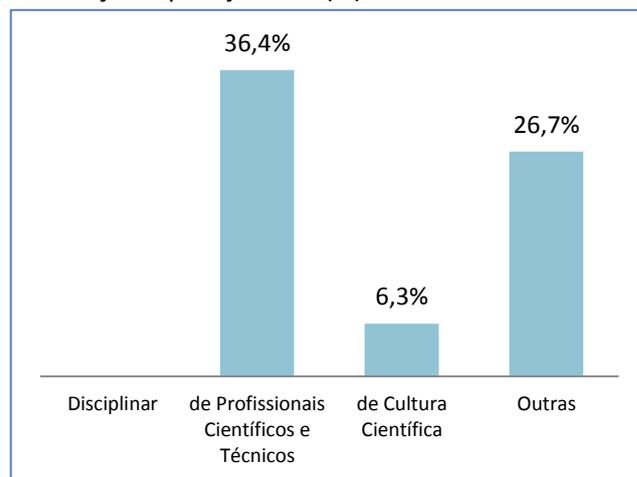
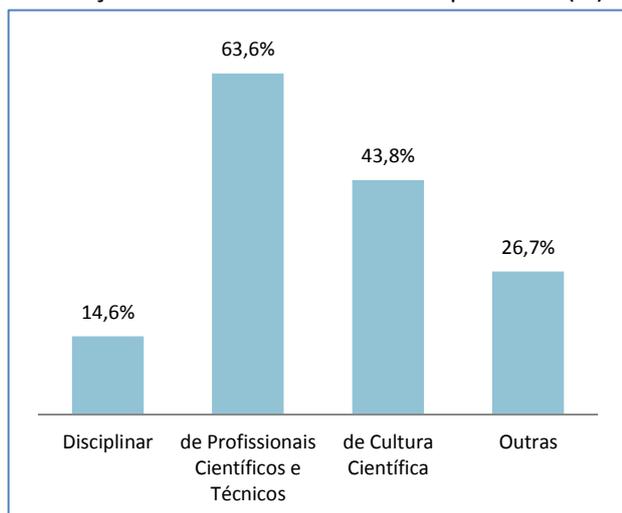
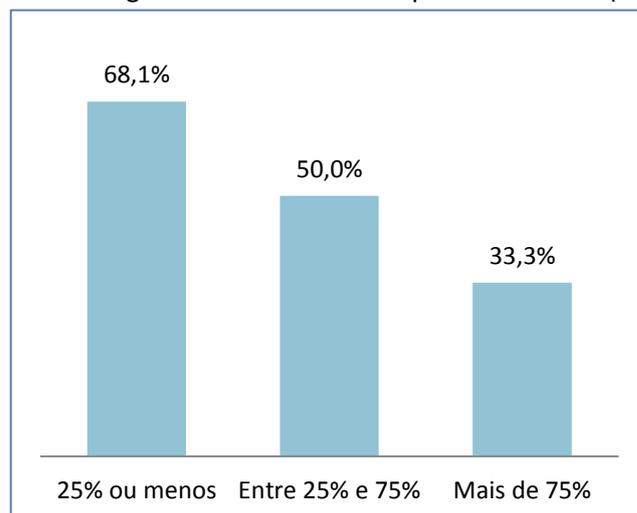


Figura 2.19 Benefícios dos associados por tipo de associação: descontos em entidades parceiras (%)



N = 90

Figura 2.20 Benefícios dos associados por proporção de investigadores: actividades só para associados (%)



N = 80

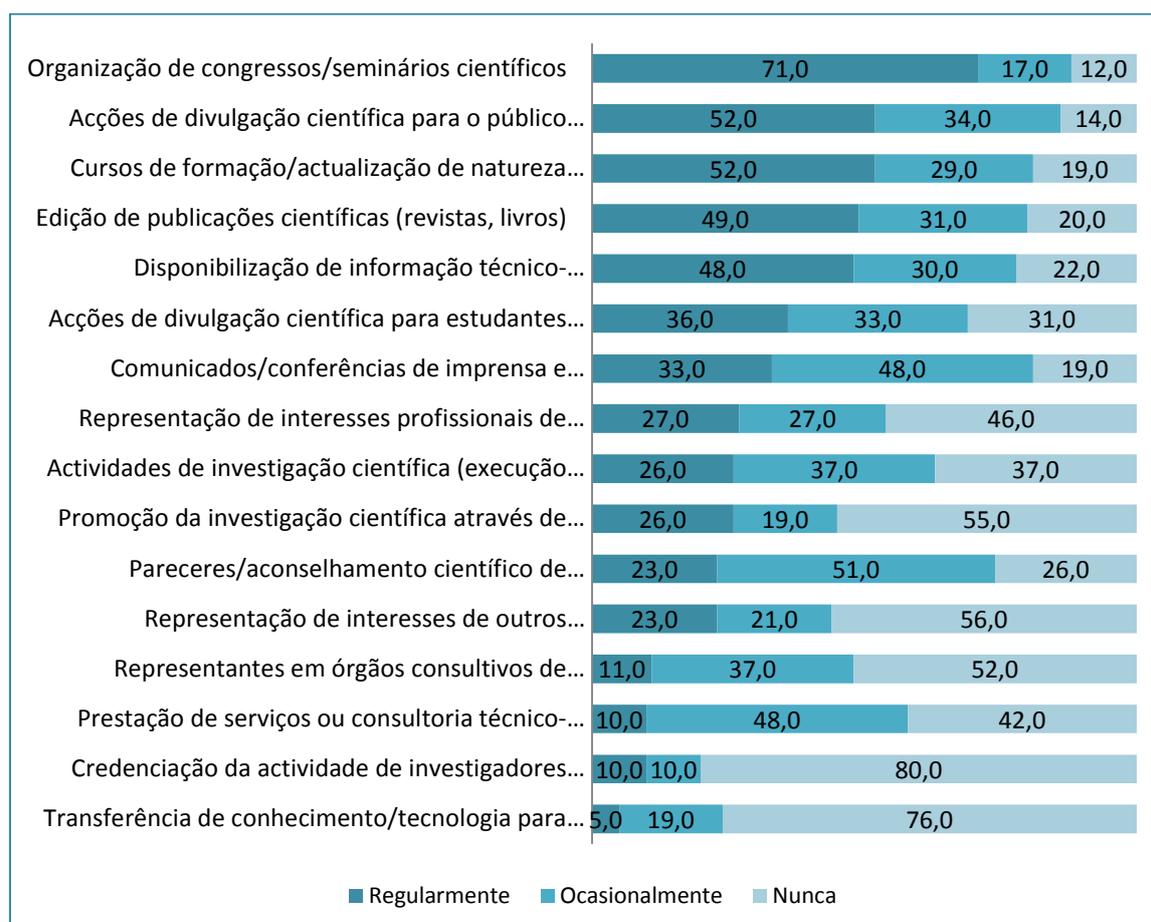
No caso dos benefícios que são oferecidos aos associados, a oferta de facilidades na participação das actividades das associações mostra-se transversal às associações inquiridas tanto no acesso a encontros científicos como a publicações. É também interessante notar que são as associações de profissionais científicos e técnicos que mais apostam na oferta de benefícios não relacionados com a actividade técnica e científica. Estas associações são as que mais frequentemente oferecem aos seus associados apoio jurídico (36%) e descontos em entidades parceiras (64%). Em contraste, as associações disciplinares dispensam este tipo de benefícios e apostam num reforço da sua oferta de benefícios directamente ligados com a actividade científica oferecendo bolsas ou subsídios de investigação em 27% dos casos.

Actividades das associações

Um outro bloco de questões no inquérito às associações científicas centrou-se sobre o tipo de actividades efectivamente desenvolvidas por estas entidades e a sua regularidade (fig. 2.2a). Na tentativa de facilitar e tornar mais precisas as respostas, optou-se por limitar o leque temporal de referência, pedindo-se que os inquiridos tivessem somente em consideração as actividades desenvolvidas nos últimos 5 anos.

De acordo com os dados assim obtidos, entre as principais actividades das associações científicas inquiridas destacam-se a promoção de encontros, momentos de formação e mecanismos de comunicação que poderão visar não somente a partilha de informação entre especialistas na área científica em causa (muitos dos quais eventualmente associados) mas, também, a comunicação face a públicos mais alargados e não necessariamente especializados.

Figura 2.21 Frequência das actividades de índole científica desenvolvidas nos últimos 5 anos (%)



N = 100

Mais concretamente, é de salientar o elevado número de associações que referem a organização regular de congressos e seminários científicos (71%), de cursos de formação (52%) e de acções de divulgação científica dirigidas ao público em geral (52%). Igualmente relevante é a percentagem de associações que afirma editar regularmente algum tipo de publicação científica (49%, incluindo-se aqui, na maioria dos casos, boletins ou newsletters periódicas, mas também alguns exemplos de revistas, livros ou outros) e disponibilizar informação de carácter técnico-científico através de bibliotecas, centros de documentação ou outros mecanismos (48%). Outras formas de comunicação, dirigidas a públicos não especializados – como a realização acções de divulgação para crianças e jovens (no ensino básico ou secundário) ou a produção de comunicados, conferências de imprensa ou outras formas de colaboração com os meios de comunicação social – surgem ainda com especial frequência entre as actividades regulares de boa parte das associações inquiridas.

Os dados recolhidos vêm assim confirmar que as associações científicas tenderão a constituir-se essencialmente como plataformas de comunicação e partilha de informação técnico-científica, a operar em dois registos: por um lado, o da comunicação entre pares, tendo em vista o desenvolvimento dos respectivos domínios científicos e o reforço da qualificação dos profissionais que, nos mais diversos quadros institucionais, trabalham nas áreas disciplinares cobertas por estas associações (aspecto que, como se verá, assume especial relevância nos próprios objectivos estatutário de boa parte das associações científicas); por outro lado, o da comunicação alargada, dirigida a públicos não especializados, tendo como objectivo a promoção da educação e da cultura científica das populações, bem como, eventualmente, a criação de melhores condições para uma mais forte visibilidade pública da ciência em Portugal e uma mais recorrente utilização dos conhecimentos de base científica no apoio aos processos de decisão individual ou colectiva (aspecto mais raramente incluído nos estatutos iniciais de muitas associações, nomeadamente de cariz disciplinar, mas que parece na actualidade alvo de atenção crescente).²⁶

Tal não invalida que outro tipo de actividades, pese embora mais raramente referidas como regulares, constem igualmente entre o leque de funções desempenhadas por várias das associações científicas inquiridas. Entre estas contam-se o envolvimento directo em algumas actividades de investigação científica, a representação de interesses de algumas classes profissionais junto de órgãos relevantes ou, ainda, o desenvolvimento de funções de apoio à definição de políticas e decisões públicas.

²⁶ As associações científicas têm sido um dos tipos de participantes nas actividades promovidas pela Agência Ciência Viva, como os concursos de projectos escolares (Costa et al 2005) ou a Ciência no Verão (Conceição 2008 e 2010).

Mais especificamente, no que toca a actividades de investigação é de referir o facto de 37% das associações inquiridas terem considerado ter estado nos últimos 5 anos ocasionalmente envolvidas em projectos de pesquisa científica (através de actividades de execução directa ou colaboração), sendo que 26% referiram mesmo uma participação regular nesse tipo de actividades. Os casos de promoção directa de actividades de investigação – através da concessão de financiamentos, prémios ou bolsas – tendem a ser mais escassos, ainda que não menosprezáveis (26% das associações consideraram desenvolver regularmente esse tipo de actividades, 19% de modo ocasional). Face a este panorama poder-se-á admitir que a promoção e o envolvimento directo em tarefas de investigação científica, mesmo que constituindo parte da acção de algumas associações científicas em Portugal, não representará, regra geral, a principal linha de actividade destas entidades. Tais funções tenderão a estar a cargo de instituições especializadas – laboratórios e outras unidades de investigação, cujas actividades conheceram, aliás, forte expansão em Portugal nas últimas décadas (GPEARI 2007, 2011). As associações procurarão, antes de mais, desempenhar funções de intercâmbio de informação, entre investigadores, entre estes e outros profissionais, ou ainda, nalguma medida, junto de outros actores sociais.

A representação de interesses dos profissionais ligados directamente à investigação científica tem sido, nos últimos anos, uma actividade desempenhada por ligeiramente mais de metade das associações que responderam ao inquérito (27% consideraram mesmo fazê-lo de modo regular e igual proporção citou-a como actividade ocasional). Podendo não constituir uma actividade primordial, esta parece ser, ainda assim, uma missão não negligenciável quando se trata de analisar o papel das associações científicas na ciência e na sociedade portuguesas. Já representação de interesses de outros profissionais técnico-científicos, não considerados como investigadores, tende a ser relativamente menos frequente por parte destas associações (23% regular, 21% ocasional), facto que poderá estar associado à própria definição de associação científica em sentido estrito que presidiu este estudo e que acabou por ditar a exclusão de um vasto leque de associações que se dedicam mais especificamente a este tipo de funções.

Considerando-se que as associações científicas se tendem a estabelecer num espaço de charneira entre o campo científico, em sentido mais restrito, e outras esferas da vida social, seria certamente de averiguar em que medida a relação com as instâncias políticas (nomeadamente as encarregues da definição de políticas públicas no campo das actividades científicas ou outras) constaria entre o leque de actividades destas associações. Os dados recolhidos através do inquérito permitem confirmar que, se é certo que muitas associações

desempenham esse tipo de função, certo é também que a maioria não o fará de modo regular. Parece relativamente frequente, por parte das associações científicas, a produção de pareceres ou de documentos de aconselhamento científico tendo em vista o apoio à decisão política e à tomada de decisões administrativas (51% das associações inquiridas referiu fazê-lo ocasionalmente, 23% considerou mesmo fazê-lo com maior regularidade). Já a assunção de funções de representação em órgãos consultivos de políticas de teor científico tenderá a ser mais escassa, embora obviamente longe de irrelevante (37% das associações consideram ter ocasionalmente assento nesses fóruns de decisão, 11% regularmente).

Face a estes dados poder-se-á agora questionar em que medida tal situação se deve ao facto de tais actividades serem, pela sua própria natureza, mais irregulares, ao facto de elas poderem não ser perspectivadas pelas associações como centrais no quadro da sua missão ou, ainda, a uma eventual dificuldade em aceder a estes espaços, quer esta possa advir de uma eventual fraca abertura por parte das instâncias de decisão política a este tipo de participação (cf. Gonçalves 1996, Gonçalves 2001, Gonçalves e Delicado 2009) ou do preenchimento de tais funções por parte de outro tipo de entidades a operar no campo científico (ex. laboratórios de investigação, instituições de ensino superior, etc.). Este é um aspecto em relação ao qual se poderá vir a obter mais informação nas próximas fases do presente estudo.

Finalmente é de referir que a prestação de serviços de consultoria técnico-científica ou outros por parte das associações científicas tende a assumir-se também como uma actividade relativamente ocasional. Bastante escassos são, por seu turno, os casos de associações que operam algum tipo de transferência de conhecimento especificamente dirigida a empresas, situação que se poderá considerar, em larga medida, consonante com o panorama durante largos anos registado no que toca às relações entre boa parte do tecido produtivo nacional e a generalidade das instituições científicas (GPEARI, 2011). A credenciação da actividade profissional de investigadores ou outros técnicos é também uma função raramente desempenhada por estas associações (80% nunca a desempenha e somente 10% afirmam fazê-lo de modo regular), visto que é uma missão praticamente circunscrita às Ordens profissionais.

Uma vez apresentados estes dados genéricos, é interessante notar algumas diferenças no que respeita às actividades mais regularmente desenvolvidas pelos diversos tipos de associações científicas, a operar nas várias áreas disciplinares ou com diferentes graus de implementação (antiguidade, número de associados, etc.).

A organização de congressos, seminários ou outros encontros científicos, pese embora bastante relevante em boa parte das associações consideradas, tende a ser relativamente mais predominante entre as associações disciplinares e de profissionais técnico-científicos (fig. 2.22), bem como entre aquelas que actuam nos domínios das ciências aplicadas (aqui em particular das ciências da vida) e das ciências sociais (fig. 2.23).

Figura 2.22 Frequência da organização de congressos/seminários científicos, por tipo de associação (%)

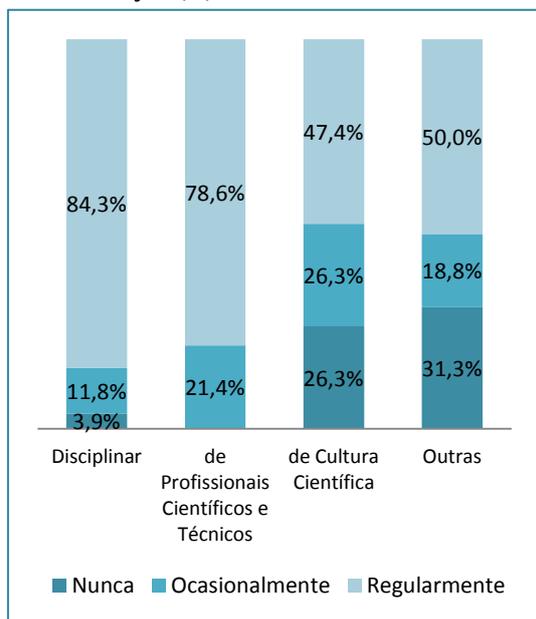
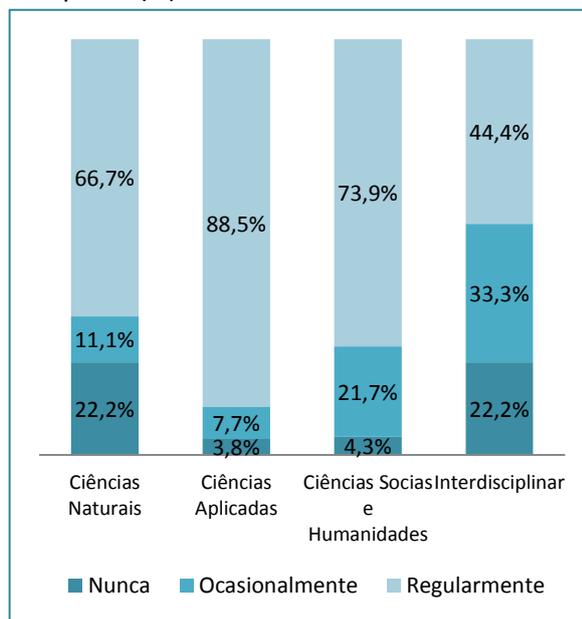


Figura 2.23 Frequência da organização de congressos/seminários científicos, por área disciplinar (%)



N = 100

A edição de publicações científicas, transversal às diversas áreas disciplinares, é também mais preponderante entre as associações disciplinares e de profissionais (fig. 2.24), e em particular entre as mais antigas (fig. 2.25) ou com um maior número de associados (fig. 2.26). Já a organização de cursos de formação apresenta-se bastante comum na generalidade dos tipos de associação, sendo aqui somente de notar também alguma tendência (fig. 2.27) para que sejam as associações com um maior número de associados aquelas que mais regularmente disponibilizam este tipo de oferta (que justamente se poderá perspectivar como frequentemente dirigida a sócios). O mesmo acontece com a disponibilização de informação técnico-científica (através de bibliotecas, centros de documentação ou outras vias): sendo uma tarefa assumida por associações de vários tipos, a operar nos vários domínios disciplinares, ela

tende a ser relativamente mais comum entre as associações de maior dimensão (com maior número de associados) e entre aquelas que há mais tempo foram fundadas (figuras 2.28 e 2.29).

Figura 2.24 Frequência da edição de publicações científicas, por tipo de associação (%)

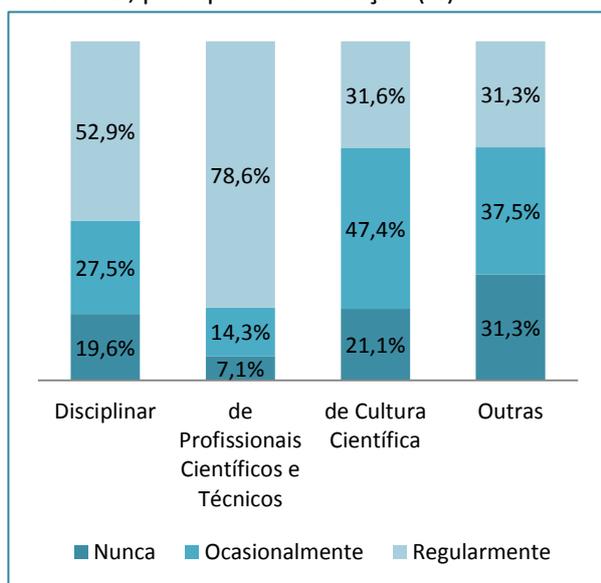


Figura 2.25 Frequência da edição de publicações científicas, por ano de fundação (%)

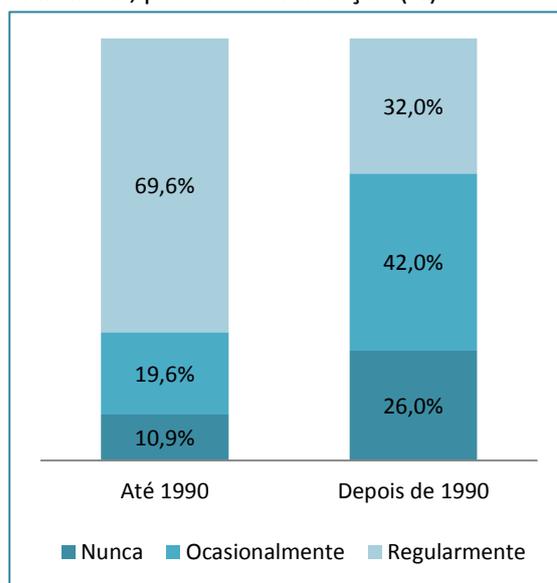


Figura 2.26 Frequência da edição de publicações científicas, por volume de associados (%)

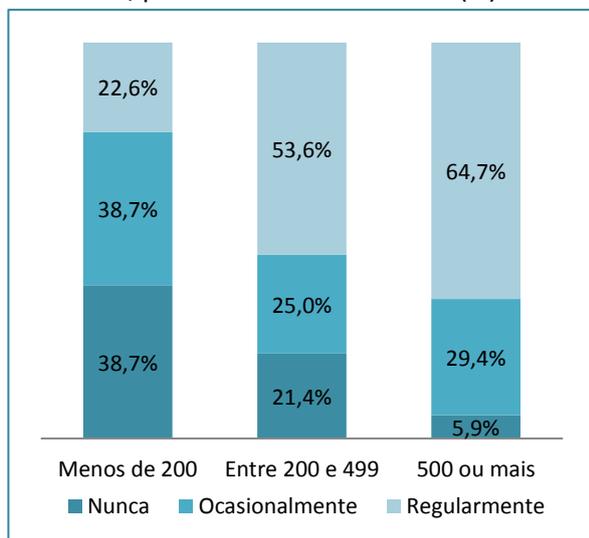


Figura 2.27 Frequência de cursos de formação/actualização, por volume de associados (%)

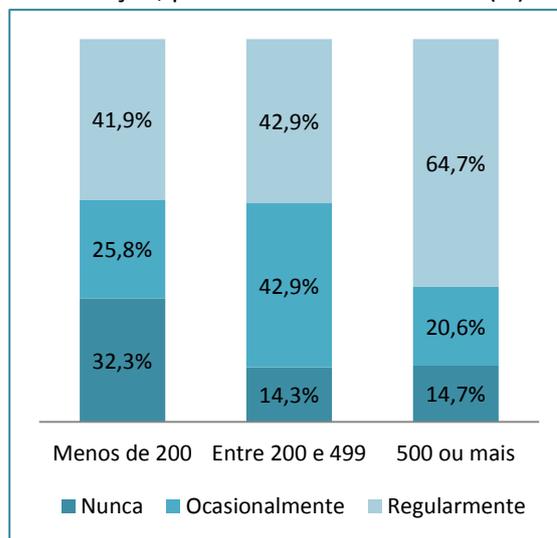
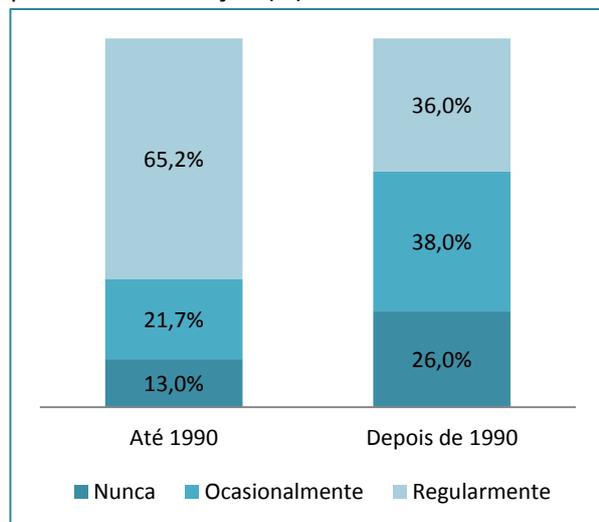
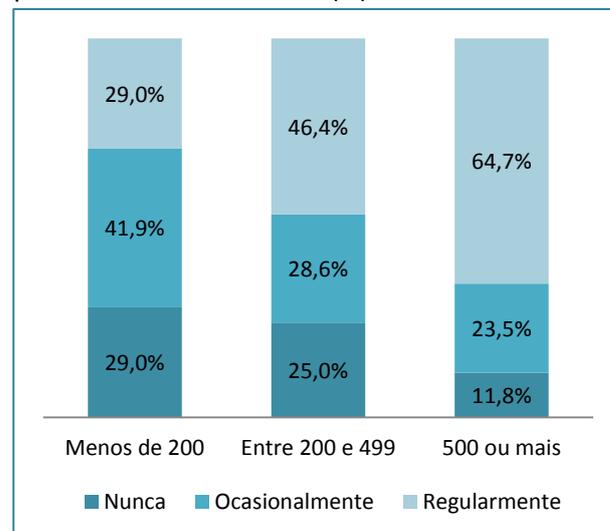


Figura 2.28 Disponibilização de informação técnico-científica, biblioteca ou centro de documentação, por ano de fundação (%)



N = 100

Figura 2.29 Disponibilização de informação técnico-científica, biblioteca ou centro de documentação, por volume de associados (%)



No caso das actividades dirigidas a públicos não especializados – como acções de divulgação para o público em geral, ou para jovens estudantes do ensino básico e secundário – nota-se, como seria de esperar, uma maior preponderância deste tipo de funções nas associações de cultura científica (vacionadas precisamente para a este campo de actividade), na maioria dos casos associações de fundação recente (figuras 2.30 a 2.32). Tal é especialmente evidente no caso das acções dirigidas a escolas; mas já não tanto no que toca às actividades de divulgação para o público em geral, área em que, nos últimos anos, também as associações de carácter disciplinar, e associações mais antigas, começam a actuar com alguma regularidade. Esta situação parece, aliás, configurar alguma alteração no entendimento da missão destas entidades (já não apenas vocacionadas para o desenvolvimento de actividades dirigidas a pares mas, também, para o estabelecimento de outras formas de comunicação mais alargada com a sociedade em geral).

Figura 2.30 Frequência das acções de divulgação científica para o público em geral, por tipo de associação (%)

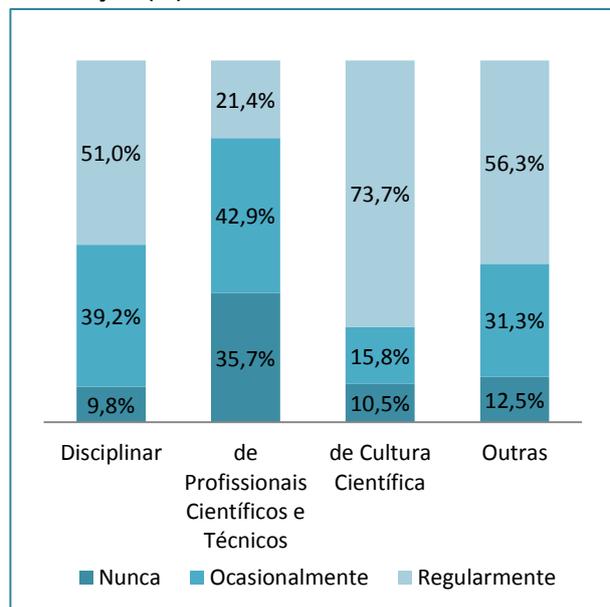


Figura 2.31 Frequência das acções de divulgação científica para estudantes, por tipo de associação (%)

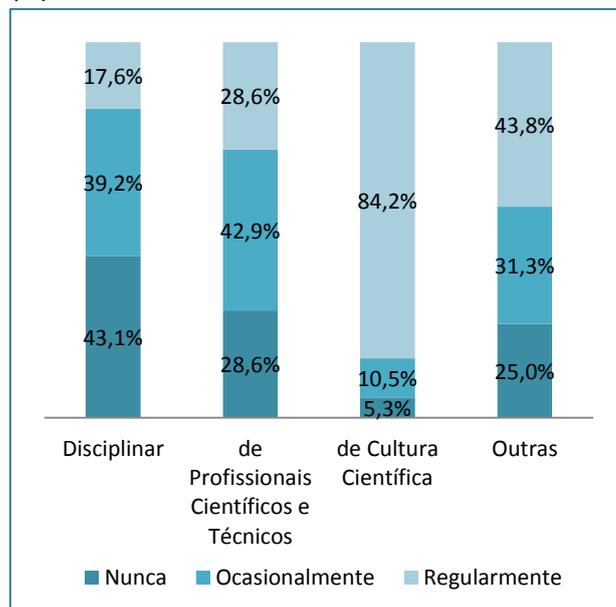
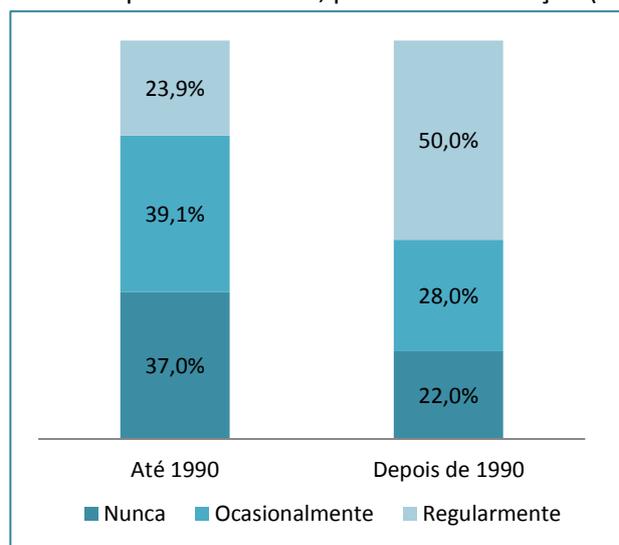


Figura 2.32 Frequência das acções de divulgação científica para estudantes, por ano de fundação (%)

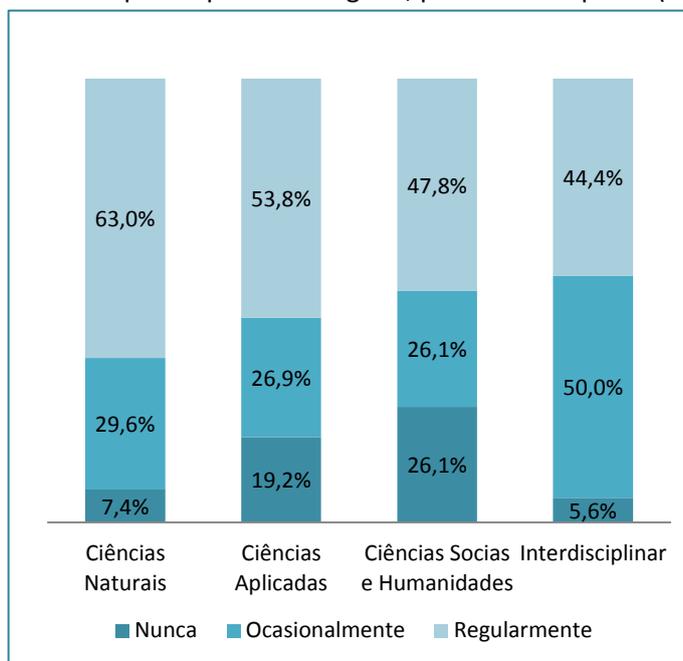


N = 100

No que respeita às áreas disciplinares de actuação das associações que mais regularmente apostam neste tipo de acções de divulgação alargada, regista-se alguma predominância para as associações nos domínios das ciências naturais e exactas (com destaque para estas últimas) – áreas onde efectivamente operam boa parte das associações de cultura científica identificadas neste estudo. Pelo contrário, as associações com inserção no campo das ciências aplicadas (ciências da saúde, engenharias) tendem a manter-se proporcionalmente mais

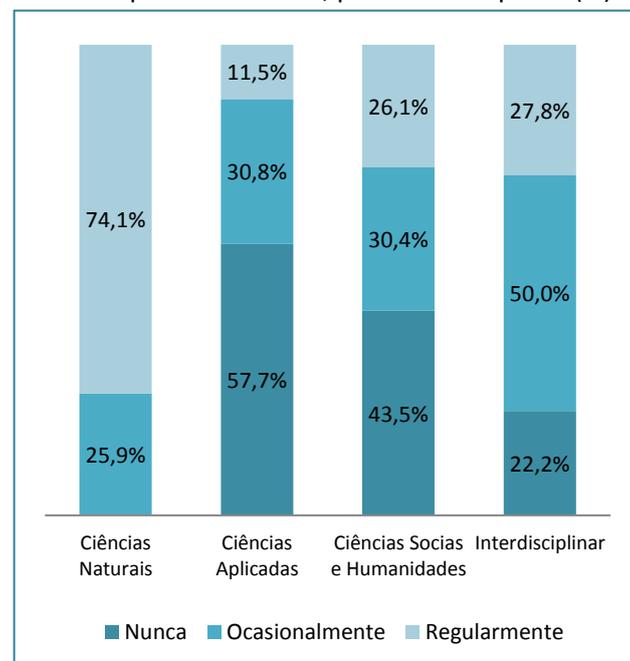
afastadas deste tipo de missão. No entanto, já no que respeita à produção de comunicados, conferências de imprensa ou outras formas de colaboração com os meios de comunicação social, é bastante mais comum o envolvimento de associações ligadas às áreas das ciências da saúde (a par das relacionadas com as ciências naturais), fruto porventura da própria mediatização deste tipo de temas e de uma porventura maior solicitação por parte dos órgãos de comunicação social para que estas associações se envolvam na produção de informação mediática (sobre o crescimento da cobertura mediática da ciência ver Mendes 2003, Gonçalves e Castro 2002, Fonseca e Gonçalves 2009).

Figura 2.33 Frequência das acções de divulgação científica para o público em geral, por área disciplinar (%)



N = 100

Figura 2.34 Frequência das acções de divulgação científica para estudantes, por área disciplinar (%)



No caso das actividades directamente relacionadas com o desenvolvimento de projectos de investigação científica é interessante notar que, por um lado, a atribuição de bolsas, prémios ou outros mecanismos de financiamento de pesquisas é mais recorrente entre as associações disciplinares e mais antigas (porventura já com maior capacidade de mobilização financeira e mais forte enraizamento no sistema científico nacional) (figuras 2.35 e 2.36), independentemente da sua área de especialização disciplinar; por outro, o envolvimento directo em actividades de investigação, através da execução de tarefas de pesquisa ou da

colaboração em projectos de pesquisa, tende a ser mais frequente noutra tipo de entidades, nomeadamente associações no domínio da promoção da cultura científica (figura 2.36). Fica para já por saber se este envolvimento estará associado a projectos de investigação justamente nesta área de actividade (ligados, por exemplo, às questões da educação científica ou da comunicação), se ele significará a colaboração em projectos das diversas áreas disciplinares tendo em vista, por exemplo a difusão de novos conhecimentos produzidos nessas sedes, ou ainda outro tipo de situação.

Figura 2.35 Frequência da promoção da investigação científica, por tipo de associação (%)

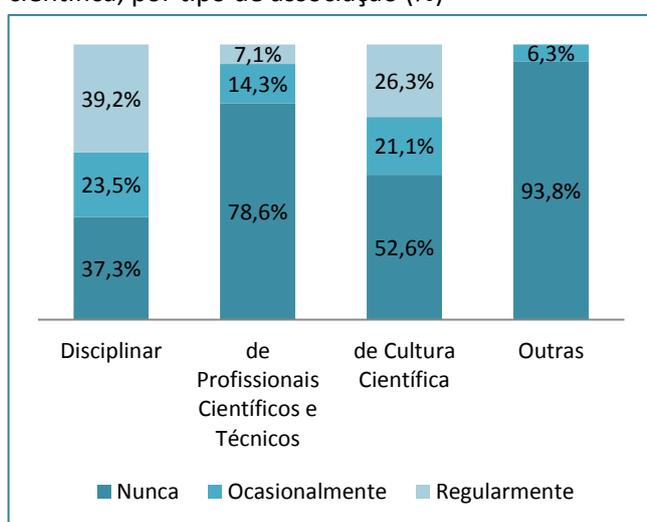


Figura 2.36 Frequência da promoção da investigação científica, por ano de fundação (%)

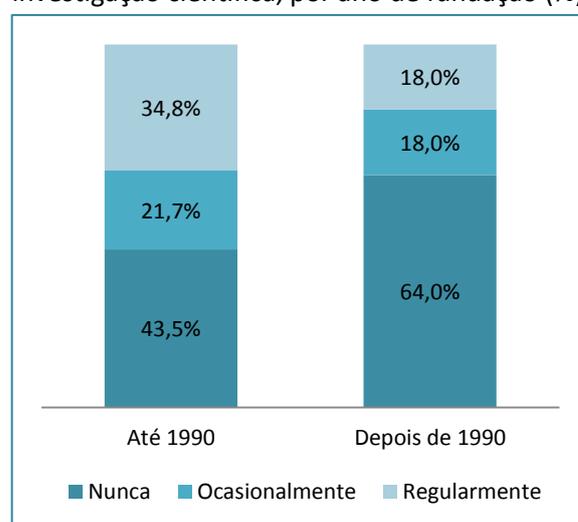


Figura 2.37 Frequência das actividades de investigação científica, por tipo de associação (%)



N = 100

As actividades de representação de interesses de profissionais tendem, por seu turno, a apresentar alguma transversalidade no que toca à área disciplinar das associações que as protagonizam, à sua antiguidade ou mesmo ao seu volume de associados. Como seria de esperar, este tipo de funções tende, porém, em termos comparativos, a assumir especial preponderância entre as associações de profissionais técnicos e científicos, muito em especial quando se trata de representar outros profissionais que não investigadores (figuras 2.38 e 2.39). No caso particular da defesa dos interesses profissionais da classe dos investigadores, a estas juntam-se outras associações, nomeadamente as associações a actuar em específico no domínio da promoção da cultura científica, o que poderá, aliás, indiciar que a realização de acções de divulgação científica não será completamente alheia ao intuito de credibilizar e reforçar o reconhecimento social da figura do cientista em Portugal.

Figura 2.38 Frequência da representação de interesses profissionais de investigadores, por tipo de associação (%)

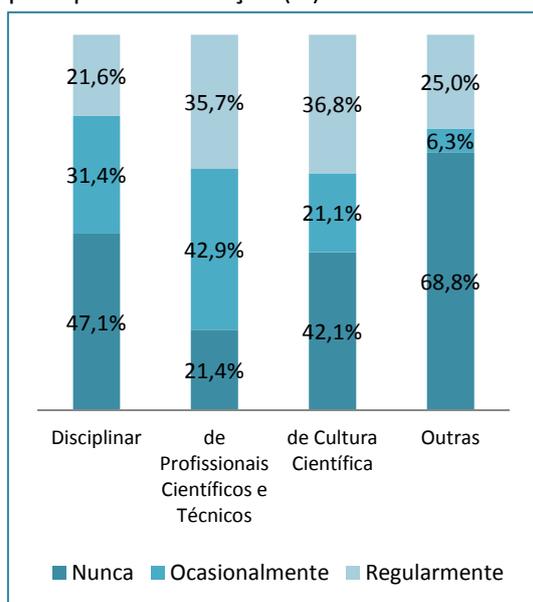
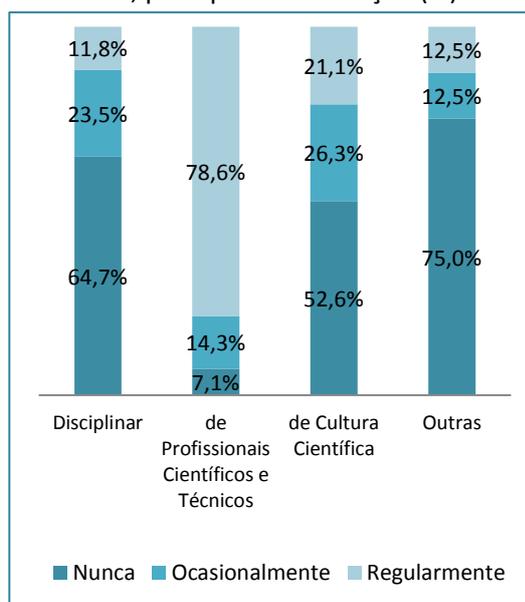


Figura 2.39 Frequência da representação de interesses de outros profissionais técnico-científicos, por tipo de associação (%)



N = 100

De acordo com os dados apurados neste inquérito, a produção de pareceres ou outras formas de aconselhamento científico de decisões públicas, ou a representação em órgão consultivos de políticas nos domínios da ciência e da tecnologia, tende também a ser mais recorrente entre as associações de profissionais, bem como entre aquelas que reúnem um maior número

de associados (vendo assim, porventura, reforçada a sua legitimidade política) (figuras 2.40 a 2.43).

Figura 2.40 Frequência da produção de aconselhamento científico, por tipo de associação (%)

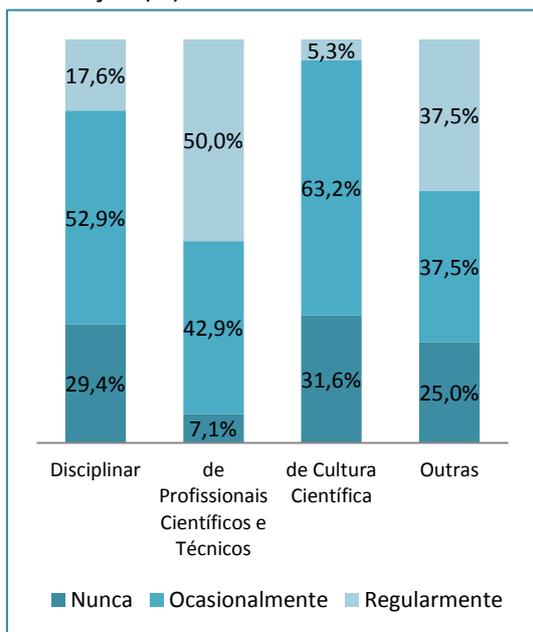


Figura 2.41 Frequência da representação em órgãos consultivos, por tipo de associação (%)

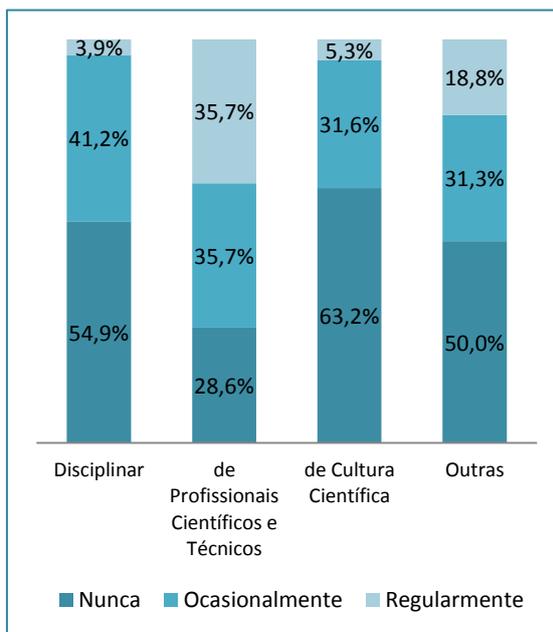


Figura 2.42 Frequência da produção de aconselhamento científico, por volume de associados (%)

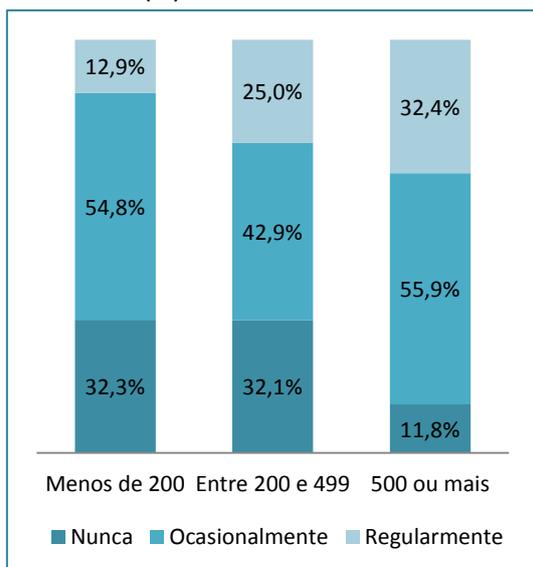
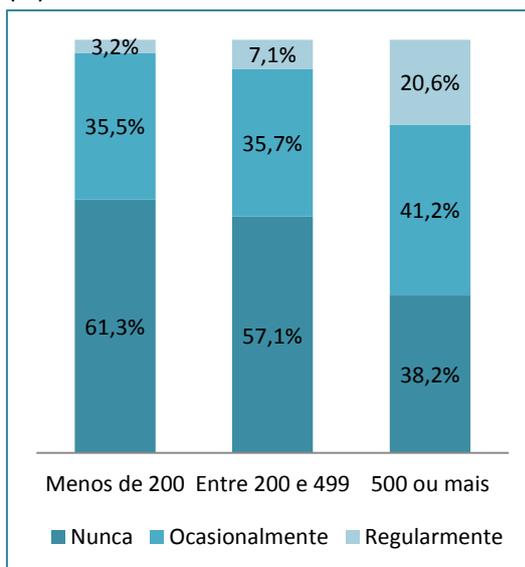


Figura 2.43 Frequência da representação em órgãos consultivos, por volume de associados (%)



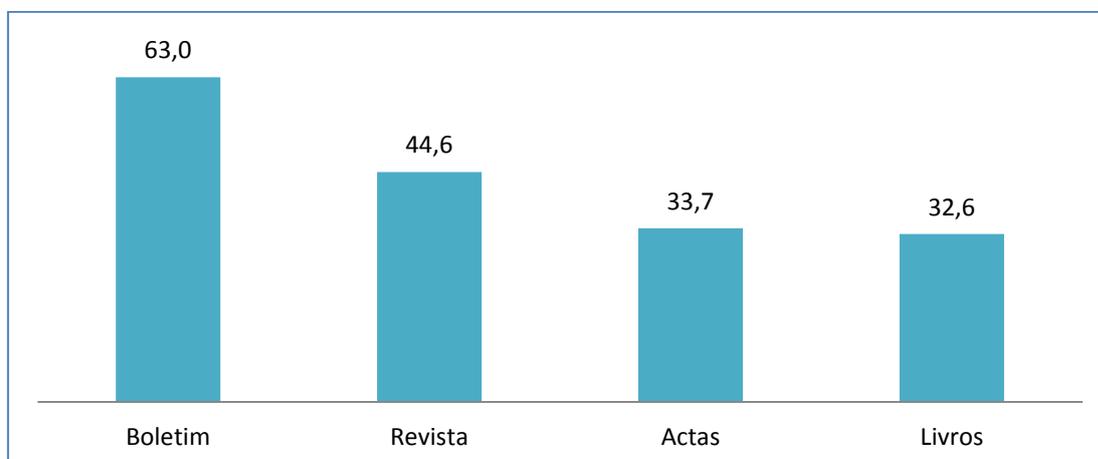
N = 100

No que respeita às restantes actividades consideradas – aquelas que mais raramente foram citadas pelas associações como recorrentes ou mesmo ocasionais – a diferenciação de acordo com o tipo de associação ou com qualquer outro elemento de caracterização revela-se muito pouco significativa.

Um das poucas actividades das associações a que foi proporcionada uma exploração mais detalhada no inquérito, por meio de algumas questões específicas, é a edição de publicações. Apesar de uma tendência a nível internacional para redução da sua importância na publicação de revistas científicas, esta função continua a ter um lugar importante nas actividades das associações de natureza científica (Leslie 2007, Shad 1997). A literatura sobre o tema mostra sobretudo uma visão muito restrita do possível universo de publicação das associações científicas, tendo em conta apenas as revistas científicas em sentido estrito – aquelas cujo objectivo é a comunicação entre pares através da publicação de produtos de investigações originais.

O critério inclusivo utilizado para definir o universo do associativismo científico no âmbito deste projecto implica que seja também alargada a definição de publicação científica. Assim, as associações foram inquiridas sobre a edição de diversos tipos de publicações e dos públicos a que estas se dirigem de forma a poder incluir modalidades de publicação menos formais ou menos restritas à comunidade científica que se poderão encontrar em associações mais orientadas para a interacção ciência-sociedade. Em adição permite explorar a existência de modalidades de publicação alternativas nas associações mais estritamente científicas.

Figura 2.44 Edição de publicações pelas associações (%)



N = 92

Os resultados do questionário sustentam a importância da publicação nas actividades das associações científicas inquiridas. O número de associações que não produzem qualquer tipo de publicação é reduzido – apenas 8% das 92 associações inquiridas que responderam a esta pergunta (Figura 2.44).

De entre os tipos de publicação são mais frequentes as publicações de natureza informativa e menos formal como boletins, newsletters ou jornais, que são editados por 63% das associações inquiridas. A curta extensão deste tipo de publicações e as facilidades oferecidas pela distribuição electrónica dos mesmos permitem que mesmo associações com poucos recursos possam manter uma publicação deste tipo, que cumpra funções de divulgação das actividades da associação e de pequenos textos de natureza científica pelos associados ou pelo público em geral.

É de notar que os restantes três tipos de publicações, de edição geralmente mais complexa, são menos frequentes. A revista surge como o segundo tipo de publicação mais editado sendo editada por quase metade (45%) das associações inquiridas. Menos frequentes são as publicações de natureza não periódica – livros e actas – que surgem em cerca de um terço das associações.

Figura 2.45 Públicos a que se destinam as publicações das associações: revista científica (%)



Figura 2.46 Públicos a que se destinam as publicações das associações: boletim/newsletter (%)



Figura 2.47 Públicos a que se destinam as publicações das associações: livros (%)



Figura 2.48 Públicos a que se destinam as publicações das associações: actas (%)



N =92

A resposta sobre o tipo de públicos a que as associações inquiridas dirigem as suas publicações (Figuras 2.45 a 2.48) permite fazer uma distinção bastante clara entre dois tipos de publicações, aquelas que se dirigem sobretudo a indivíduos com formação especializada e aquelas que se dirigem a um público alargado. O primeiro grupo é constituído pelas revistas científicas e as actas que são sobretudo dirigidas a investigadores (95% e 79%), a profissionais científicos (88% e 75%) e técnicos e com menor frequência a estudantes de ensino superior (65% e 67%). As associações referem dirigir este tipo de publicações a outro tipo de públicos em menos de 35% das respostas. O segundo grupo é constituído pelos boletins/newsletters/jornais e pelos livros para os quais os públicos especializados continuam ter um lugar de destaque mas em que os restantes públicos são apontados com mais frequência - especialmente o “público em geral” que é referido em 64% e 75% das respostas respectivamente.

Figura 2.49 Publicação de revista científica por tipo de associação (%)

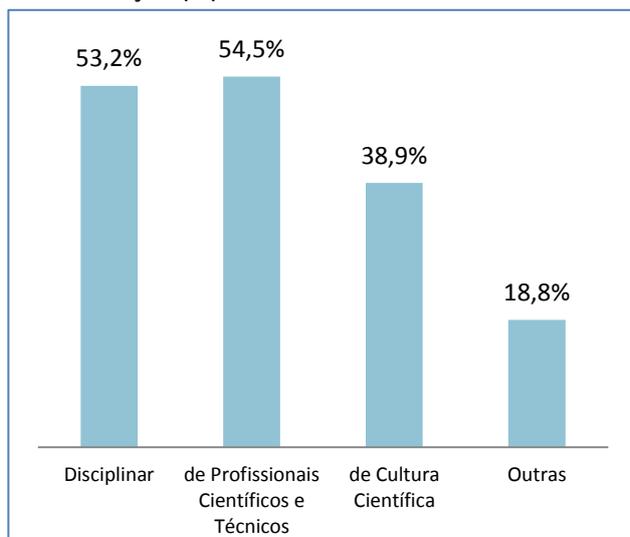


Figura 2.50 Publicação de revista científica por área disciplinar (%)

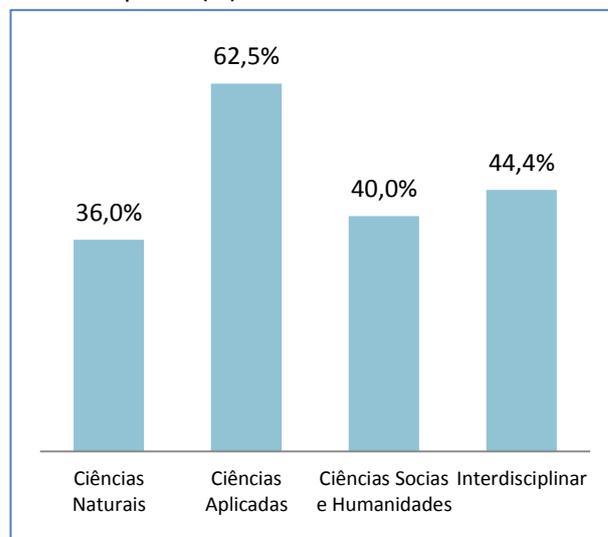
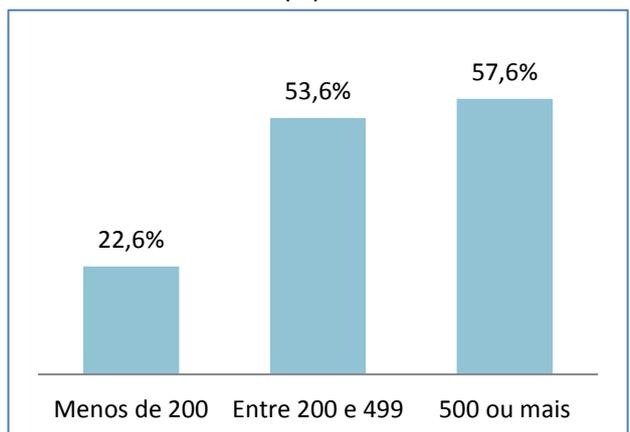


Figura 2.51 Publicação de revista científica por número de associados (%)



N = 92

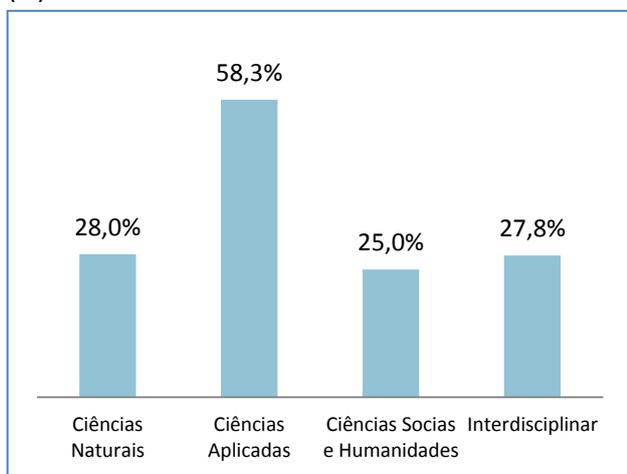
É interessante notar que é entre as associações de profissionais especializados, sejam disciplinares ou de profissionais científicos e técnicos, que a publicação de revistas científicas se mostra mais frequente (Figura 2.49), ainda que apenas por pouco mais de metade das associações de cada um destes tipos (52% e 55%). As associações de cultura científica mostram também um valor muito significativo deste género de publicações (39%), ficando em aberto a questão de averiguar as eventuais diferenças entre as revistas científicas publicadas por estas associações e as das associações de especialistas. A categoria “outra”, que contém um grupo diverso de associações, mas de alguma forma menos focadas no conhecimento científico (associações de ambiente, associações de saúde, associações profissionais de cientistas), surge

como o grupo onde a publicação de revista é uma actividade menos frequente.

A publicação de revistas científicas mostra-se também mais frequente entre as associações das ciências aplicadas (ciências da saúde e engenharias) – 63% - do que nas restantes áreas disciplinares, em que a proporção de associações que publica revista científica é próxima dos 40% (Figura 2.50).

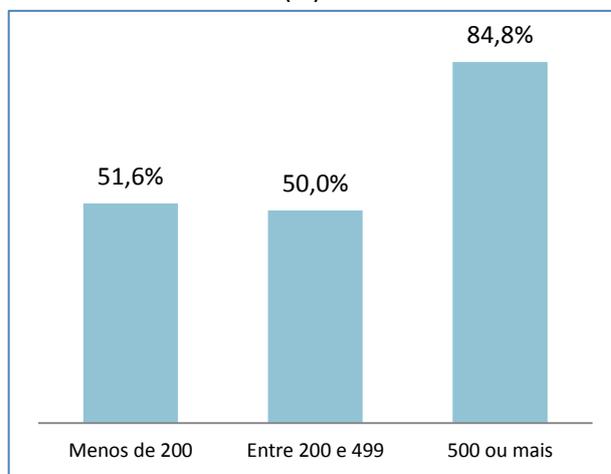
É particularmente notório o impacto que o número de associados tem na publicação de revista científica por parte das associações (Figura 2.51). As revistas são publicações que pela periodicidade e pelas exigências na edição podem ser difíceis de manter por associações com poucos associados. Entre as associações com menos de 200 membros, apenas 23% publica uma revista, enquanto para as associações maiores este número é um pouco superior a metade. Contudo, há que ter em conta que as associações disciplinares e de profissionais científicos e técnicos, que mostram ser as que mais publicam revistas, tendem a estar nas categorias de maior número de associados.

Figura 2.52 Publicação de actas por área disciplinar (%)



N = 92

Figura 2.53 Publicação de boletim/newsletter por número de associados (%)



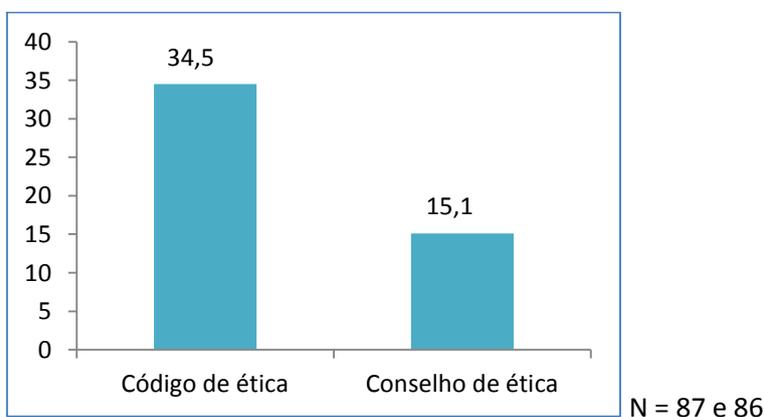
Os restantes tipos de publicação são em grande medida transversais ao tipo, área disciplinar, dimensão da associação e proporção de investigadores entre os associados, ainda que com algumas excepções. A primeira é o maior número de associações da área das ciências aplicadas que publicam actas – 58% contra 25-30% nas outras áreas disciplinares. Esta diferença deverá estar relacionada com a maior frequência de organização de eventos científicos por parte dessas associações como foi mostrado num momento anterior do relatório. A segunda é a

maior frequência da publicação de boletim, newsletter ou jornal entre as associações com maior número de associados. Estas associações não só têm mais recursos humanos e materiais para a edição destas publicações, mas também o interesse em assegurar um meio de comunicação periódica com os associados.

Ainda que não referida de forma directa (por exemplo, no estudo de Schimank, 1988), uma das funções das associações científicas é de carácter ético: externamente, quando promovem o bom uso da ciência na sociedade e, internamente, quando contribuem para uma melhor conduta dos profissionais (Rego *et al.*, 2011). Neste sentido, no inquérito por questionário foi contemplada também esta dimensão da acção do objecto de estudo e seleccionados três indicadores da existência desta função, a saber: a existência de um código de ética, de um conselho de ética e o desenvolvimento de actividade por parte deste. De notar que normalmente o conselho de ética pressupõe um código mas o contrário não se verifica necessariamente, pois existem vários tipos de códigos, alguns correspondendo a uma simples declaração de princípios (Frankel, 1989).

Os resultados a estas perguntas relativas à função ética das associações são de algum modo surpreendentes, pois menos de metade das associações inquiridas (35%) assinala ter código de ética; destas cerca de metade tem um conselho de ética (15%); e por sua vez só metade destes conselhos teve alguma actividade nos últimos 5 anos para além da redacção do código (6 em 13). De notar ainda que a maior parte destas respostas provem de associações com uma vocação profissional muito significativa, como sucede com as Ordens profissionais. Um número ainda mais pequeno de associações dá conta da actividade do seu conselho de ética, afirmando sobretudo que ele analisa queixas ou prepara pareceres.

Figura 2.54 Existência de código de ética e conselho de ética nas associações (%)



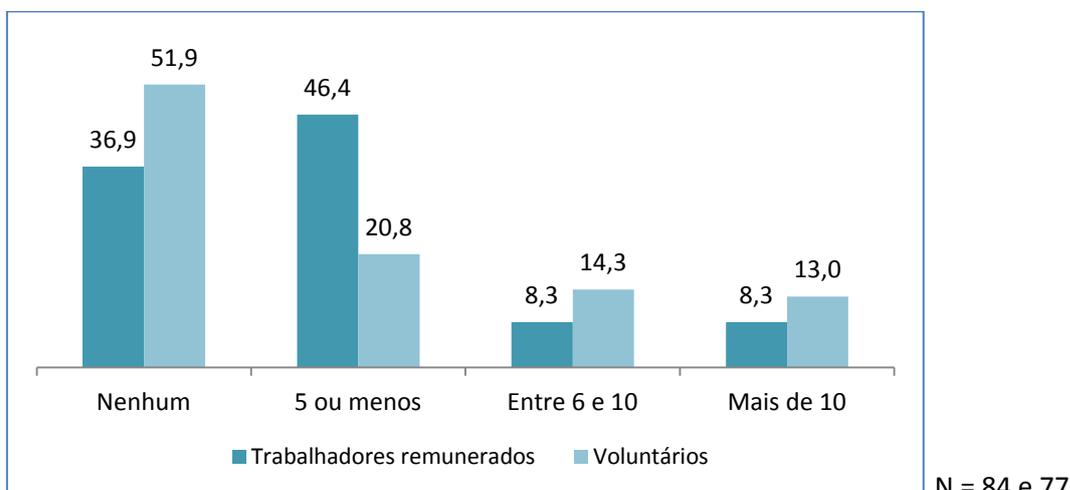
De notar que o cruzamento destes dados pela área disciplinar das associações deve ser analisado com precaução por termos bases estatísticas reduzidas. Em todo o caso, as associações com códigos de ética e conselhos de ética pertencem mais às ciências aplicadas (ciências da saúde, engenharias e tecnologias), não havendo outras variações significativas (8 em 13). Estes dados serão compreensíveis à luz da relação que estas áreas têm com o interesse público, designadamente com a preservação da vida humana, e que acarreta em princípio uma maior preocupação ética com o desempenho dos profissionais. A Figura seguinte dá conta dos resultados a este grupo de questões.

Recursos das associações

Com o objectivo de melhor compreender a dimensão do associativismo nas suas diferentes modalidades foi incluído um bloco de perguntas sobre os recursos de que dispõem as associações científicas portuguesas.

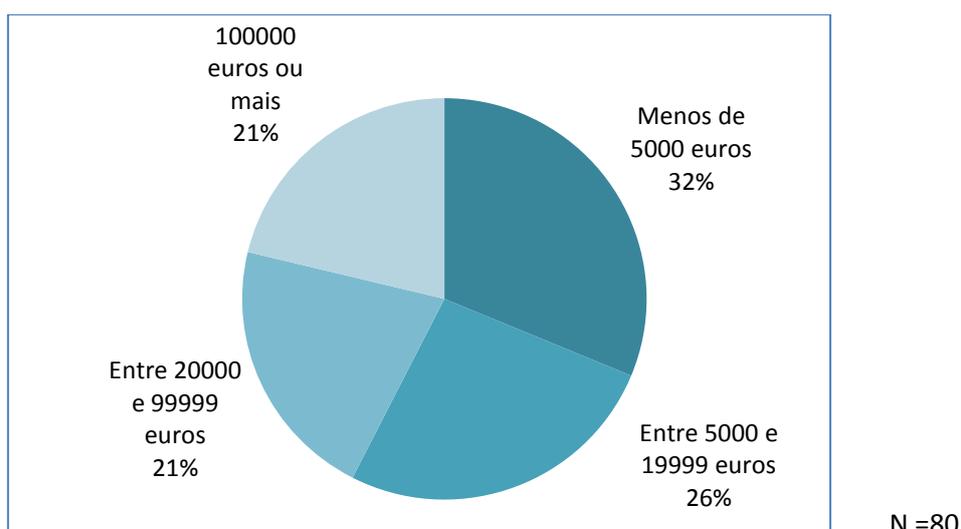
No que toca aos recursos humanos (Figura 2.55) as respostas das associações mostram que a grande maioria depende sobretudo dos associados eleitos para os órgãos sociais para assegurar a sua actividade, sem que sejam disponibilizados muitos recursos humanos adicionais. A maioria conta com nenhum ou com um número reduzido (menos de 5) de trabalhadores remunerados e voluntários – mais de 70% para ambas as categorias.

Figura 2.55 Distribuição das associações por número de trabalhadores remunerados e voluntários (%)



Quanto à distribuição do volume de despesas das associações (Figura 2.56) é importante referir que estão em maioria as associações com menores recursos financeiros disponíveis. Quase um terço das associações inquiridas afirma ter tido um volume de despesas inferior a 5 mil euros durante 2009 e apenas cerca de 40% afirma ter um volume de despesas superior a 200 mil euros.

Figura 2.56 Distribuição das associações por volume de despesas (%)



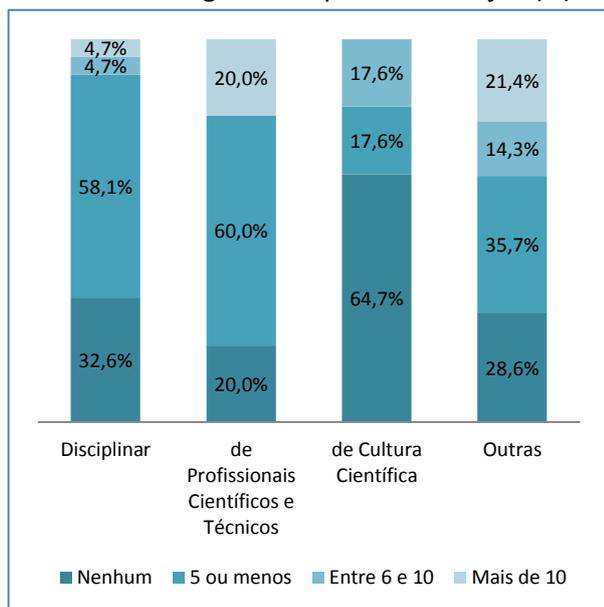
Os diversos recursos sobre os quais as associações foram inquiridas encontram-se distribuídos de forma desigual entre estas (Figuras 2.57 a 2.59). A diferença mais notória é entre as associações de cultura científica e as restantes, que contam com menos recursos humanos e financeiros. O número de associações com volume de despesas inferior a 5 mil euros é maior entre as associações de cultura científica, com 44% contra os valores a rondar os 30% para os restantes tipos de associação e o valor para o volume de despesas superior a 100 mil euros é também o menor, com 13% contra os 17% das associações disciplinares e os cerca de 30% das associações de profissionais científicos e outras. É também relevante a diferença entre as associações disciplinares e as associações de profissionais científicos e técnicos e outras que mostram um volume de despesas superior às primeiras. A proporção de associações com volume de despesas superior a 100 mil nas associações disciplinares é de cerca de metade (17%) dos valores dos outros dois tipos de associação (33% e 36%).

O número de trabalhadores remunerados acompanha aproximadamente a distribuição do

volume de despesa das associações inquiridas. De forma semelhante destaca-se o número elevado de associações de cultura científica que não dispõe de nenhum trabalhador remunerado (65%) e uma proporção mais relevante de associações com 10 ou mais trabalhadores entre as associações de profissionais técnicos e científicos e outras associações.

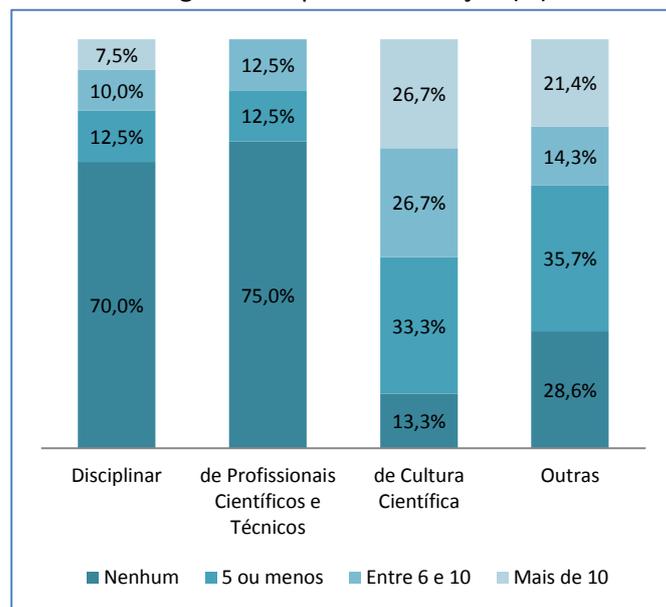
É interessante destacar o maior recurso a trabalhadores voluntários por parte das associações de cultura científica, especialmente quando comparado com as associações disciplinares e as associações de profissionais científicos e técnicos. Isto permite-nos isolar uma característica das associações de cultura científica quando comparadas com as restantes. Temos por um lado as associações disciplinares e de profissionais científicos e técnicos, com mais recursos, que lhes permitem, ainda que de forma limitada, auxiliar o trabalho dos órgãos sociais com o recursos a trabalhares remunerados, e por outro as associações de cultura científica que dependem sobretudo de uma participação voluntária para apoiar o seu funcionamento.

Figura 2.57 Associações por número de trabalhadores remunerados segundo o tipo de associação (%)



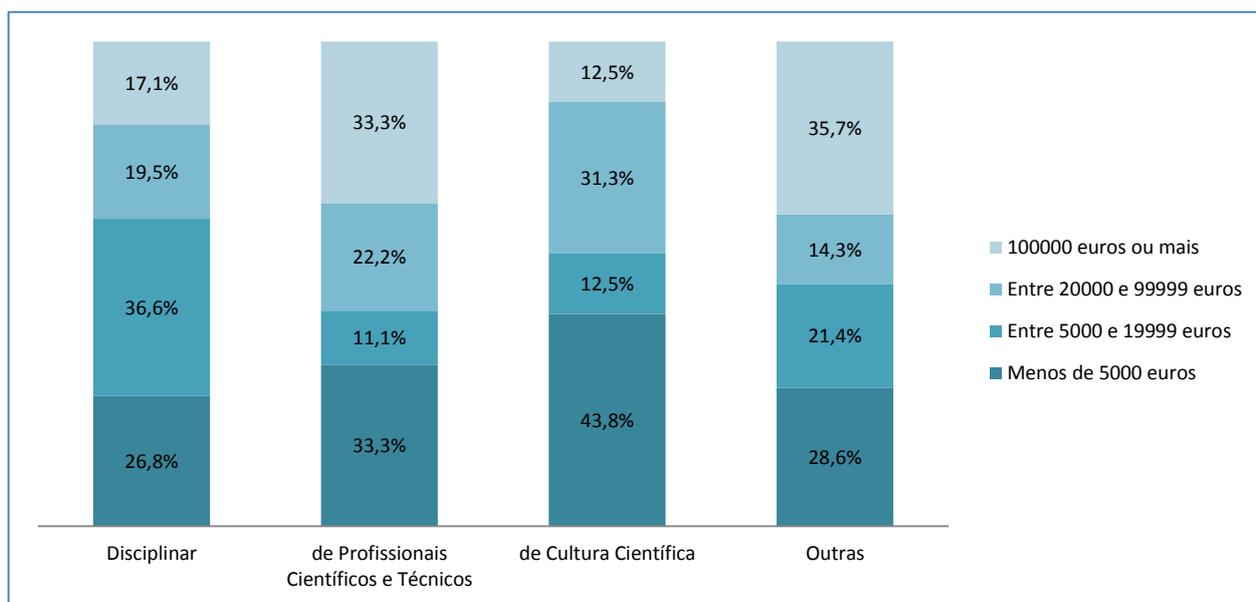
N = 84

Figura 2.58 Associações por número de trabalhadores voluntários segundo o tipo de associação (%)



N = 77

Figura 2.59 Associações por volume de despesas segundo o tipo de associação (%)

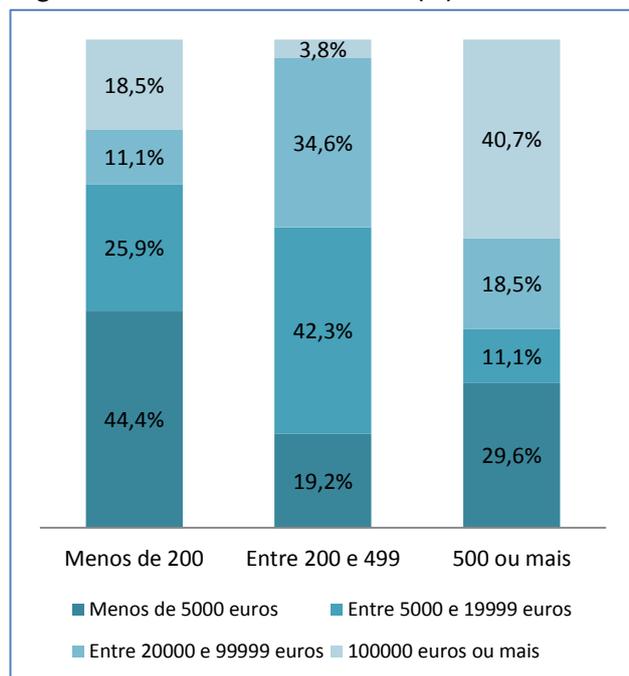


N =80

Ainda que seja esperado, é importante referir que a distribuição de recursos acompanha aproximadamente a distribuição do número de associados das associações inquiridas. No que se refere ao volume de despesas, as associações com menos de 200 associados distribuem-se sobretudo pelas duas categorias de resposta associadas a menos despesas – 70% com menos de 20 mil euros de volume de despesa – e as associações com 500 ou mais associados pelas duas categorias de maior volume de despesa – 59% com volume de despesa superior a 200 mil euros.

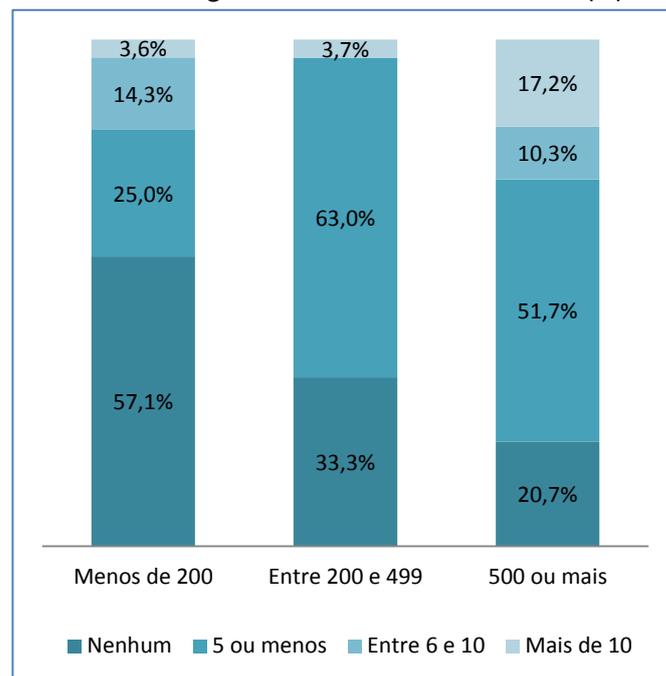
Acontece aproximadamente o mesmo com a distribuição do número de trabalhadores remunerados presentes nas associações inquiridas. A proporção de associações com nenhum trabalhador remunerado (57%) é superior à das associações com 200 a 499 associados (33%) e à das associações com 500 ou mais associados (21%). O inverso acontece com as associações com 10 ou mais trabalhadores remunerados, que são mais frequentes entre as associações com 500 mais membros (17%) do que entre as associações mais pequenas (4%).

Figura 2.60 Associações por volume de despesas segundo o número de associados (%)



N = 80

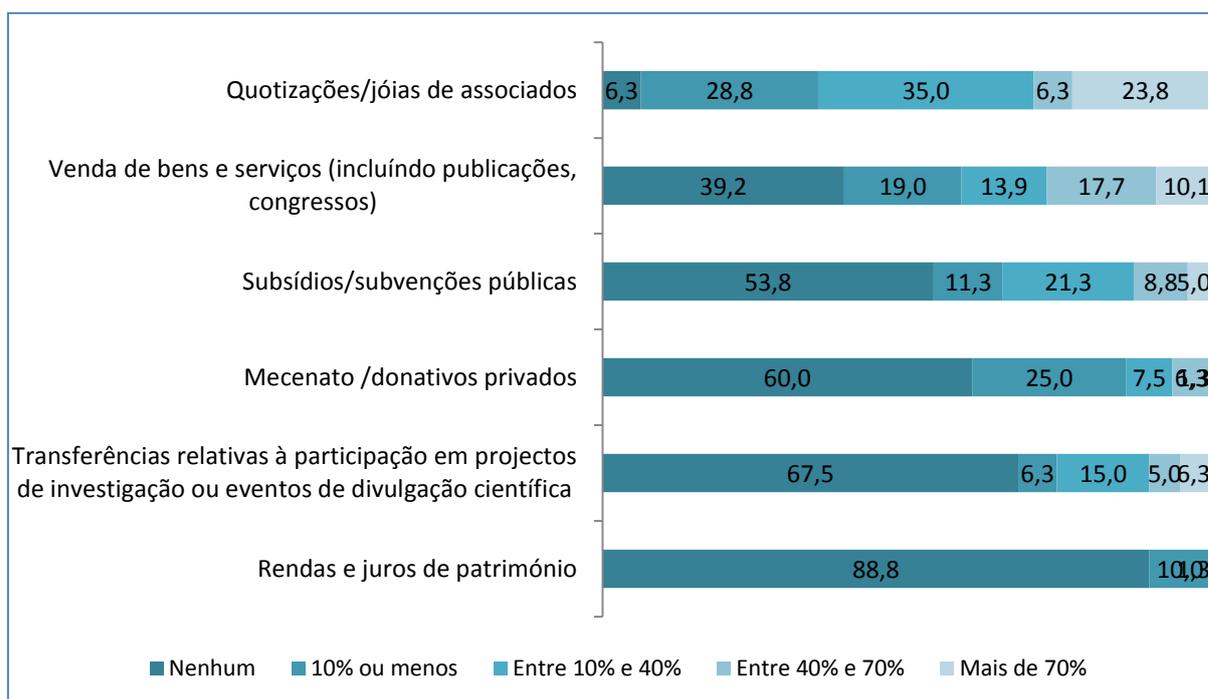
Figura 2.61 Associações por número de trabalhadores remunerados segundo o número de associados (%)



N = 77

As associações inquiridas mostram alguma pluralidade nas suas fontes de receitas (Figura 2.62) já que em nenhum caso uma proporção superior a 30% das associações depende em mais de 40% de uma das categorias. Ainda assim é de assinalar a importância das quotizações e jórias de associados, num primeiro plano, e da venda de bens e serviços de carácter científico, em segundo plano, entre as receitas das associações. Apenas 6% das associações diz não depender de forma alguma de quotas e jórias de associados e existe um maior número de associações a depender em mais de 70% deste tipo de rendimentos (24%) que de qualquer outro. A venda de bens e serviços revela-se uma fonte de rendimento importante ainda que com menor dimensão que a anterior, com cerca de 60% das associações inquiridas a assinalarem algum peso para esta categoria de rendimentos.

Figura 2.62 Fontes de financiamento das associações (%)



N = 80

É também importante notar que as associações dependem sobretudo de rendimentos próprios para assegurar as suas actividades. Cerca de metade das associações não contam com subvenções públicas²⁷ ou donativos privados entre os seus rendimentos e não chegam a 10% as que dependem de um ou outro destes rendimentos em mais de 40%. Por último, é bastante claro o peso reduzido de rendas e juros de património entre as receitas das associações.

Finalmente, é interessante explorar a forma como o peso de subsídios ou subvenções públicas nas receitas se distribui por algumas características das associações inquiridas. O primeiro aspecto de nota é a menor dependência deste tipo de financiamento entre associações de profissionais científicos e técnicos. Um quarto destas associações dizem não depender de qualquer tipo de subsídio público e em nenhum caso este tipo de financiamento compõe mais de 40% das receitas das associações de profissionais científicos e técnicos. No outro extremo estão as associações de cultura científica e outras associações como as mais dependentes de financiamento público, já que cerca de 60% as associações deste tipo contam com algum valor de subsídio público entre as suas fontes de financiamento.

²⁷ Ao invés de organizações do terceiro sector noutras áreas de actividade, como a solidariedade social (vide, por exemplo, Delicado et al 2002) ou o ambiente (Nave e Fonseca 2000), onde o financiamento estatal é predominante.

Em segundo lugar, é importante referir que são sobretudo as associações de maior dimensão, tanto no número de associados como no volume de despesas, que mais contam com subsídios públicos entre as suas fontes de financiamento. Entre as associações com mais de 500 membros, cerca de dois terços conta com algum tipo de subsídio público enquanto para as associações mais pequenas este valor está próximo dos 35%. A distribuição é semelhante quando temos em conta a diferença no volume de financiamento, já que entre as associações em que este é maior (100 mil euros ou mais) 82% recebem algum tipo de subvenção pública e este valor nunca é superior a 43% para as categorias de associações com menor volume de financiamento.

Figura 2.63 Peso das subvenções públicas por tipo de associação (%)

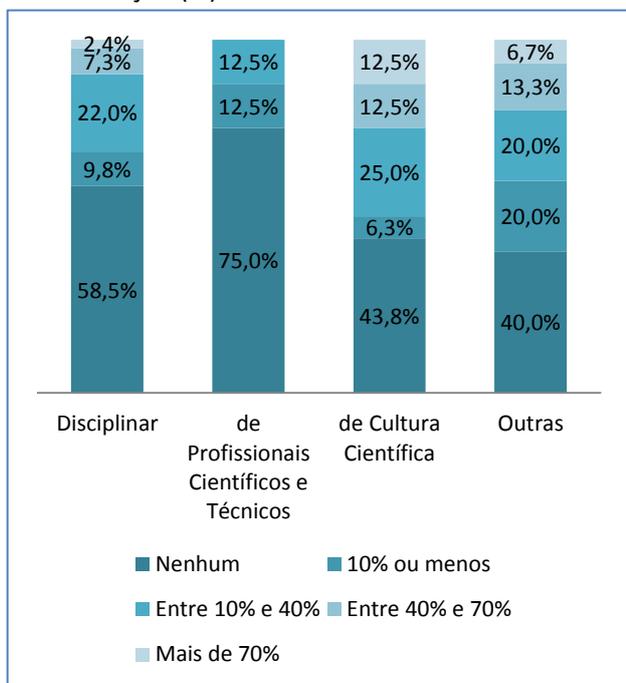
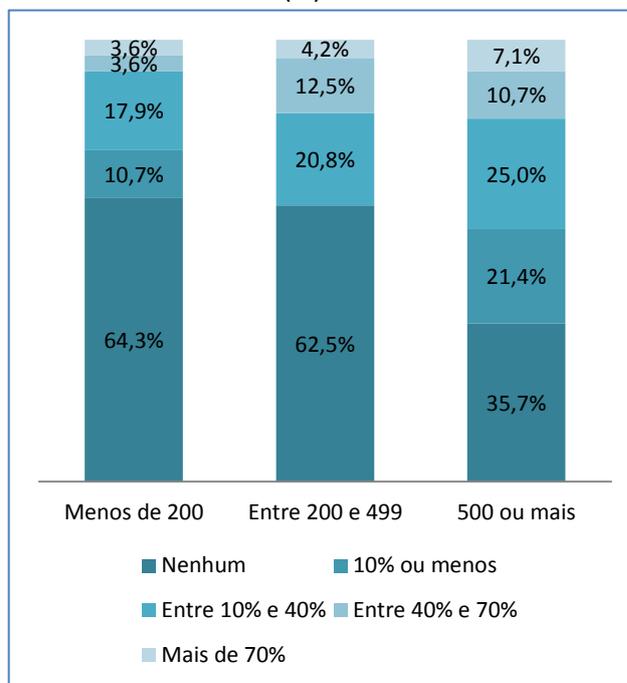
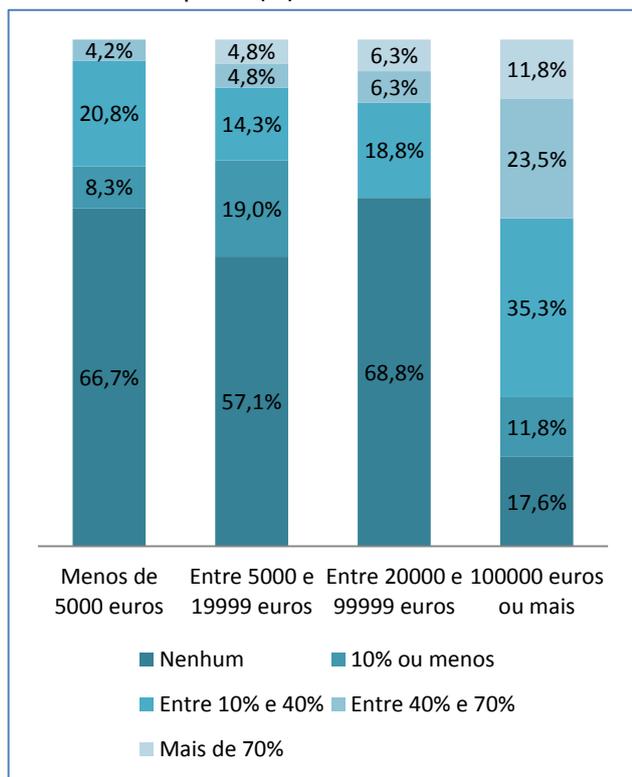


Figura 2.64 Peso das subvenções públicas por número de associados (%)



N = 80

Figura 2.65 Peso das subvenções públicas por volume de despesas (%)

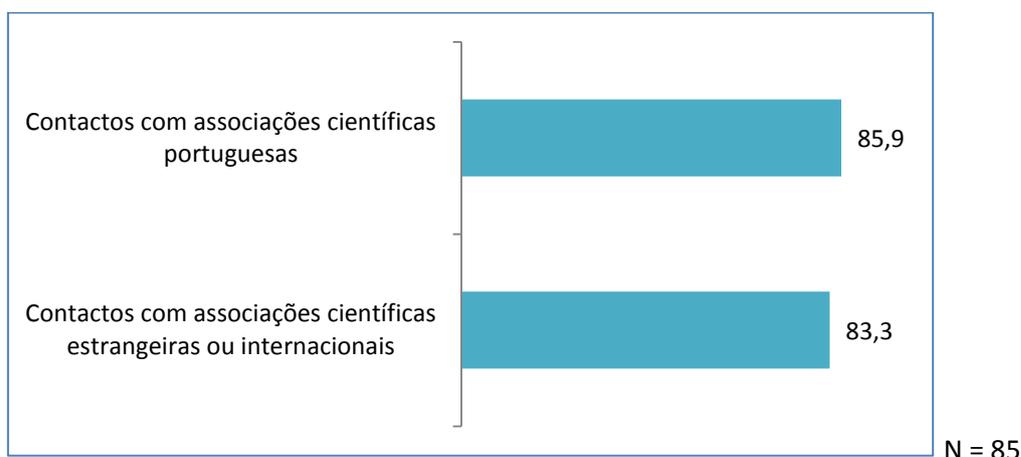


N = 78

Contactos e redes das associações

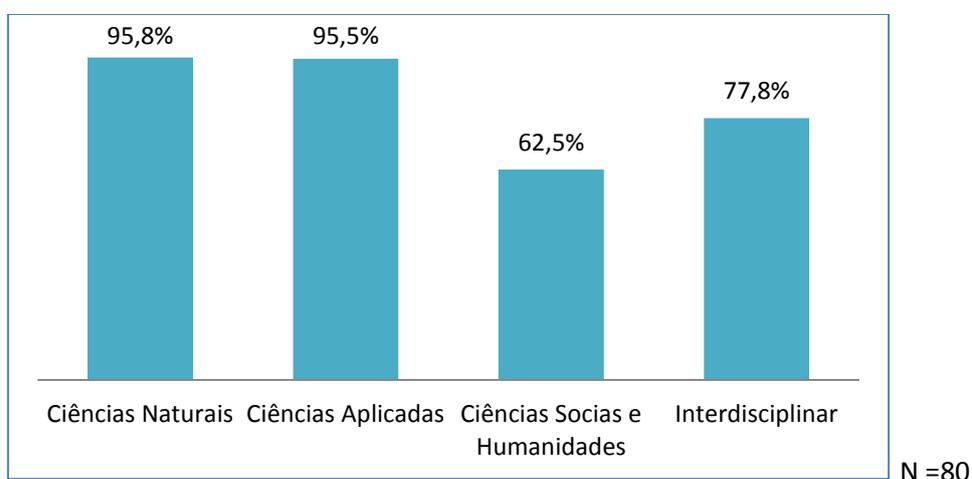
Procurou-se ainda através deste inquérito apreciar o grau de integração das associações científicas portuguesas, nomeadamente pelo desenvolvimento de contactos entre si e com congéneres estrangeiras. Verifica-se que praticamente a totalidade das associações afirma manter contactos com outras associações científicas, tanto portuguesas como estrangeiras (Figura 2.66). É no entanto de destacar que perto de 15% das associações inquiridas se encontrem numa situação de “isolamento” face a congéneres.

Figura 2.66 Proporção de associações que contactam com outras associações científicas, portuguesas e estrangeiras/ internacionais (%)



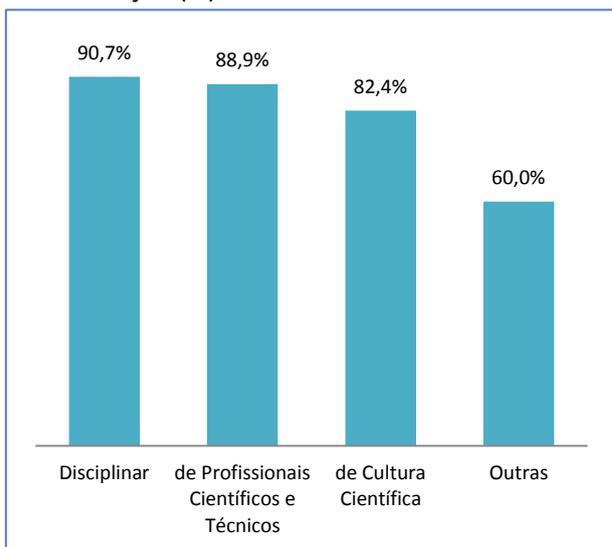
Quanto aos contactos intranacionais, não foram encontradas variações significativas segundo o tipo de associação considerada, ainda que a proporção de associações de cultura científica que afirma manter relações com outras associações é ligeiramente menor. Nas associações onde o peso dos investigadores é mais elevado é ainda mais frequente o estabelecimento de contactos, tanto nacionais como internacionais. Por área disciplinar (Figura 2.67), a variação é já estatisticamente significativa, verificando-se que a menor taxa de contacto ocorre nas ciências sociais e humanidades.

Figura 2.67 Proporção de associações que contactam com associações científicas portuguesas por área disciplinar (%)



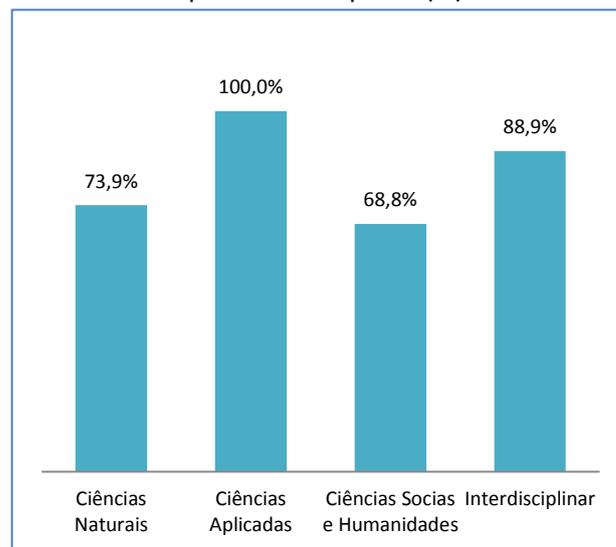
Os contactos com associações estrangeiras ou internacionais são mais frequentemente referidos por associações disciplinares ou profissionais e por associações da área das ciências da saúde e engenharia (Figuras 2.68 e 2.69).²⁸

Figura 2.68 Proporção de associações que contactam com associações internacionais por tipo de associação (%)



N = 84

Figura 2.69 Proporção de associações que contactam com associações estrangeiras/internacionais por área disciplinar (%)



N = 79

Quanto à natureza dos contactos com associações estrangeiras ou internacionais, predominam os projectos e actividades conjuntos, as relações de filiação e a troca de informações e publicações (Figura 2.70).

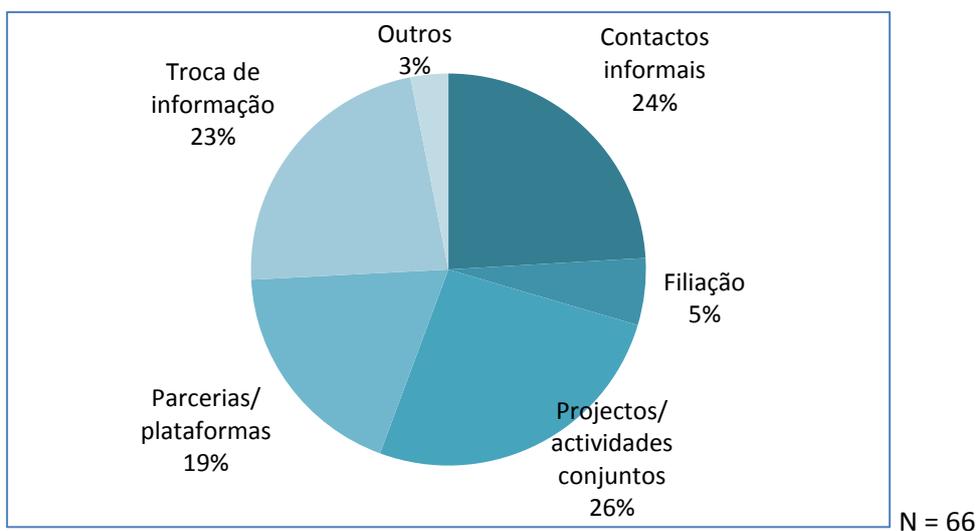
²⁸ Perante a forte internacionalização da ciência actual, é imprescindível a participação das associações nacionais na esfera internacional, até por razões de “homogeneização cognitiva” (Crawford et al 1993). Os mesmos autores referem que foram as ciências aplicadas a primeiro se organizarem internacionalmente.

Figura 2.70 Tipo de contactos que as associações mantêm com associações estrangeiras/internacionais (%)



Instados a identificar as 6 principais associações científicas portuguesas com que são mantidos relacionamentos e o tipo de contactos estabelecidos, os inquiridos referiram com maior frequência os contactos informais e a troca de informação, que pressupõem ligações mais ténues entre as organizações (Figura 2.71).

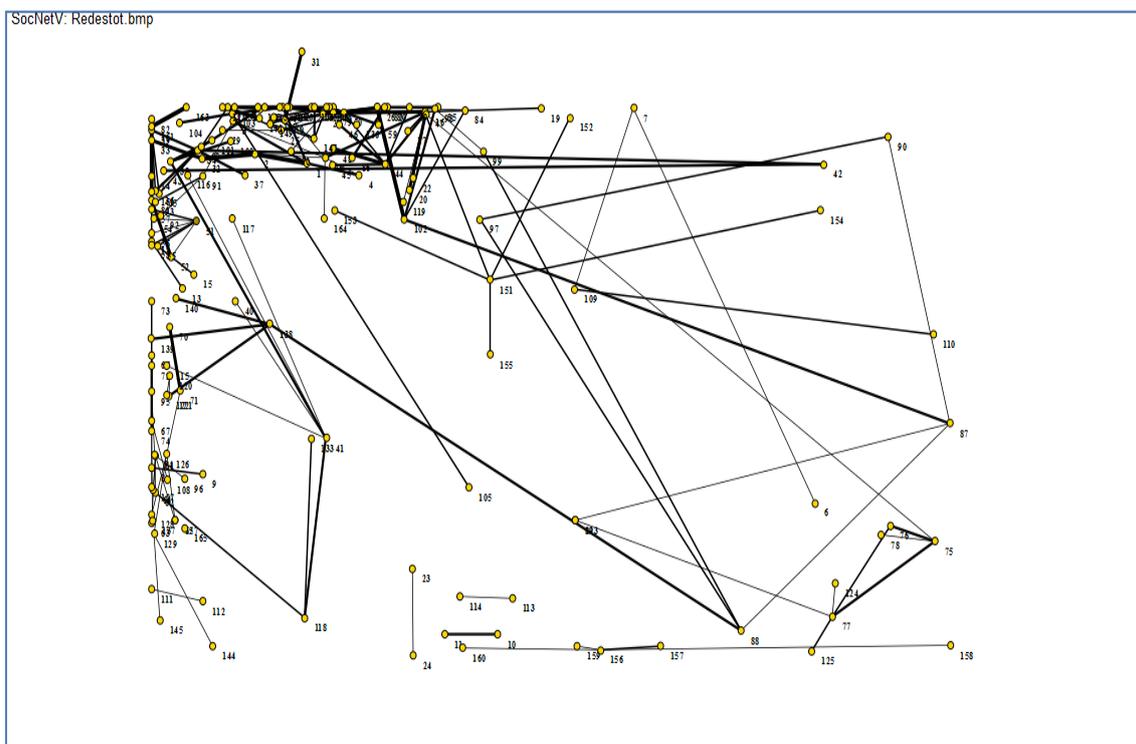
Figura 2.71 Tipos de contactos que as associações mantêm com outras associações científicas portuguesas (%)



Com base na informação recolhida, foi ensaiada uma análise de redes²⁹ sobre as respostas das 66 associações que preencheram esta questão, cujo carácter é apenas exploratório. Foram incluídas todas as associações nomeadas pelos inquiridos e foi atribuído um peso à relação entre associações correspondente ao somatório do tipo de contactos

Para o total da amostra considerada (Figura 2.72), a rede é constituída por 165 nós, com 307 laços entre elas, do que resulta uma densidade³⁰ muito baixa (0,011). É possível observar algumas redes isoladas.

Figura 2.72 Rede de associações (total da amostra)



Isolando, a título de exemplo, as associações de tipo disciplinar (Figura 2.73), o grau de densidade aumenta ligeiramente (0,023), tendo a rede 71 nós, com 114 laços entre eles. Torna-se porém visível que não se forma uma rede única, mas sim um conjunto de redes isoladas, a que correspondem áreas disciplinares distintas, com escassas ligações entre si.

²⁹ Visualizações criadas com o software Social Networks Visualizer (SocNetV), <http://socnetv.sourceforge.net/index.html>.

³⁰ Número de laços sobre o total de laços possíveis. O valor máximo de densidade de uma rede é 1 (ver Bruggeman 2008: 15).

As redes de associações de ciências exactas (Figura 2.74) são ainda mais densas (0,11), tendo 20 nós e 42 laços. É possível ainda identificar as ligações existentes entre diferentes tipos de associação dentro da mesma área disciplinar.

Figura 2.73 Redes de associações disciplinares

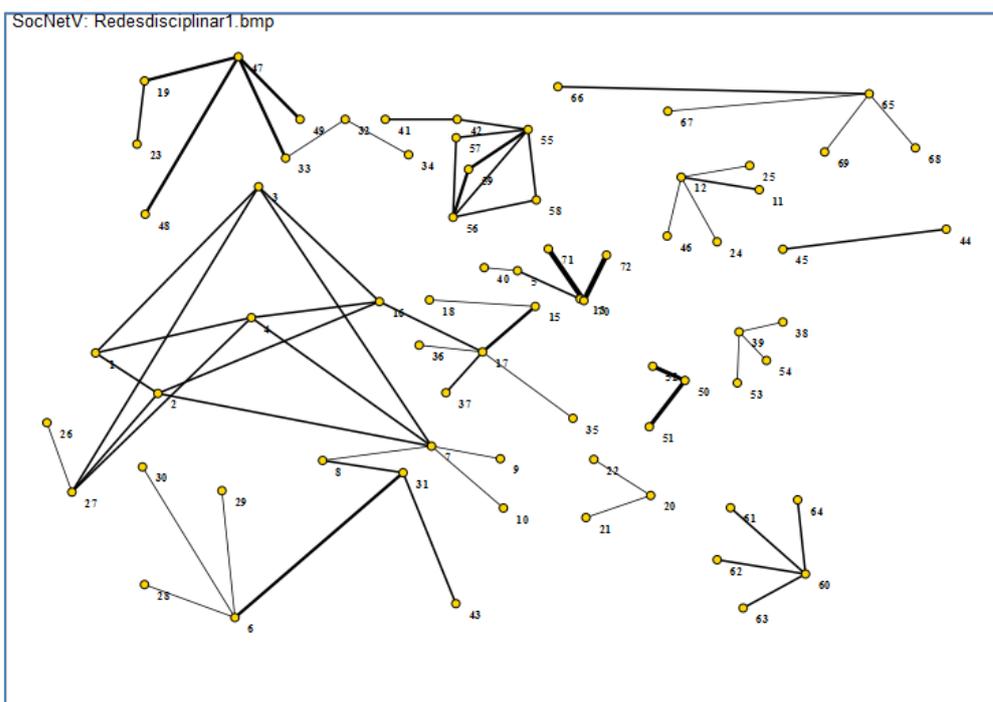
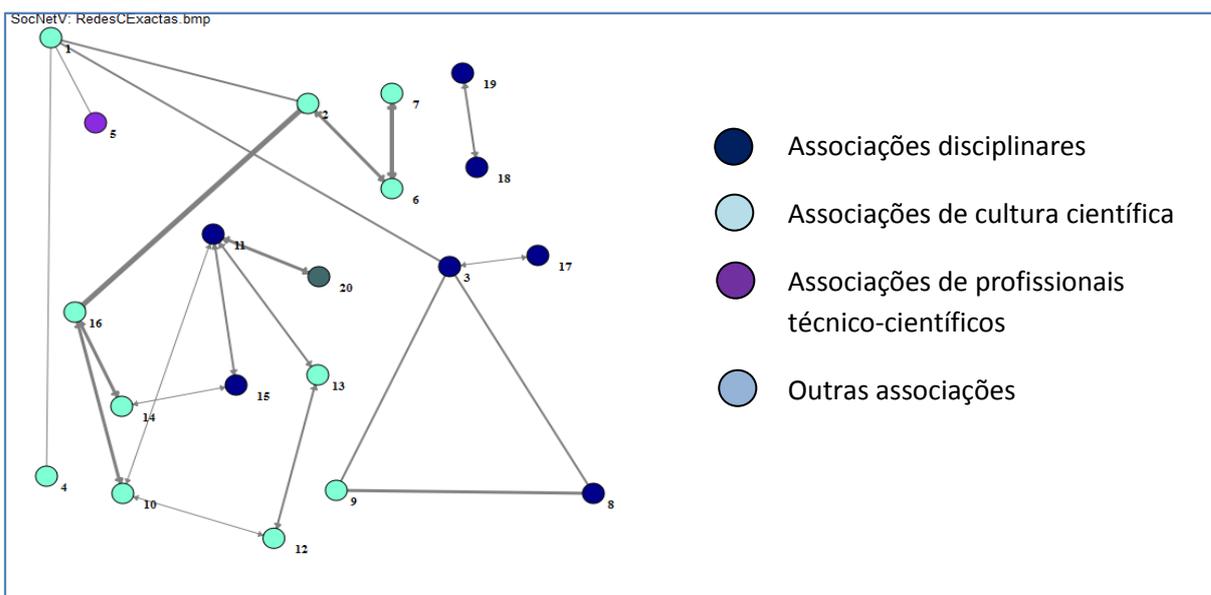
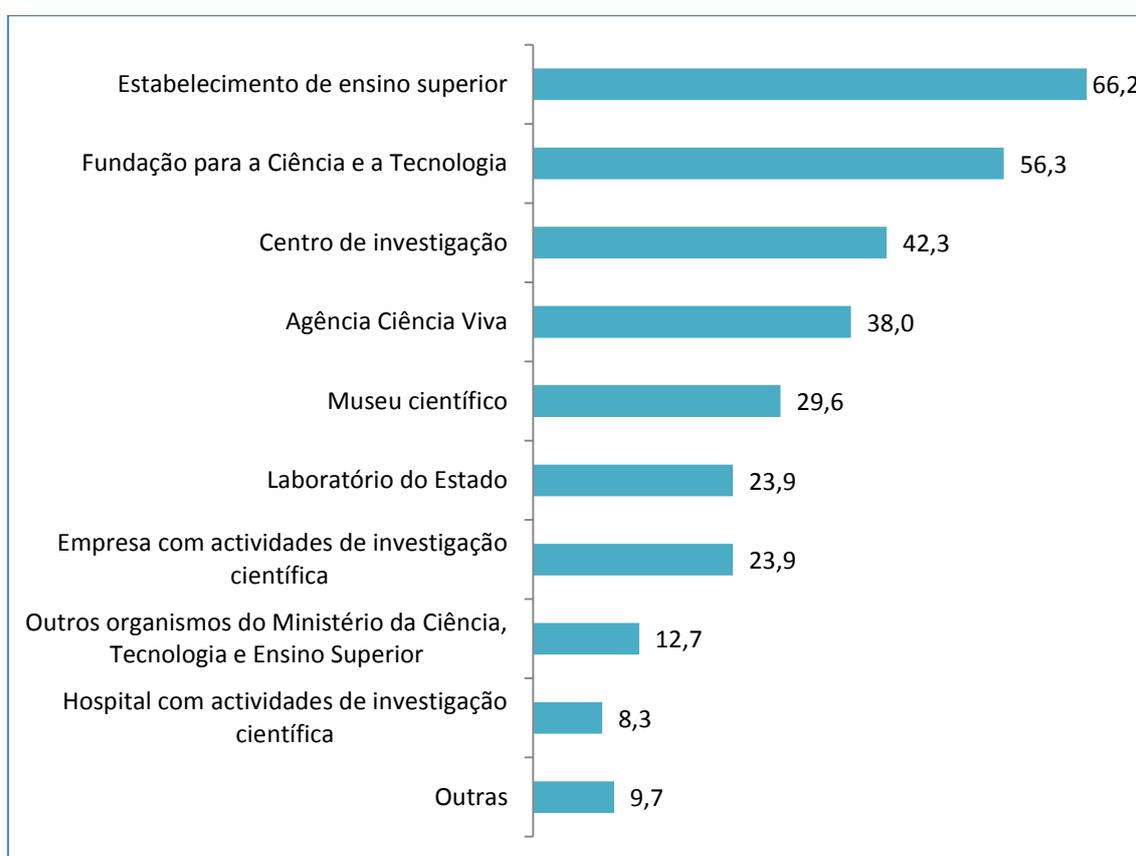


Figura 2.74 Redes de associações das ciências exactas



Quanto a contactos de colaboração, projecto ou parceria formal com outros actores do campo científico (Figura 2.75), constata-se a preponderância das relações entre as associações e os estabelecimentos de ensino superior e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Tal reflecte não só a centralidade do ensino superior no sistema científico português (aferida também pelos dados referentes à despesa e ao pessoal em investigação – GPEAR1 2011), mas também a proximidade ao principal organismo financiador da actividade científica.

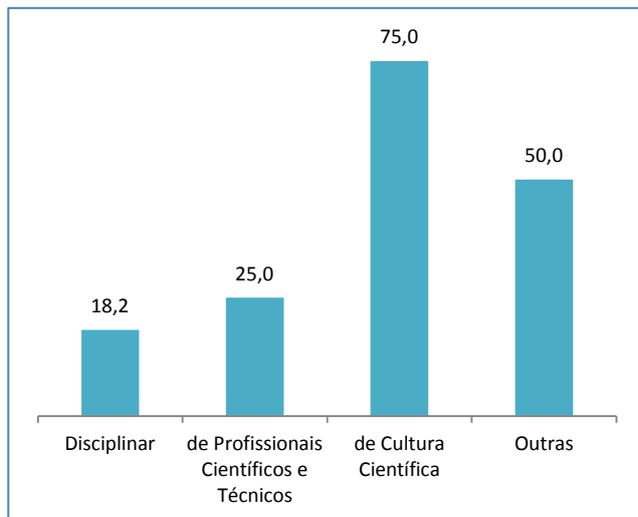
Figura 2.75 Proporção de associações que contactam com instituições do campo científico (%)



N =71

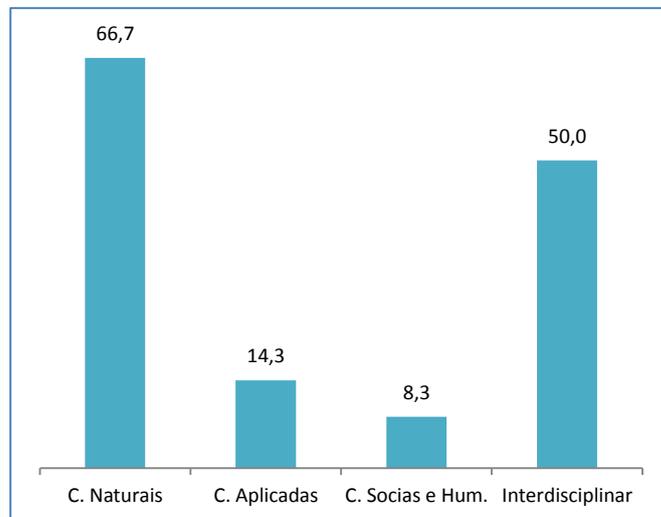
Não foram encontradas variações significativas neste domínio, a não ser uma maior frequência de contactos das associações de cultura científica e das associações das ciências naturais com a Agência Ciência Viva, que é a principal entidade promotora (e financiadora) de acções nesta área (Figura 2.76 e 2.77).

Figura 2.76 Associações que contactam com a Agência Ciência Viva por tipo de associação (%)



N =71

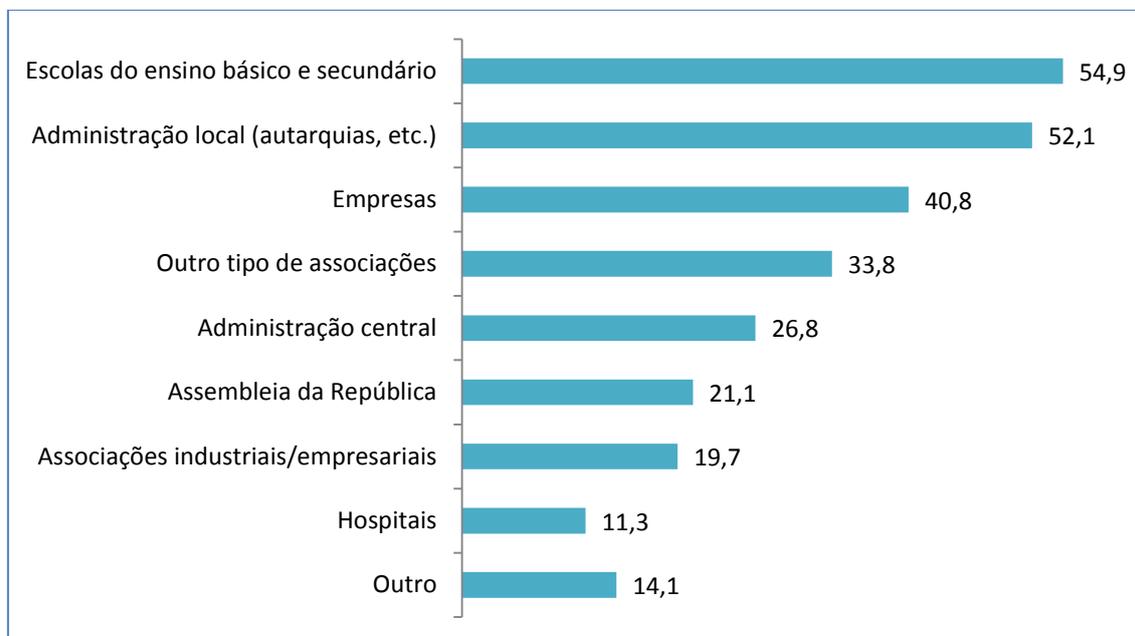
Figura 2.77 Associações que contactam com a Agência Ciência Viva por área disciplinar (%)



N =66

Fora do campo científico, as associações mantêm mais frequentemente contacto com escolas do ensino básico e secundário e administração local (Figura 2.78).³¹

Figura 2.78 Proporção de associações que contactam com outras organizações (%)

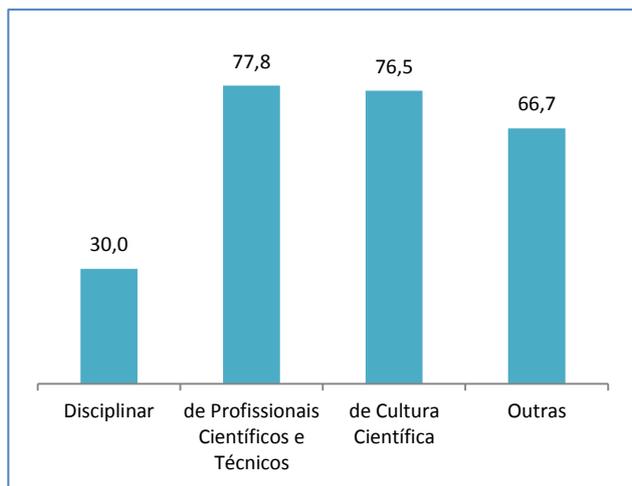


N =71

³¹ Um dado semelhante foi encontrado por Nave e Fonseca (2000) no estudo sobre Organizações Não Governamentais de Ambiente.

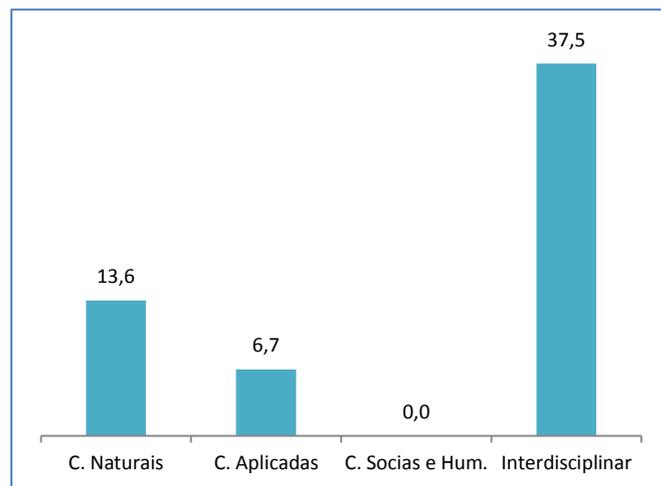
Também nesta questão se verificam poucas variações significativas, com excepção para o contacto com escolas, mais frequente nas associações de cultura científicas e nas ciências naturais (Figura 2.79 e 2.80).

Figura 2.79 Associações que contactam com escolas do ensino básico e secundário por tipo de associação (%)



N = 71

Figura 2.80 Associações que contactam com escolas do ensino básico e secundário por área disciplinar (%)



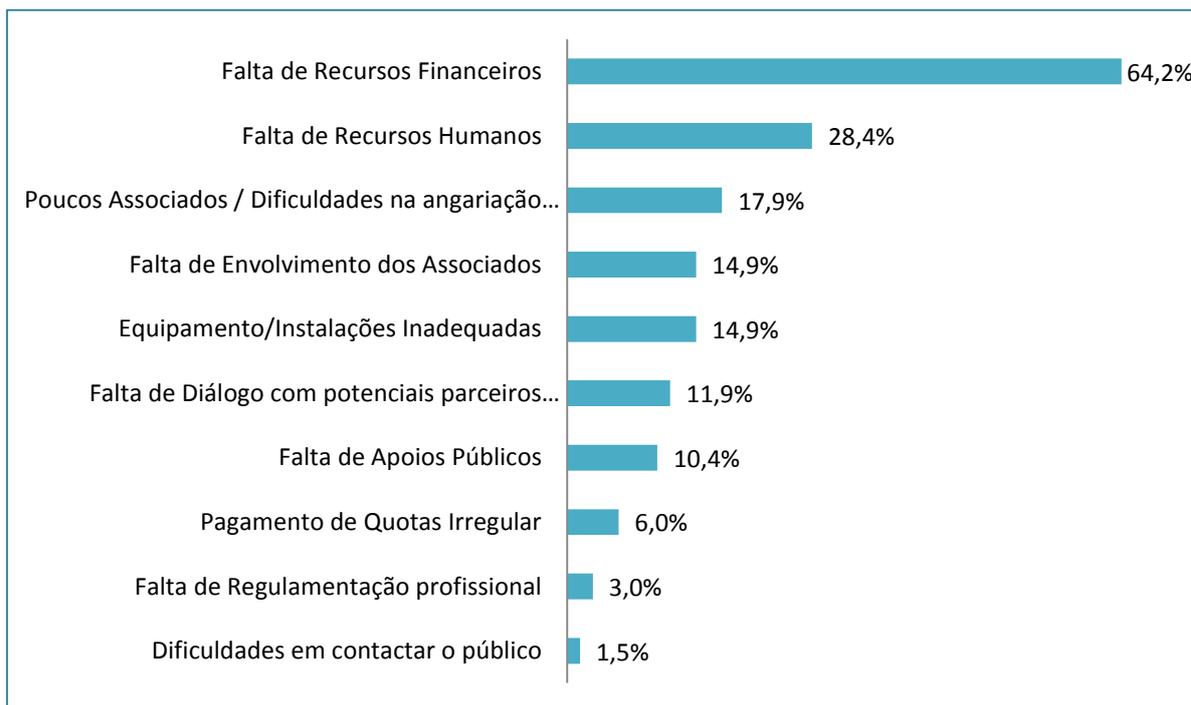
N = 66

Dificuldades das associações

No final do inquérito, as associações foram convidadas a elencar as principais dificuldades com que se debatem no decurso da sua actividade. Optou-se por colocar esta questão de forma aberta, permitindo que os inquiridos indicassem livremente os tópicos mais relevantes. Foram recolhidas 67 respostas relativas a este item, o que corresponde a 66% de respostas, no total de questionários preenchidos.

Posteriormente, esta questão foi codificada, de forma a agrupar dificuldades semelhantes, como se pode ver na figura seguinte:

Figura 2.81 Principais dificuldades assinaladas pelas associações (%)



N = 67

É de salientar que a maioria das respostas (64%) refere as dificuldades económicas e a falta de recursos financeiros como um dos principais problemas sentidos. Se se somar a este valor os 6% que referem o problema do pagamento de quotas irregular³² e os 10% que referem a falta de apoios públicos (que poderá corresponder, embora não necessariamente a falta de apoios financeiros) e ainda os 15% que indicam problemas a nível de instalações e equipamentos (o que também poderá derivar de dificuldades financeiras), verificamos que a questão da sobrevivência económica das associações é, indubitavelmente, um problema central, o que de resto, poderia ser intuído a partir de outros estudos sobre associativismo (Meister, 1974; Nave e Fonseca 2000; Martins, 2001; Sarinha 2003; Pereira, 2002).

Os problemas relativos aos recursos humanos das associações surgem logo em seguida, com 28% dos inquiridos a referir o problema da falta de Recursos Humanos, 18% a mencionar a falta de associados e a dificuldade na captação de novos associados e 15% a salientar o pouco envolvimento dos associados, algo que também é concordante com estudos nesta área (Meister 1974; Nave e Fonseca 2000; Martins 2001; Sardinha 2003; Pereira, 2009).

³² Este valor é surpreendentemente baixo tendo em conta as elevadas taxas de sócios não cumpridores (vide, por exemplo, Nave e Fonseca 2000).

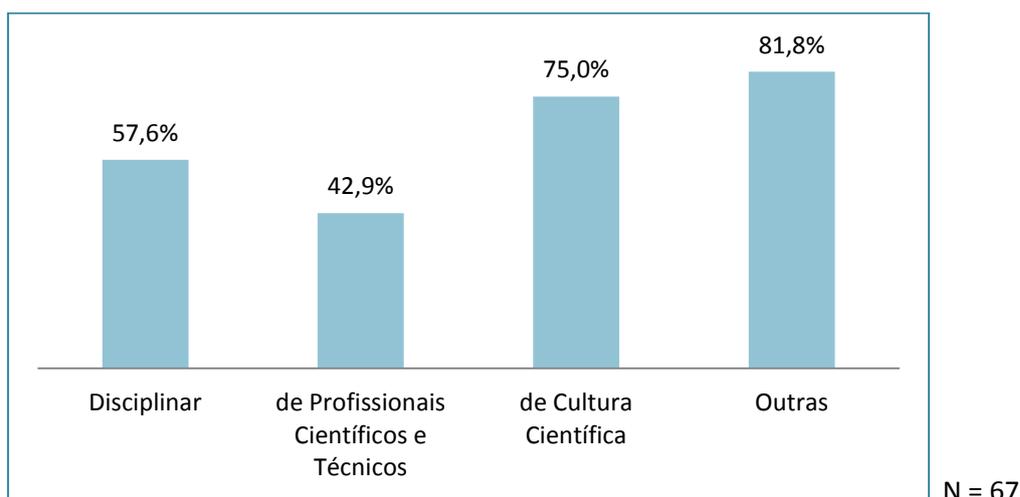
Outros problemas relevantes indicados pelas associações são a falta de diálogo com potenciais parceiros (12%), o que pode estar ligado à escassez de participação em órgãos e processos consultivos e de contactos entre associações acima assinaladas, e, de forma mais residual, as dificuldades no contacto com o público (2%). Estes tópicos prendem-se, tal como de resto o item 'Falta de apoios públicos' (10%), com questões relativas ao capital relacional e ao potencial de articulação em rede com parceiros e públicos.

De referir ainda, que 3% dos inquiridos referiram a falta de regulamentação profissional como um dos problemas relevantes, sendo esta dificuldade mencionada apenas por associações disciplinares.

Será interessante, após esta análise superficial às respostas, atentar mais de perto no perfil das associações consoante as dificuldades elencadas.

Se nos detivermos, por momentos, nas associações que referiram o problema da falta de recursos financeiros, verificamos que este é uma questão relevante para os diferentes tipos de associações considerados, com particular relevância para as organizações de promoção da cultura científica, aparecendo atenuado, mas ainda assim maioritário ou quase maioritário nas associações disciplinares e profissionais, como de resto se pode ver na figura seguinte:

Figura 2.82 Principais dificuldades por tipo de associação: falta de recursos financeiros (%)

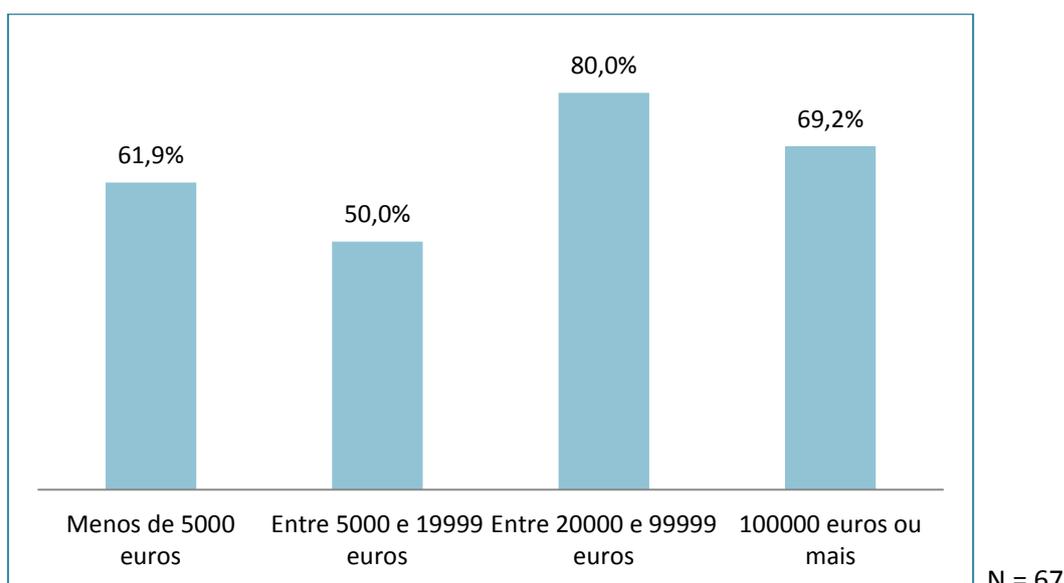


Outro dado interessante sobre as associações que assinalaram o problema da falta de recursos

financeiros é que este parece ser mais agudo nas associações com mais associados (77% das organizações com 500 ou mais associados assinalaram este problema, enquanto que o valor desce para pouco mais de 50% nas organizações com menos de 200 associados). Este facto poderá relacionar-se com o tipo de associação de grande dimensão ou com o problema do pagamento de quotas, sendo que foi possível verificar que a percentagem de associações que referiu o problemas no pagamento de quotas é mais significativa nas organizações de grande dimensão (cerca de 9%) dos que nas mais pequenas (4%).

No quadro que se segue, num novo olhar sobre este tema, cruzam-se as dificuldades por falta de recursos financeiros com o volume de despesas da associação em 2009; pode-se verificar que a falta de recursos financeiros é particularmente referida pelas associações que maior volume de despesas tiveram, com particular destaque para as que, em 2009 tiveram um volume de despesas entre 20 mil e cem mil euros, sendo esta dificuldade menos referida pelas associações que se enquadram na segunda categoria considerada entre 5 mil e 20 mil euros. Os extremos (as associações com um volume de despesas inferior, abaixo dos 5 mil euros e as com um volume maior, acima dos 100 mil) apresentam valores intermédios entre os 60% e os 70% de respostas relativas às dificuldades financeiras.

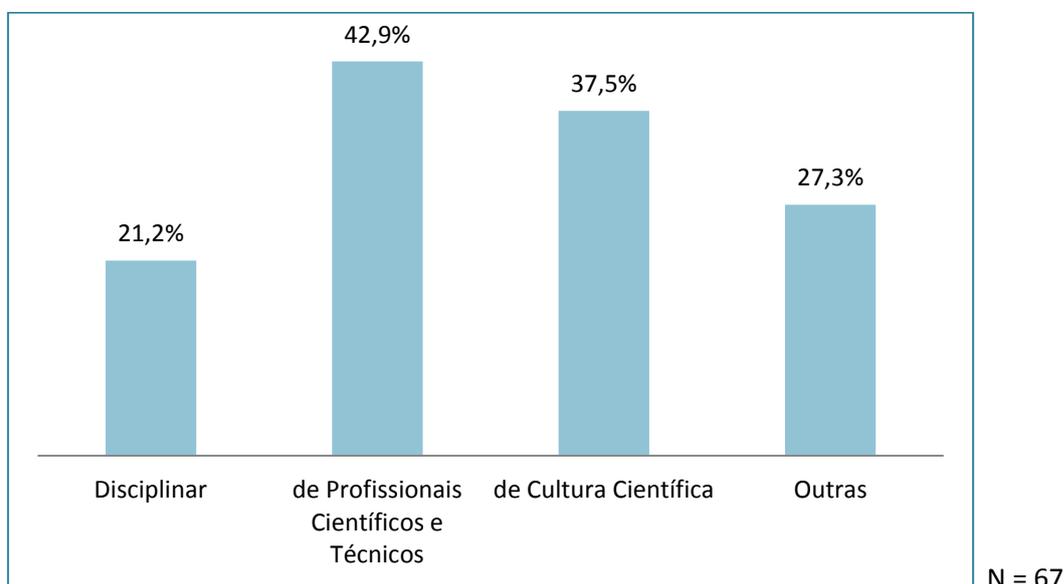
Tabela 2.88 Principais dificuldades por volume de despesas: falta de recursos financeiros (%)



Resumindo, a falta de recursos financeiros surgem como uma dificuldade omnipresente, mas com maior incidência nas associações maiores, particularmente nas de promoção de cultura científica, e em vários escalões de volume de despesas.

Observemos agora os problemas relativos aos recursos humanos. Os problemas relativos à falta de Recursos Humanos distribuem-se por todos os tipos de associações, com maior incidência nas profissionais e nas de cultura científica e apresentando valores mais baixos nas disciplinares, como se pode ver na figura que se segue:

Tabela 2.84 Principais dificuldades por tipo de associação: falta de recursos humanos (%)

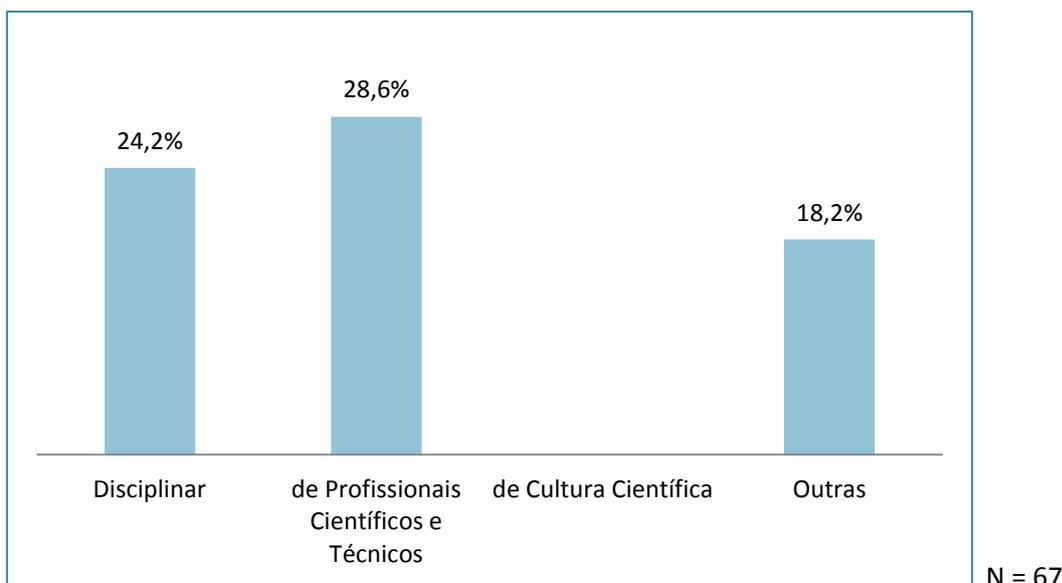


A este nível, é também interessante verificar que a percentagem de dificuldades mencionadas ao nível da falta de recursos humanos se distribui de forma semelhante de acordo com a dimensão das associações: este problema é mencionado por 24% das associações com menos de 200 associados; por 30% das associações que têm entre 200 e 499 associados e por 28,4% das associações de grande dimensão, com mais de 500 associados.

Se se atentar agora na resposta 'Poucos associados/dificuldades na angariação de novos associados', verifica-se que esta dificuldade surge com menos relevância que a anterior entre as associações profissionais e desaparece totalmente nas associações de cultura científica que, tendo assinalado com frequência, problemas relativos à falta de recursos humanos (37,5%

referiram esta como uma das dificuldades sentidas) não referiram problemas relativamente à falta de associados e dificuldades na angariação de novos associados:

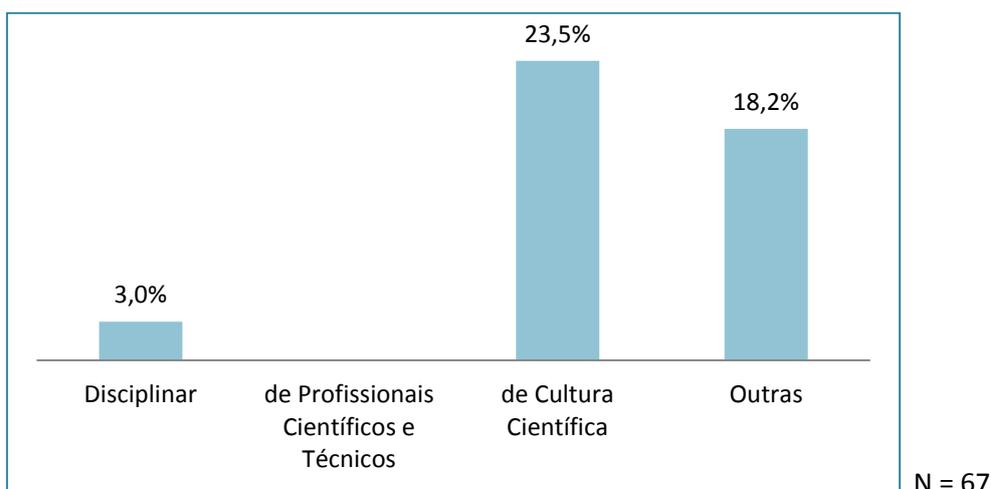
Figura 2.85 - Principais dificuldades por tipo de associação: poucos associados / dificuldades na angariação de novos (%)



Terminando a análise relativa aos recursos humanos, é de relembrar que 15% das associações referem a falta de envolvimento dos associados como uma dificuldade relevante, sendo que esta dificuldade se destaca nas associações profissionais (sendo referida por 28% das organizações deste tipo), surgindo de forma quase residual (abaixo dos 5%) nas associações de maior dimensão. As associações profissionais parecem, assim, ser aquelas que, no global, mais problemas apresentam ao nível dos recursos humanos.

Atente-se agora em outras dificuldades mencionadas de forma significativa. Os problemas relativos aos equipamentos e instalações surgem com particular preponderância nas organizações ligadas à promoção da cultura científica (31% mencionaram-na). É também este tipo de associações que mais se queixa de problemas relativos à falta de apoios públicos, como se pode ver na figura seguinte. A relativa novidade, as exigências a nível de equipamentos e o carácter de alguma forma mais activista e menos corporativo deste tipo de associações podem estar relacionados com este tipo de dificuldades sentido por estas associações.

Figura 2.86 Principais dificuldades por tipo de associação: falta de apoios públicos (%)



Finalmente, um olhar sobre as associações que referiram problemas a nível de falta de diálogo com potenciais parceiros. Verifica-se que esta dificuldade foi apontada principalmente pelas associações de cultura científica (quase 19% mencionaram este problema) e pelas profissionais (com 14% de incidência). Quanto às dificuldades de contacto com o público, este é um problema apenas referido pelas associações de cultura científica, as quais, de resto, têm uma preocupação acrescida nesta matéria.

Este breve périplo pelas dificuldades mencionadas pelas associações permite perceber quais são os tópicos mais relevantes neste âmbito, com destaque óbvio para assuntos relativos aos recursos financeiros e humanos, mas sem descuidar aspectos relacionais. Por outro lado, o cruzamento com o tipo, natureza, dimensão e despesas das associações consideradas permitiu, ainda que de forma impressionista destacar necessidades particulares e lacunas específicas. Algo que poderá ser desenvolvido na investigação subsequente.

III. Análise dos estatutos de associações científicas portuguesas

A par do esforço de recenseamento das associações científicas caracterizado na primeira parte deste relatório, foram também recolhidos nos websites das associações os respectivos estatutos. Esta tarefa teve por objectivo contribuir para a caracterização do universo das associações, nomeadamente a sua estrutura interna e modo de funcionamento.

Metodologia

Foram assim recolhidos os estatutos de 262 associações, cuja distribuição pela tipologia criada (ver parte I) se indica no quadro 3.1. É notório que, se se atingiu uma razoável cobertura das associações disciplinares, profissionais de cientistas e de profissionais técnico-científicos, esta recolha é muito lacunar no que respeita às associações de divulgação científica, pelo que a análise efectuada tem algumas limitações.

Quadro 3.1 Estatutos recolhidos por tipo de associação

	Nº estatutos recolhidos	Peso no universo recenseado (%)
Associações disciplinares	169	67,6
Associações de divulgação científica	19	29,7
Associações profissionais de cientistas	5	62,5
Outras associações científicas	6	46,1
Associações de profissionais técnico-científicos	41	62,1
Outras associações	16	45,7
	262	60,1

Os documentos recolhidos foram alvo de uma análise de conteúdos sistemática, executada através do software Access, cuja grelha se encontra em anexo neste relatório. No entanto, os resultados desta análise têm de ser interpretados com precaução. O que se encontra escrito nos estatutos das associações não tem necessariamente correspondência com as práticas efectivas, funcionando mais como um indicador de intenções e acções desejáveis. Por outro lado, os estatutos tendem a sofrer mudanças ao longo do tempo de vida das associações e neste caso apenas foram analisadas as versões mais recentes, actualmente em vigor.

Resultados

A análise dos estatutos das associações permite obter informação sobre três aspectos principais: as actividades previstas, os tipos de sócios admitidos e a organização interna da associação.

Um dos primeiros elementos presentes nos estatutos das associações é a sua natureza. Porém, apenas 81 das associações cujos estatutos foram analisados (31%) indicam “científica” como natureza da associação, mas enquanto 46 se apresentam como exclusivamente científicas, nos restantes casos é referida uma dupla (ou tripla) natureza: científica e técnica (17), científica e cultural (8), científica e profissional (4), científica e pedagógica (4), científica e médica (2), científica e ambiental (2).

A maioria dos estatutos, geralmente logo nos primeiros artigos, indica também os objectivos e sede da associação, mas esta informação já foi alvo de análise na primeira parte do relatório, para um grupo mais alargado de associações, pelo que não será aqui repetida.

Actividades previstas nos estatutos

Frequentemente na secção seguinte aos objectivos ou missão das associações, constam dos estatutos das associações científicas as referências a actividades que estas devem desenvolver (Quadro 3.1).

Quadro 3.1 Actividades previstas nos estatutos

	Nº	%
Relações internacionais	178	67,9
Relações nacionais	161	61,5
Congressos/reuniões científicas	155	59,2
Formação técnico-científica	117	44,7
Publicações	112	42,7
Acções de promoção da investigação	61	23,3
Biblioteca/centro de documentação	30	11,5
Prémios	26	9,9
Bolsas de estudo	23	8,8
Acções de divulgação científica	23	8,8
Museu	4	1,5

N = 262

Mais uma vez, a sua presença nos estatutos não indica necessariamente que estas actividades sejam desenvolvidas, nem exclui a possibilidade de serem executadas outras actividades. É sim um indicador de quais as actividades que são valorizadas ao ponto de figurarem nos estatutos, considerando-se centrais para a identidade e papel da associação. Muitas vezes as actividades nos estatutos são suficientemente abrangentes ou genéricas para poderem ser traduzidas por práticas diversas.

A referência nos estatutos a relações internacionais é mais comum no caso das associações disciplinares e de profissionais técnico-científicos e diz maioritariamente respeito à participação em associações internacionais específicas

“representante português na ECGA (European Clay Groups Association), na AIPEA (Association International Pour L'Étude des Argiles) ou noutras Associações científicas internacionais, caso nelas esteja filiada.” (Associação Portuguesa de Argilas)

“Garantir a representação de Portugal junto da International Union of Theoretical and Applied Mechanics (IUTAM) e da International Association for Computational Mechanics (IACM), bem como destas organizações em Portugal para os efeitos previstos nos respectivos Estatutos.” (Associação Portuguesa de Mecânica Teórica, Aplicada e Computacional)

“Estabelecer relações com Sociedades científicas nacionais e estrangeiras, filiar-se em uniões internacionais da sua especialidade, nomeadamente, a Sociedade Europeia de Astronomia e a União Astronómica Internacional.” (Sociedade Portuguesa de Astronomia)

“A SPCAL desenvolverá os esforços necessários para se tornar membro das associações internacionais congéneres, nomeadamente da Federation of European Laboratory Animal Science Associations e da Laboratory Animal Ltd.” (Sociedade Portuguesa de Ciências em Animais de Laboratório)

“Está filiada na "European Society of Gastrointestinal Endoscopy" e na "Organization Mondiale d' Endoscopie Digestive", podendo vir a filiar-se ou a associar-se a outras instituições.” (Sociedade Portuguesa de Endoscopia Digestiva)

“A Ordem integra, entre outras, as seguintes organizações internacionais: CLAIU – Comissão de Ligação das Associações de Engenheiros da União Europeia; FEANI – Federação Europeia das Associações Nacionais de Engenheiros; ECCE – Conselho Europeu dos Engenheiros Civis; EUREL – Convenção Europeia de Engenheiros Electrotécnicos; CEDIA – Confederação Europeia de Engenheiros Agrónomos; WEMT – Confederação de Engenheiros Navais da Europa Ocidental; EFCE – Federação Europeia de Engenheiros Químicos; Federação Internacional de Geómetras; Federação Ibero-Americana de Engenharia Mecânica.” (Ordem dos Engenheiros)

“Ser o representante em Portugal (National Chapter) da International Union of Game Biologists (IUGB)” (Sociedade Portuguesa de Vida Selvagem)

“Promover a candidatura a delegação regional da IVR (Internationale Vereinigung für Rechts- und Sozialphilosophie)” (Associação Portuguesa de Teoria do Direito, Filosofia do Direito e Filosofia Social)

à possibilidade de estabelecimento de protocolos com entidades estrangeiras não designadas

“Estabelecer permutas culturais e protocolos de colaboração com outras instituições, públicas e privadas, nacionais e internacionais;” (Associação de Arqueologia e Defesa do Património da Madeira)

“estabelecimento de ligações com outras Associações, Sociedades, nacionais e estrangeiras, com intenção de desenvolver a Artroscopia, Traumatologia Desportiva e Cirurgia do joelho.” (Associação Portuguesa de Artroscopia e Traumatologia Desportiva)

ou de participação em programas internacionais

“Colaborar com organismos e associações congéneres e suscitar a participação portuguesa em programas internacionais, nos domínios do direito do urbanismo e da construção, com interesse para o País” (Ad Urbem Associação para o Desenvolvimento do Direito do Urbanismo e da Construção)

ou, num único caso, o estabelecimento de delegações internacionais

“Estabelecer, sempre que útil e possível, Delegações da Associação noutros países, preferencialmente nos países de língua oficial portuguesa.” (Associação para o Desenvolvimento e Cooperação Garcia de Orta)

No caso das relações com entidades nacionais, também referidas sobretudo por associações disciplinares, a redacção da maioria dos estatutos é vaga e abrangente:

“Estabelecer e manter intercâmbio com instituições congéneres nacionais e estrangeiras” (Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação)

“Cooperar com instâncias oficiais, nomeadamente hospitalares, universitárias, culturais e de saúde pública. Cooperar com instâncias privadas” (Núcleo das Doenças do Comportamento Alimentar)

“A Associação encontra-se aberta a contactos e celebração de protocolos com organismos nacionais e estrangeiros” (Antena do Campo Freudiano)

“Intensificar o contacto com sociedades científicas nacionais e estrangeiras (...) Promover a realização de reuniões conjuntas com outras Sociedades científicas nacionais e estrangeiras.” (Sociedade Portuguesa de Bioquímica)

“Colaborar com organismos afins, de carácter público ou privado, nacionais ou estrangeiros” (Associação Juvenil de Ciência)

Ainda que em alguns casos sejam nomeadas as entidades com que se mantém ou pretende manter relacionamentos:

“Manterá relações estreitas com a Sociedade Portuguesa de Gastrenterologia e com a Sociedade Portuguesa de Endoscopia Digestiva” (Sociedade Portuguesa de Cirurgia Minimamente Invasiva)

“Promover o intercâmbio científico com Faculdades de Medicina Dentária, Faculdade de Medicina, Serviços Hospitalares de Estomatologia; Manter estreita colaboração com a Associação Profissional dos Médicos Dentistas; activamente com a Ordem dos Médicos e com o seu Colégio da Especialidade de Estomatologia.” (Sociedade Portuguesa de Estomatologia e Medicina Dentária)

“poderá colaborar com a Ordem dos Médicos Veterinários, com a Associação Portuguesa de Médicos Veterinários Especialistas em Animais de Companhia e com outras associações congéneres, nacionais ou estrangeiras. (SPMEDVE - Sociedade Portuguesa de Medicina Estomatológico-Dentária Veterinária e Experimental)

“Estabelecer protocolos referenciais de colaboração com a Universidade do Porto, UTAD – Universidade de Trás –os- Montes e Alto Douro, IVDP – Instituto dos Vinhos do Douro e Porto e Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes” (Associação Portuguesa de História da Vinha e do Vinho)

Mais de metade dos estatutos analisados contém referência à organização de congressos ou reuniões científicas como uma das missões ou obrigações das associações, sem que haja diferenças significativas entre tipos de associações. Em alguns casos é feita menção à sua periodicidade, temática ou tipo de participantes:

“Pelo menos de dois em dois anos a APEZ deve levar a efeito um Congresso de carácter técnico e científico no qual serão debatidos, entre outros, os problemas da formação em ciência animal e zootecnia, o exercício da respectiva actividade e os progressos técnicos e científicos.” (Associação Portuguesa de Engenharia Zootécnica)

“organizar um congresso bienal onde se discutam temas no âmbito da sua área de actividades” (Associação Portuguesa de Filosofia Fenomenológica)

“1. A Associação realizará um Congresso de dois em dois anos. 2. O Congresso denominar-se-á Congresso da Associação Portuguesa de Urologia do ano respectivo. (...) A Associação realizará um Simpósio de dois em dois anos, alternando com o Congresso.” (Associação Portuguesa de Urologia)

“Congressos Nacionais de Microbiologia com a periodicidade que for considerada

aconselhável” (Sociedade Portuguesa de Microbiologia)

“A associação realiza com frequência não inferior a dois anos um congresso de índole científica, técnica e profissional” (Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos)

“A Ordem realiza, com frequência não inferior a dois anos, um congresso, aberto a todos os seus membros e a entidades convidadas.” (Ordem dos Economistas)

Ligeiramente menos frequente é a referência nos estatutos a actividades de formação (presente numa maior proporção de associações disciplinares e de profissionais técnico-científicos)

“Desenvolver e apoiar a formação técnica e científica em ornitologia e conservação da natureza” (Associação Portuguesa de Anilhadores de Aves)

“Promover reuniões, conferências, cursos, visitas de estudo, e quaisquer outras actividades de carácter científico, técnico e cultural, relacionadas com o seu sector específico de actividade” (Associação Portuguesa De Economia Agrária)

“Proporcionar oportunidades de formação em toxicologia, saúde ambiental e saúde ocupacional; Desenvolver actividades de sensibilização, divulgação e formação em toxicologia, saúde ambiental e saúde ocupacional” (Associação Portuguesa de Toxicologia)

“Promover e divulgar a Psicologia e as Neurociências, com particular destaque para a Psicologia Clínica, Psicoterapia e Neuropsicologia; Permitir a formação científica nas áreas supra mencionadas através da aprendizagem técnico-profissional, investigação científica e prática clínica” (Instituto Nacional de Psicologia e Neurociências)

“reuniões, cursos, visitas de estudo e quaisquer outras actividades de carácter científico, técnico e cultural, relacionadas com o seu objecto social” (Sociedade Portuguesa de Ciências Florestais)

“Apoiar a investigação, ensino e formação e promover a organização de seminários e encontros técnicos no seu domínio de intervenção” (Sociedade Portuguesa de Simulação Ambiental e Avaliação de Riscos SOPSAR)

“Promover actividades de formação e informação aos seus associados no âmbito do objecto social” (Sociedade Portuguesa de Pediatria)

Também perto de metade das associações consideradas contém nos estatutos referências à obrigatoriedade ou desejabilidade de edição de publicações, que podem ser boletins periódicos, revistas de teor científico ou mesmo monografias³³

³³ Sobre a importância das publicações das associações científicas para o controlo da reprodução no campo científico, Rilling afirma sobre a Sociedade Alemã de Química: “Através do seu controlo sobre as publicações da química, em especial revistas, a Sociedade detém uma posição forte face à esfera de produção de conhecimento da

“Quando a dimensão da Associação o justificar e a Direcção julgar conveniente, publicar uma revista periódica e a divulgação de textos, inéditos ou não, de membros da Associação ou outros de manifesto interesse.” (Associação Portuguesa de Ecologia da Paisagem)

“Promover a edição de uma Revista e/ou um Jornal e de obras científicas no domínio da Clínica Geral/Medicina Familiar” (Associação Portuguesa de Médicos de Clínica Geral)

“Editar uma publicação periódica especializada” (Associação Portuguesa de Meteorologia e Geofísica)

“Promover uma publicação periódica com o objectivo, não só de divulgar as investigações e comunicações científicas de interesse para a especialidade, mas também, debater problemas de carácter ético, profissional e outros.” (Sociedade Portuguesa de Angiologia e Cirurgia Vascular)

“Editar e publicar, em conjunto com a Sociedade Portuguesa de Gastrenterologia (SPG) e outras Sociedades Científicas, ou separadamente, uma revista - que será o órgão oficial da SPED - assegurando a divulgação deste e de outros documentos científicos entre os seus membros;” (Sociedade Portuguesa de Endoscopia Digestiva)

“Publicar uma revista que constitua órgão de ligação e permuta com as entidades congéneres nacionais e estrangeiras e onde sejam publicados os trabalhos científicos dos sócios e bem assim todos aqueles que interessem ao progresso e à divulgação da ciência em geral e das ciências veterinárias em particular, respeitando os Termos do Regulamento respectivo em vigor; Publicar um boletim informativo em que se dê conta do movimento associativo, contenha noticiário de interesse científico e colectivo, e onde sejam publicadas as actas das sessões da Assembleia Geral” (Sociedade Portuguesa de Ciências Veterinárias)

“Todos os sócios têm direito a receber gratuitamente o "Boletim da Sociedade Portuguesa de Química" e a serem informados das actividades da Sociedade” (Sociedade Portuguesa de Química)

A promoção de actividades de investigação é referida nos estatutos de perto de um quarto das associações, sobretudo disciplinares.

“Estimular a investigação científica no domínio da Metrologia e a difusão dos seus resultados” (Sociedade Portuguesa de Metrologia)

“Contribuir para o estudo científico, o debate e a divulgação dos problemas das comunicações e de outras ciências afins, suscitando ideias que favoreçam a investigação e o desenvolvimento tecnológica” (Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações)

“Estímulo ao estudo e investigação de problemas científicos” (Sociedade Portuguesa de Medicina Interna)

“Estimular a investigação no domínio da Astronomia e contribuir para a sua difusão.” (Sociedade Portuguesa de Astronomia)

“criar um centro de estudos que promova a investigação e a formação relativamente às técnicas, materiais, construção e arquitectura em terra” (Associação Centro da Terra)

“Efectuar prospecções e escavações arqueológicas, atendendo às metodologias e actualizações desta ciência” (Associação de Arqueologia e Defesa do Património da Madeira)

“Proporcionar aos seus associados o estudo e a investigação nas áreas da psicanálise e/ou da psicoterapia psicanalítica” (Associação Portuguesa de Psicanálise e Psicoterapia Psicanalítica)

Apenas perto de 10% das associações tem previsto nos estatutos a criação de um biblioteca ou centro de documentação.

“Organização de uma biblioteca da especialidade, com espécies provenientes de autores e de editores e das permutas com a Revista” (Sociedade Portuguesa de Hidrologia Médica e Climatologia)

“Organizar e desenvolver serviços de documentação e informação” (Associação Portuguesa de Profissionais em Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho)

“Organizar e manter uma Biblioteca dedicada à Espeleologia e às ciências e técnicas afins” (Sociedade Portuguesa de Espeleologia)

Um número restrito de associações refere a intenção de conceder prémios³⁴

“Instituir prémios e/ou distinções para trabalhos científicos;” (Associação Viver a Ciência)

“a atribuição de prémios científicos” (Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa)

“Incentivar a preparação de material didáctico de Estatística, podendo instituir prémios que distingam realizações de excepcional qualidade” (Sociedade Portuguesa de Estatística)

e/ou bolsas de estudo

³⁴ Para Rilling, o facto da Sociedade Alemã de Química outorgar reconhecimento científico, através de prémios, honras e medalhas, é revelador da sua importância na disciplina: “o seu controlo sobre o sistema de recompensas da disciplina torna a Sociedade um actor indispensável, ainda que indirecto, no ciclo de reprodução do trabalho científico” (1986: 250).

“Concessão de bolsas aos sócios, por resolução da Assembleia Geral, desde que exista um fundo de reserva suficiente e tendo em vista o desenvolvimento científico da Sociedade “ (Sociedade Portuguesa de Cuidados Intensivos)

“Obter de entidades oficiais ou particulares, nacionais ou estrangeiras, bolsas ou subsídios com o objectivo de patrocinar estágios, trabalhos de investigação básica ou clínica, em centros nacionais ou estrangeiros, bem como promover a participação em reuniões ou congressos e a deslocação ao nosso País de peritos de reconhecido mérito, visando a melhoria e a eficiência dos diversos sectores da Oncologia” (Sociedade Portuguesa de Oncologia)

“instituir prémios e bolsas de estudo” (Associação Portuguesa de Geógrafos)

As acções de divulgação científica são inerentes às associações de divulgação, mas também estão presentes nos estatutos de algumas associações disciplinares.

“Organizar seminários, colóquios e conferências para divulgação científica” (Associação Viver a Ciência)

“Realizar programas de educação para a ciência” (Associação Juvenil de Ciência)

“Integrar, educar e qualificar os Jovens, despertos ou dedicados ao estudo e prática das ciências, designadamente das radiocomunicações, radioastronomia e tecnologias aeroespaciais, electrónica, optoelectrónica, informática, física e astrofísica, através de qualquer um dos seus aspectos e manifestações culturais, tecnológicas e científicas” (Associação Portuguesa de Amadores de Rádio para a Investigação Educação e Desenvolvimento)

“Dar conhecimento dos avanços e impactos da Bioquímica e ciências afins através da realização de acções de divulgação pública.” (Sociedade Portuguesa de Bioquímica)

“Difunde os resultados da investigação em Ciências da Educação e promove a relevância destas, junta das pessoas e instituições potencialmente interessadas e junto da opinião pública em geral” (Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação)

“Promover a divulgação científica de qualidade, dando apoio às associações amadoras e núcleos de escolas” (Sociedade Portuguesa de Astronomia)

“Promover o desenvolvimento e a divulgação pública do conhecimento científico e técnico de matérias relacionadas com a Engenharia Acessibilidade e da Reabilitação” (Sociedade Portuguesa de Engenharia de Reabilitação e Acessibilidade)

“quaisquer iniciativas tendentes a aumentar o conhecimento e a elevar o nível científico dos associados e da comunidade nacional.” (Sociedade Portuguesa de Genética)

No entanto, apenas quatro se propõem organizar um museu

“Organizar um Museu para recolha e exposição dos materiais que documentem os

vários aspectos da Espeleologia, bem como da sua evolução científica e técnica” (Sociedade Portuguesa de Espeleologia)

“Gerir e promover o desenvolvimento do Museu da Lourinhã” (Grupo de Etnologia e Arqueologia da Lourinhã)

Tipo de sócios

Para além de uma lista de direitos e deveres, os estatutos das associações científicas contêm geralmente três dados principais sobre os sócios: os tipos de sócios, os critérios de admissão e os processos de admissão.

Os sócios efectivos, sob diferentes designações (efectivos, individuais, titulares), estão presentes em todas as associações consideradas. Quanto à admissão deste tipo de sócios, é muito variável o grau de abertura das associações e os critérios exigidos (Tabela 3.1). Se nas associações de divulgação científica predominam os limites etários e a demonstração de interesse pelas actividades das associações, assim como o respeito pelos seus estatutos, já nas associações disciplinares ou profissionais são requeridas características mais específicas, como graus académicos,³⁵ actividade profissional, experiência ou mesmo publicação científica na área.

Tabela 3.1 Critérios de admissão de sócios efectivos

Limites etários	<p>“Podem ser admitidos como associados ordinários as pessoas individuais, nacionais ou estrangeiras, maiores de 18 anos.” (Grupo de Etnologia e Arqueologia da Lourinhã)</p> <p>“Sócios Singulares – as pessoas com idade superior ou igual a dezoito anos.” (Associação Científica para a Conservação das Aves de Rapina)</p> <p>“Um. Podem ser sócios ordinários todos os indivíduos, sem discriminação de sexo, raça, credo religioso ou político. Dois. Não podem filiar-se indivíduos com idade superior a vinte e seis anos. O direito de ser sócio ordinário cessa automaticamente com a idade de trinta anos.” (Associação Juvenil de Ciência)</p>
Género	<p>“Membros efectivos, a que podem pertencer todas as mulheres cientistas, portuguesas ou estrangeiras residentes em Portugal, com um grau académico superior e com actividade científica profissionalizada, devidamente reconhecida, há pelo menos cinco anos, que se</p>

³⁵ Uma das distinções já encontradas no estudo sobre as associações profissionais, divergindo das associações científicas das associações de outras áreas (cultura, informação e espectáculo, de professores) (Lousada 2004: 43). Para uma análise dos critérios de admissão a associações profissionais, ver Rego 2004: 216-217.

	identifiquem com os fins da Associação e desejem participar na realização do seu objecto.” (Associação Portuguesa de Mulheres Cientistas)
País de residência	<p>“Licenciados em Medicina que residam em Portugal” (Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa)</p> <p>“indivíduos, nacionais ou estrangeiros, residentes em território nacional” (Sociedade Portuguesa de Ciências Florestais)</p>
Nacionalidade	<p>“Os requisitos para ser sócio efectivo são: a) Ser português; b) Ser licenciado em Medicina, em Bioquímica ou nas outras áreas anteriormente referidas.” (Sociedade Portuguesa de Hepatologia)</p> <p>“São personalidades de nacionalidade portuguesa que adquiriram competência particular nas disciplinas interessadas nas doenças da glândula mamária, licenciados em Medicina ou em ramos da ciência cujas disciplinas se relacionam com a Senologia.” (Sociedade Portuguesa de Senologia)</p> <p>“os indivíduos de nacionalidade portuguesa habilitados com a licenciatura ou doutoramento no âmbito das Ciências Geológicas por qualquer das Universidades portuguesas, ou com grau académico conferido por Universidades estrangeiras cuja equivalência aos acima referidos seja oficialmente reconhecida” (Associação Portuguesa de Geólogos)</p>
Interesse pela área de actuação da associação	<p>“Podem ser associados quaisquer pessoas individuais ou colectivas que manifestem interesse pela Arqueologia e defesa do património.” (Associação de Arqueologia e Defesa do Património da Madeira)</p> <p>“Podem ser Sócios as pessoas físicas que manifestem interesse pelas actividades de anilhagem e afins” (Associação Portuguesa de Anilhadores de Aves)</p>
Observância dos estatutos, pagamento de quotas	<p>“Podem ser associados efectivos as pessoas singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras, interessadas nos objectivos da Associação, que aceitem os Estatutos da Associação e cuja actividade não contrarie os seus princípios e objectivos.” (Tagis - Centro de Conservação das Borboletas de Portugal)</p> <p>“São sócios efectivos as pessoas singulares e colectivas que mediante inscrição própria se comprometam a cumprir os estatutos e ao pagamento de uma jóia inicial, e de uma quota anual a definir pela Direcção e a ser paga no primeiro ano no momento de inscrição, e nos anos seguintes durante o mês de Janeiro.” (Associação Portuguesa de Ecologia da Paisagem)</p> <p>“São Associados Ordinários, as pessoas que, se proponham colaborar na realização dos fins da Associação, obrigando-se ao pagamento da Jóia e Quota Mensal” (Associação para o Desenvolvimento e Cooperação Garcia de Orta)</p>

<p>Actividade profissional numa área específica</p>	<p>“Podem ser membros singulares os cientistas, docentes, investigadores, técnicos, estudantes ou outras pessoas interessadas na prossecução dos objectivos da Associação” (Associação Portuguesa de Controlo Automático)</p> <p>“Podem ser membros singulares os cientistas, técnicos, estudantes e outras pessoas cuja actividade se insira no âmbito de Epidemiologia” (Associação Portuguesa de Epidemiologia)</p> <p>“os cientistas, técnicos, estudantes e outras pessoas cuja actividade e interesse se insira no domínio da Ciência do Solo” (Sociedade Portuguesa da Ciência do Solo)</p>
<p>Grau académico numa área específica</p>	<p>“Podem ser sócios ordinários todos os indivíduos, sem discriminação de sexo, raça, credo religioso ou político, que sejam licenciados e estudantes em Bioquímica.” (Associação Nacional de Bioquímicos)</p> <p>“Os membros da APA dividem-se em duas categorias: a) que possuam um título universitário em Antropologia, outorgado por uma universidade portuguesa ou estrangeira; b) que se dediquem ao ensino superior da Antropologia ou demonstrem possuir uma obra de investigação em Antropologia” (Associação Portuguesa de Antropologia)</p> <p>“Podem ser admitidos como associados efectivos da APEZ os licenciados em cursos de Engenharia Zootécnica ou licenciaturas similares acreditados e/ou reconhecidos pela Ordem dos Engenheiros.” (Associação Portuguesa de Engenharia Zootécnica)</p> <p>“Titulares: médicos com o título de especialista em Angiologia e Cirurgia Vascular inscritos no Colégio da Especialidade.” (Sociedade Portuguesa de Angiologia e Cirurgia Vascular)</p>

Situação profissional	<p>“1) Todos os bolsheiros de investigação científica, beneficiários ou não do respectivo estatuto legal, portugueses, ou estrangeiros fixados em Portugal, entendendo-se como tal os beneficiários de financiamentos, concedidos mediante a atribuição de uma bolsa, para a prossecução de actividades de investigação científica, desenvolvimento tecnológico ou actividades conexas; 2) Todos os que, não se incluindo no ponto anterior, se identifiquem com os objectivos da ABIC.” (Associação dos Bolsheiros de Investigação Científica)</p> <p>“Podem inscrever-se como sócios do Sindicato todos os docentes e investigadores por ele abrangidos que: a) desempenhem funções remuneradas por parte de uma entidade patronal; b) desempenhem funções remuneradas em cooperativas de ensino sem fins lucrativos; c) tendo exercido actividades profissionais abrangidas pelo Sindicato se encontrem na situação de licença, de baixa, de reforma ou de aposentação.” (Sindicato Nacional do Ensino Superior)</p> <p>“Podem ser associados todos os docentes, quaisquer que sejam a habilitação e o grau de ensino, desde que as ciências biológicas e geológicas integrem a sua actividade profissional.” (Associação Portuguesa de Professores de Biologia e Geologia)</p> <p>“Poderão ser admitidos como associados quaisquer pessoas singulares ou colectivas que – sendo investigadoras ou com actividades relacionadas com a investigação científica, e identificando-se com os fins da associação e aceitando os presentes estatutos e o Regulamento Interno a aprovar” (Sociedade Portuguesa de Vida Selvagem)</p>
Publicação científica	<p>“São associados efectivos os autores de pelo menos dois artigos científicos de Farmacologia, Farmacologia Clínica, Toxicologia, ou ciências afins, publicados em revistas científicas arbitradas e indexadas no Science Citation Index, e que tenham apresentado pelo menos uma comunicação científica oral nas reuniões da SPF” (Sociedade Portuguesa de Farmacologia)</p> <p>“Poderão ser associados efectivos, além dos fundadores, os investigadores que sejam autores de pelo menos dois artigos científicos no âmbito das neurociências ou ciências afins, publicados em revistas científicas arbitradas e indexadas no Science Citation Index.” (Sociedade Portuguesa de Neurociências)</p>

Experiência profissional	<p>“1 - Podem ser membros efectivos da Ordem aqueles que exerçam a sua profissão em Portugal, preenchendo, cumulativamente, os seguintes requisitos: a) Grau académico mínimo de licenciatura, obtido por frequência de ensino superior no domínio das ciências biológicas junto de qualquer instituição de ensino superior portuguesa ou estrangeira, reconhecido oficialmente em Portugal, cujo conteúdo biológico não seja inferior a metade do total do tempo de formação e que cubra vários dos níveis de organização da matéria viva; b) Formação académica e experiência profissional de duração total não inferior a seis anos; c) Experiência profissional como biólogo de duração não inferior a um ano.</p> <p>“ (Ordem dos Biólogos)</p> <p>“Podem ser associados efectivos da APA, os titulares de licenciatura, ou grau académico equivalente, que confira formação específica na área da Arqueologia, que satisfaçam igualmente uma das seguintes condições: a) Prática profissional no âmbito da Arqueologia por um período mínimo de dois anos, durante o qual tenham sido cumpridos pelo menos cento e oitenta dias de trabalho efectivo; b) Formação complementar adequada; c) Conclusão com aproveitamento de estágio profissionalizante reconhecido pela APA; d) Prestação de provas de aptidão reconhecidas pela APA.” (Associação Profissional de Arqueólogos)</p> <p>“membros individuais que possuam qualificação profissional adequada em áreas de interesse (química, biologia, ciências farmacêuticas, medicina) cuja actividade se relacione com as ciências cosmetológicas e com experiência profissional superior a 3 anos” (Sociedade Portuguesa de Ciências Cosmetológicas)</p>
---------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Os processos de admissão deste tipo de sócios são muito semelhantes entre si, assentado principalmente na decisão da direcção

“Compete à Direcção, nos termos do regulamento respectivo, a decisão sobre a admissão de associados efectivos, estudantes e extraordinários.” (Associação Portuguesa de Engenharia do Ambiente)

“Os membros efectivos serão admitidos por inscrição pessoal, sujeita à aprovação da Direcção.” (Associação Cépticos de Portugal)

“São considerados sócios efectivos todos os fundadores da Associação, os presentes na primeira reunião da Assembleia Geral, e os que forem aprovados com essa categoria, por unanimidade, pela Direcção, sendo elegíveis apenas pessoas ligadas directamente ao estudo dos mamíferos marinhos.” (PROJECTO DELFIM - Centro Português de Estudo dos Mamíferos Marinhos)

Que em alguns casos tem de ser ratificada pela assembleia geral,

“A admissão dos membros far-se-á através de proposta apresentada à Direcção que sobre ela se pronunciará, com ratificação posterior pela Assembleia Geral.” (Associação Portuguesa de Estudos Franceses)

“A inscrição de sócios efectivos depende da votação por escrutínio secreto, a realizar na primeira assembleia geral que se efectuar, nos termos do artigo décimo quinto após a apresentação da proposta à direcção da sociedade, que deverá ser subscrita por dois membros fundadores ou efectivos.” (Sociedade Portuguesa de Medicina da Reprodução)

após uma apresentação de inscrição ou candidatura,

“A qualidade de membro da Associação adquire-se por subscrição, pelo interessado, de uma proposta de candidatura” (Associação Portuguesa Para a Inteligência Artificial)

“A admissão dos membros efectivos e subscritores far-se-á por solicitação escrita dos candidatos” (Associação Portuguesa de Gestão e Engenharia Industrial)

frequentemente subscrita por outros associados

“A admissão de sócios efectivos é feita pela Direcção, sob proposta assinada por dois sócios em pleno uso dos seus direitos.” (Associação Lusitana de Fitossociologia)

“A admissão de sócios efectivos, estudantes e colectivos é feita pela Direcção da Associação, devendo a proposta ser subscrita por dois sócios efectivos, em pleno uso dos seus direitos.” (Associação Portuguesa de Mecânica Teórica, Aplicada e Computacional)

“A candidatura deverá ser subscrita, pelo menos, por dois associados efectivos.” (Associação Portuguesa de Urologia)

e que em alguns casos tem ainda de ser acompanhada de um currículo

“A qualidade de sócios da S.P.ECO solicita-se à Direcção mediante a apresentação pelo interessado de um Curriculum vitae e de uma declaração de candidatura subscrita por dois sócios no pleno gozo dos seus direitos.” (Sociedade Portuguesa de Ecologia)

“Os interessados apresentarão uma proposta subscrita por dois Sócios Efectivos no pleno uso dos seus direitos, devendo fazê-la acompanhar de uma informação curricular.” (Sociedade Portuguesa de Cardiologia)

“Para a apreciação das propostas de admissão dos candidatos a associados mencionados na alínea b) do número um, pode a direcção solicitar ao candidato o seu "curriculum" e Informações adicionais” (Associação Portuguesa de Linguística)

de certificados

“c. Apresentar documento comprovativo do título da especialidade de neurocirurgia ou de ter concluído o treino da especialidade com aproveitamento.” (Sociedade Portuguesa de Neurocirurgia)

“O pedido de admissão para associado titular deve ser dirigido, por escrito, à Direcção da A.P.P.C.S.P. Deve, obrigatoriamente, indicar os motivos pelos quais deseja ser associado titular e acompanhar-se pelo respectivo Curriculum Vitae, de que conste prova de exercício profissional em Centros de Saúde e documento comprovativo de ser possuidor de uma licenciatura em Psicologia.” (Associação Portuguesa de Psicólogos dos Cuidados de Saúde Primários)

ou mesmo da prestação de provas

“A admissão de membros efectivos é condicionada por formação-base nacional ou estrangeira reconhecida pela ANT, e eventualmente por prestação de provas perante o Conselho Consultivo Nacional.” (Associação Nacional de Topógrafos)

“São membros titulares todos os membros fundadores e, ainda, os que estão abrangidos por, pelo menos, uma das duas alíneas seguintes deste artigo: a) Os membros associados que façam provam de continuado exercício profissional como psicoterapeutas psicanalíticos há, pelo menos, dez anos; b) Aqueles a quem a Comissão Técnico-Científica reconhecer aptidões pessoais, experiência prática na área da Psicoterapia Psicanalítica assim como formação científica relevante. Nos casos da alínea b) caberá à Direcção – por sua iniciativa ou aceitando proposta avalizada por, pelo menos, dois membros titulares – apresentar à Comissão Técnico-Científica as respectivas candidaturas. d) A Comissão Técnico-Científica poderá recomendar, ainda, aos pretendentes a membros titulares a apresentação de um trabalho teórico-clínico (conferência, caso clínico teorizado, etc.) sem carácter de avaliação e que servirá de apresentação pessoal aos membros da Associação.” (Associação Portuguesa de Psicoterapia Psicanalítica)

No mesmo sentido, Moreau et al (2004: 787), num inquérito a sociedades científicas médicas em França, identificaram como critérios de pertença: ter uma actividade no domínio da organização, apadrinhamento por outros membros, aprovação pelo conselho, apresentação de certificados. Rilling (1986) verificou que apenas os licenciados por universidades, não por escolas técnicas, podiam ser sócios da Sociedade Alemã de Química.

Praticamente todas as associações reconhecem outras categorias de sócios (Quadro 3.2), variando os critérios e processos de admissão segundo os tipos.

Quadro 3.2 Tipos de sócios previstos nos estatutos

	Nº	%
Honorários	189	72,1
Fundadores	90	34,4
Beneméritos	74	28,2
Colectivos/institucionais	70	26,7
Correspondentes	65	24,8
Estudantes	50	19,1
Associados/agregados/afiliados/extraordinários	50	19,1
Aderentes	21	8,0
Candidatos/estagiários/em formação	13	5,0
Aposentados/jubilados/eméritos	9	3,4
Jovens/juvenis	8	3,1
Familiares/cônjuges	3	1,1
Outros	5	1,9

N =262

Os sócios honorários estão previstos nos estatutos de 70% das associações consideradas, predominantemente nas associações disciplinares. Este estatuto aplica-se maioritariamente a pessoas individuais mas em alguns casos também a outras associações e entidades colectivas. Os critérios são praticamente uniformes: mérito científico ou profissional e prestação de serviços às associações.

“A qualidade de associado honorário é reservada a pessoas singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras, que a assembleia geral entenda homenagear pelo seu mérito científico, cultural ou profissional.” (Associação Centro da Terra)

“São membros honorários quaisquer pessoas singulares ou colectivas que a Assembleia Geral entenda que pelo seu reconhecido mérito científico ou actividades profissional tenham engrandecido o campo da Antropologia ou aqueles que tenham prestado à APA relevantes serviços ou auxílios.” (Associação Portuguesa de Antropologia)

“Podem ser membros honorários, pessoas singulares ou colectivas que se tenham destacado em actividade científicas, técnicas ou profissionais no âmbito da APESB ou por serviços de relevância e dedicação a ela prestados” (Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental)

“Sócios honorários - são todas as pessoas, individuais ou colectivas, nacionais ou estrangeiras, que, pelos seus méritos ou relevância dos serviços prestados à Associação” (Associação Portuguesa para o Estudo Clínico da SIDA)

“Serão sócios honorários individualidades de reconhecido valor no campo da Genética, que a Sociedade deseje distinguir por serviços prestados à Ciência.” (Sociedade Portuguesa de Genética)

“Membros honorários, que são personalidades que, pelos conhecimentos, experiência e actividade, tenham de algum modo contribuído para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres cientistas.” (Associação Portuguesa de Mulheres Cientistas)

O processo de admissão de sócios honorários baseia-se não na auto-proposta mas sim na apresentação de candidaturas por parte de sócios ou membros da direcção ou de outros órgãos sociais, frequentemente sujeitas a votação por parte da assembleia geral.

“A Direcção, ou um grupo de sócios, em número não inferior a 30, apresentará uma proposta, para ser submetida à votação numa Assembleia Geral em cuja ordem de trabalho venha mencionado o nome do candidato. Será necessária a obtenção de 2/3 de votos favoráveis para que se decida pela admissão.” (Sociedade Portuguesa de Medicina Interna)

“A qualidade de Associado Honorário adquire-se por deliberação da Assembleia Geral. 1. A decisão da Direcção para admissão de Associados ou a deliberação da Assembleia Geral para atribuição da qualidade de Associado Honorário é sempre precedida de uma proposta. 2. Os Associados Honorários podem ser propostos pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, pela Direcção ou por Associados Efectivos que conjuntamente representem, no mínimo, um décimo de associados desta categoria.” (Associação Portuguesa para a Gestão da Informação)

Os sócios beneméritos têm traços em comum com os honorários, no sentido em que é geralmente um estatuto reconhecido a quem presta serviços de relevo à associação, entre os quais as doações.

“São Associados Beneméritos as pessoas que, através de donativos e acções significativas, dêem, contribuição especialmente relevante para a realização dos fins da Instituição” (Associação para o Desenvolvimento e Cooperação Garcia de Orta)

“Beneméritos – Indivíduos ou Entidades, nacionais ou estrangeiros que tenham prestado serviços relevantes à associação” (Associação Portuguesa de Economia Agrária)

“Serão associados beneméritos os indivíduos ou entidades, públicas ou privadas, que pela concessão de donativos ou outras formas de financiamento, tenham contribuído para os objectivos prosseguidos pela APEA” (Associação Portuguesa de Engenharia do Ambiente)

“Podem ser membros benfeitores as pessoas ou entidades que satisfaçam anualmente uma quotização igual ou superior ao triplo do montante da quotização dos membros efectivos.” (Associação Portuguesa de Estudos Franceses)

“Patronos - as pessoas singulares ou colectivas que prestem relevante contribuição pecuniária ou cultural à APH” (Associação Portuguesa de Horticultura)

“São associados beneméritos as pessoas singulares e colectivas ou as instituições que contribuam com donativos para o engrandecimento da Associação.” (Associação Portuguesa de Psicanálise e Psicoterapia Psicanalítica)

“Sócios Beneméritos: quaisquer indivíduos ou instituições que tenham contribuído com benefícios materiais para o apoio das actividades da Sociedade.” (Sociedade Portuguesa de Angiologia e Cirurgia Vascolar)

“São sócios beneméritos as pessoas, singulares ou colectivas, a quem a Assembleia Geral confira essa distinção por relevantes serviços ou auxílio prestado à S.P.ECO. equivalente a pelo menos cem vezes a quota anual.” (Sociedade Portuguesa de Ecologia)

Perto de um terço das associações (sobretudo associações disciplinares e de divulgação científica) reconhece um estatuto especial aos sócios fundadores. Na maioria dos casos esta designação aplica-se aos sócios aderentes no período de constituição da associação, maioritariamente aferida pela presença na primeira assembleia geral, ainda que se encontrem outros critérios semelhantes

“são considerados membros fundadores todos os provisoriamente inscritos à data da primeira Assembleia Geral eleitoral.” (Ad Urbem Associação para o Desenvolvimento do Direito do Urbanismo e da Construção)

“Os nomes constantes da lista anexa aos Estatutos da Associação são considerados «sócios fundadores»” (Associação Portuguesa de Ciência Política)

“os membros efectivos e subscritores admitidos até ao nonagésimo dia subsequente à data de publicação dos estatutos no jornal oficial.” (Associação Portuguesa de Gestão e Engenharia Industrial)

“São «sócios fundadores» os subscritores da escritura pública de constituição da Sociedade e também as personalidades que vierem a ser designadas como tal, até ao final do mês de Junho de 1993” (Associação Portuguesa de Mecânica Teórica, Aplicada e Computacional)

“São considerados "Fundadores" da Sociedade os membros que tenham elaborado e tomado parte activa no estudo das bases dos presentes Estatutos.” (Sociedade Portuguesa das Doenças Ósseas Metabólicas)

“São considerados sócios fundadores os elementos do grupo promotor dos “Encontros de Veterinários Ligados à Ovinicultura”, que constituíram o embrião desta Sociedade.” (Sociedade Portuguesa de Ovinotecnia e Caprinotecnia)

“São associados fundadores todos os investigadores que se inscreverem na Associação durante o seu primeiro ano de vigência.” (Associação Portuguesa de História da Vinha e do Vinho)

“São Sócios Fundadores todos os indivíduos de nacionalidade Portuguesa inscritos na International Association for the Study of Pain na data de constituição da Associação.” (APED - Associação Portuguesa para o Estudo da Dor)

Uma excepção é a Associação de Informação Terminológica, que tem como membros fundadores “as pessoas colectivas outorgantes de escritura pública de constituição da AIT, a Fundação da Universidade de Lisboa e o Instituto de Linguística Teórica e Computacional”.

Outros estatutos especiais são reconhecidos a familiares de associados, num pequeno grupo de associações, e a estudantes, num maior número de casos, quer de qualquer grau de ensino

“as pessoas singulares que se encontram ainda matriculadas em qualquer estabelecimento de ensino e sejam aceites como sócios.” (Associação Portuguesa de Horticultura)

“Alunos de escolas portuguesas ou estrangeiras que se interessem pelas ciências meteorológicas ou geofísicas.” (Associação Portuguesa de Meteorologia e Geofísica)

“Podem ser associados estudantes as pessoas singulares que frequentam o ensino e se interessam pelo estudo da Física ou das Ciências afins.” (Sociedade Portuguesa de Física)

“São Sócios Estudantes, as pessoas singulares, nacionais ou estrangeiras, que sejam estudantes, e tenham menos de vinte e seis anos à data de um de Janeiro do ano a que respeita a quota, que manifestem interesse pela observação, conservação ou estudo das aves, e requeiram a sua inscrição.” (Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves)

quer apenas do ensino superior, sobretudo no caso das associações disciplinares e profissionais

“Podem ser associados estudantes, os estudantes de um curso de licenciatura em Engenharia do Ambiente, ou outro curso afim da licenciatura de Engenharia do Ambiente acreditado pela Ordem dos Engenheiros.” (Associação Portuguesa de Engenharia do Ambiente)

“São sócios estudantes os que frequentam os dois últimos anos da licenciatura em psicologia clínica.” (Associação Portuguesa de Psicólogos de Intervenção Clínica)

“São sócios estudantes alunos de pré-graduação ou pós-graduação em cursos de Bioquímica ou das Ciências da Vida.” (Sociedade Portuguesa de Bioquímica)

“São sócios estudantes os alunos de licenciatura, mestrado ou doutoramento que manifestem interesse pela investigação em células estaminais, ou ciências afins, mas que não tenham os requisitos necessários para serem sócios efectivos” (Sociedade Portuguesa de Células Estaminais e Terapia Celular)

“Estudantes: os estudantes do curso de medicina veterinária, podendo continuar nesta

categoria até dois anos após a formatura” (Sociedade Portuguesa de Ciências Veterinárias)

“sócios extraordinários estudantes, os indivíduos que frequentem cursos de Geografia de instituições de ensino superior universitário em Portugal.” (Associação Portuguesa de Geógrafos)

Uma situação semelhante é o estatuto de sócio estagiário ou em formação, reconhecido por algumas associações (sobretudo na área da saúde e no caso das Ordens)

“Associados candidatos, sendo estes médicos a frequentar o estágio para a especialidade de urologia, em serviço idóneo, reconhecido pela Ordem dos Médicos.” (Associação Portuguesa de Urologia)

“Tem a categoria de membro estagiário o titular de licenciatura na área da ciência económica que, para acesso a membro efectivo, se encontra a frequentar estágio.” (Ordem dos Economistas)

Em alguns casos, este tipo de estatuto tem um carácter probatório, antecedendo a “evolução” para sócio efectivo, mediante o cumprimento de certos requisitos:

“Podem ser membros estudantes da Ordem os portugueses ou estrangeiros que frequentem, numa instituição portuguesa de ensino superior, um curso de licenciatura reconhecido. Os membros estudantes que concluem a sua licenciatura e aqueles que abandonem os estudos sem conclusão da licenciatura devem comunicar tais circunstâncias ao conselho directivo para efeitos de, respectivamente, requererem a mudança de categoria ou a perda da qualidade de membro.” (Ordem dos Biólogos)

“Designam-se associados estagiários, os licenciados com as habilitações necessárias, mas que não preencham os restantes requisitos para Associado Efectivo. Os associados estagiários que venham a obter as qualificações necessárias à inscrição como associados efectivos devem requerer a mudança de categoria à Direcção, produzindo prova dessas qualificações.” (Associação Profissional de Arqueólogos)

No outro extremo da carreira estão os sócios jubilados ou eméritos (mais comuns nas associações disciplinares ou profissionais da área da saúde), cujo critério de classificação é a situação na profissão (reformado), a idade ou a antiguidade na associação

“Eméritos: os sócios efectivos da SPCV que, de há longa data, nela estejam filiados e que possuam uma carreira profissional ou associativa que os imponha à consideração e ao respeito gerais; os sócios eméritos, ao receberem esta distinção, mantêm a condição de sócios efectivos, sendo-lhes facultativo o pagamento de quota” (Sociedade Portuguesa de Ciências Veterinárias)

“Serão sócios eméritos os sócios efectivos que entretanto se reformem das suas

actividades profissionais.” (Sociedade Portuguesa de Genética Humana)

“Os sócios eméritos são aqueles que pela sua obra e exemplo contribuíram para o progresso e prestígio da Neurologia Portuguesa e da SPN.” (Sociedade Portuguesa de Neurologia)

“Os Sócios Titulares com mais de 70 anos passarão à categoria de Sócios Eméritos” (Sociedade Portuguesa de Oncologia)

“Os Sócios Titulares que perfaçam trinta e cinco anos da actividade associativa, tenham cumprido com os seus deveres associativos, e tenham mais de sessenta e cinco anos passarão à categoria de Sócios Eméritos” (Sociedade Portuguesa de Ortopedia e Traumatologia)

Na categoria sócios correspondentes cabem várias situações diferentes. Na maioria das associações este estatuto aplica-se a sócios residentes no estrangeiro (portugueses ou de outra nacionalidade)

“São sócios correspondentes os portugueses ou estrangeiros, residentes fora de Portugal, que, por qualquer forma, se interessem pela Associação e possam prestigiá-la, mas que, não estando sujeitos ao pagamento de quota, não gozam dos privilégios que esta concede” (Associação Lusitana de Fitossociologia)

“as pessoas singulares ou colectivas, que residam no estrangeiro e manifestem interesse em fazer parte dela, enquanto se dediquem a actividades relacionadas com a Artroscopia, Traumatologia Desportiva e Cirúrgica do joelho.” (Associação Portuguesa de Artroscopia e Traumatologia Desportiva)

“Correspondente - as pessoas singulares não residentes em território nacional que não participando das actividades da APH estejam, no entanto, interessadas em colaborar nos seus objectivos e em receber informação” (Associação Portuguesa de Horticultura)

“Podem ser Associados extraordinários correspondentes pessoas singulares residentes no estrangeiro” (Associação Portuguesa de Profissionais em Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho)

“Personalidade nacional ou estrangeira não residente em Portugal, com obra científica de averiguado mérito, no campo da Endocrinologia.” (Sociedade Portuguesa de Endocrinologia, Diabetes e Metabolismo)

“ todos os médicos ortopedistas estrangeiros que reúnam as condições previstas para sócios extraordinários e que não exerçam a sua actividade em Portugal.” (Sociedade Portuguesa de Ortopedia e Traumatologia)

“pessoas individuais estrangeiras que se tenham destacado no âmbito da História da Arte e tenham desenvolvido da História da Arte e tenham desenvolvido trabalhos com interesse para esta disciplina em Portugal” (Associação Portuguesa de Historiadores da

Arte)

Mas noutras aos associados que não cumpram todos os requisitos para serem sócios efectivos

“Correspondentes - Pessoas singulares que, não reunindo as condições de admissão como associados efectivos, manifestem interesse pelos objectivos da APMG e desejem ter acesso às suas informações e benefícios.” (Associação Portuguesa de Meteorologia e Geofísica)

“São sócios Correspondentes as pessoas que trabalhando de forma similar à da sociedade ou que tendo uma formação diferente da desta, contribuíram de qualquer modo para a prossecução dos seus objectivos e reconhecidos como tal, são admitidos nesta categoria.” (Sociedade Portuguesa de Psicoterapias Breves)

Porém, num maior número de associações esta situação assume a designação de sócios agregados, afiliados ou associados

“Membros agregados, a que podem pertencer: a) mulheres e homens com grau académico superior em áreas científicas, independentemente da nacionalidade; b) associações de cientistas; c) quaisquer pessoas colectivas sem fins lucrativos, nacionais ou estrangeiras, que se identifiquem com os fins da Associação e desejem participar na realização do seu objecto.” (Associação Portuguesa de Mulheres Cientistas)

“Associados afiliados, sendo estes técnicos de saúde não médicos que trabalham em áreas relacionadas com a urologia, interessando-se pelas suas matérias e que desejem manter-se ligados à actividade da Associação” (Associação Portuguesa de Urologia)

“Agregados — Os não licenciados em Medicina que cultivem ciências afins à medicina ou que, de algum modo, se interessem pelo progresso das ciências médicas” (Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa)

“Podem ser sócios extraordinários todos os portugueses e estrangeiros diplomados com cursos superiores que se dediquem com reconhecido mérito a qualquer aspecto científico ou prático das especialidades radiológicas, desde que estejam na posse de todos os seus direitos civis e profissionais. Podem ser sócios agregados todos os portugueses ou estrangeiros, diplomados ou não com cursos superiores, que manifestem interesse pelas ciências radiológicas, desde que estejam na posse dos seus direitos civis.” (Sociedade Portuguesa de Radiologia e Medicina Nuclear)

“Podem adquirir a qualidade de associados extraordinários as pessoas, singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras, que, não estando compreendidas no número anterior, possam, pela sua formação ou actividades, corresponder aos objectivos da Associação.” (Associação de Professores de Latim e Grego)

Em alguns casos, este estatuto é designado como sócio extraordinário, que em outras

associações corresponde a uma posição honorífica, reservada aos membros mais qualificados

“Podem ser associados extraordinários, os indivíduos: a) com competência profissional comprovada em Engenharia do Ambiente, de acordo com regulamento próprio; b) possuidores de mestrado ou doutoramento em Engenharia do Ambiente.” (Associação Portuguesa de Engenharia do Ambiente)

“Poderão ser Membros Extraordinários todos aqueles que possuam habilitações académicas ao nível de doutoramento na área do Planeamento e Ordenamento do Território.” (Associação Portuguesa de Planeadores do Território)

Noutras associações ainda, os membros sem condições para serem efectivos são designados como sócios aderentes, mas noutros casos este estatuto é reservado a outras associações ou entidades colectivas

“Podem ser sócios aderentes as Associações científicas, nacionais ou internacionais que permutem com a Associação Portuguesa de Argilas a qualidade de sócio” (Associação Portuguesa de Argilas)

“Podem ser membros aderentes as associações congéneres, nacionais ou internacionais, que permutem a qualidade de membro com a APRH.” (Associação Portuguesa de Recursos Hídricos)

“Poderão ser Membros Aderentes as associações, nacionais e estrangeiras, que permutem a qualidade de membro com a APPLA.” (Associação Portuguesa de Planeadores do Território)

Por fim, um quarto das associações prevê a inclusão de sócios colectivos, que são geralmente outras associações ou entidades públicas ou privadas envolvidas na mesma área de actividade (com predominância para as associações da área da engenharia³⁶)

“Podem ser membros colectivos da associação todas as instituições públicas ou privadas portuguesas que prossigam os objectivos e cumpram as obrigações estatutárias.” (Associação Portuguesa de Avaliação de Impactes)

“Podem ser membros colectivos as associações congéneres e as diferentes entidades públicas ou privadas cujas actividades ou interesses se relacionem com o Controlo Automático.” (Associação Portuguesa de Controlo Automático)

“Podem ser membros institucionais a administração pública, associações, cooperativas, organismos culturais ou profissionais, instituições, sociedades e outras entidades, públicas ou privadas, que desenvolvam actividades no campo da Engenharia Natural ou campos afins ou ainda as associações congéneres, nacionais ou internacionais, que

³⁶ Rilling (1986) constatou o papel relevante desempenhado pelas empresas e centros de investigação sócias da Sociedade Alemã de Química, como financiadores (quotas e donativos) e como participantes nos órgãos sociais.

permutem a qualidade de membro com a APENA.” (Associação Portuguesa de Engenharia Natural)

“Podem ser membros colectivos as associações congéneres e as diferentes entidades públicas ou privadas de utilidade pública, cuja acção se relacione com a Epidemiologia.” (Associação Portuguesa de Epidemiologia)

“Pessoas colectivas interessadas em objectivos da SPEDM.” (Sociedade Portuguesa de Endocrinologia, Diabetes e Metabolismo)

“Serão «sócios colectivos» instituições publicas ou privadas com actividade no domínio da Química ou de Ciências afins.” (Sociedade Portuguesa de Química)

“Podem ser associados institucionais as entidades com actividade no domínio do ensino, da investigação, da indústria ou outros de algum modo relacionados com a Metrologia.” (Sociedade Portuguesa de Metrologia)

As categorias de sócios são também importantes para determinar o poder que lhes é outorgado dentro das associações, nomeadamente a capacidade de votar e ser eleito para os cargos dos órgãos sociais. Em 39% dos casos apenas os sócios efectivos têm direito a voto (e em algumas associações apenas após um período mínimo de pertença à associação) em 16% das associações todos os tipos de sócios têm este direito; nas restantes este direito é restrito a algumas categorias (fundadores, honorários, aderentes, beneméritos), geralmente com a exclusão dos estudantes, estagiários e correspondentes.

O direito a ser eleito é ainda mais restrito: reservado a sócios efectivos em 43% dos casos, aberto a todos apenas em 11% das associações. Várias associações distinguem ainda a elegibilidade dos sócios segundo os órgãos sociais, reservando geralmente os cargos de direcção para os sócios efectivos.

Organização interna das associações científicas

Todas as associações consideradas têm uma estrutura comum, mencionada nos estatutos, que deriva das obrigações legais, composta por três órgãos: mesa da assembleia geral, direcção, conselho fiscal. Porém, uma parte das associações (99, o que representa um pouco mais de um terço da amostra analisada) tem previsto nos estatutos outros órgãos constituintes, como conselhos consultivos, conselhos científicos ou conselhos de ética (Quadro 3.3).

Quadro 3.3 Órgãos previstos nos estatutos

	Nº	%
Conselho consultivo	37	14,1
Conselho científico	35	13,4
Conselho de ética/deontologia	21	8,0
Conselho Nacional/Geral	9	3,4
Comissão de Ensino/formação	6	2,3
Comissão editorial	5	1,9
Comissão de Admissão	5	1,9
Outros	9	3,4

N = 262

O conselho consultivo, mais comum nas associações disciplinares, é geralmente composto não só por membros da associação (sócios, participantes nos órgãos sociais em mandatos actuais ou anteriores) como por individualidades externas (ver Tabela 3.2). A composição destes conselhos é determinada em alguns casos por nomeação, noutros por eleição.

Tabela 3.2 Tipos de membros previstos nos Conselhos Consultivos

Membros do Conselho	Exemplos
Consultivo	
Membros dos órgãos sociais da associação, responsáveis de núcleos ou secções	“a) Os elementos que integram a Mesa da Assembleia Geral; b) Os elementos que integram a Direcção; c) Os elementos que integram o Conselho Fiscal; d) Os presidentes e os tesoureiros das Direcções Regionais; e) Os presidentes das Mesas das Assembleias Regionais; f) Os presidentes das Comissões Especializadas; g) Os presidentes da Mesa da Assembleia Geral, da Direcção e do Conselho Fiscal do mandato antecedente. h) Os presidentes da Mesa das Assembleias Regionais e das Direcções Regionais do mandato antecedente” (Associação Portuguesa de Engenharia do Ambiente)
Sócios fundadores ou honorários	“membros Residentes ou Honorários do Fórum de reconhecida idoneidade e craveira científica” (Fórum Internacional dos Investigadores Portugueses) “associados fundadores” (Sociedade Portuguesa de Simulação Ambiental e Avaliação de Riscos)
Antigos presidentes da direcção	“todos os ex-Presidentes da Direcção, um dos quais presidirá” (Associação Portuguesa de Horticultura)

Representantes de instituições nacionais	<p>“sócios efectivos ou membros associados da APS que assegurem a mais ampla representatividade, junto da Associação, das instituições que em Portugal cultivem a Sociologia” (Associação Portuguesa de Sociologia)</p> <p>“Os Presidentes das Entidades Reguladoras Nacionais com competência específica nas áreas relevantes para a actividade da Associação” (Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações)</p>
Representantes de instituições internacionais	<p>“representantes em Portugal da Associação Internacional de Economistas Agrícolas e da Associação Europeia de Economistas Agrícolas” (Associação Portuguesa de Economia Agrária)</p>
Representantes de áreas científicas	<p>“representantes de várias áreas científicas, escolhidos de entre associados” (Sociedade Portuguesa de Ciências em Animais de Laboratório)</p>
Individualidades de mérito	<p>“personalidades de reconhecido mérito” (Ad Urbem Associação para o Desenvolvimento do Direito do Urbanismo e da Construção)</p> <p>“entidades idóneas, de reconhecido mérito no campo da ovinicultura e caprinicultura, que tenham prestado relevantes serviços à Sociedade” (Sociedade Portuguesa de Ovinotecnia e Caprinotecnia)</p>

Quanto às atribuições dos conselhos consultivos, a principal e mais recorrente nos estatutos é a formulação de pareceres e recomendações, sobre questões como actividades, orçamento, admissão e destituição de sócios, alteração de estatutos, redacção de regulamentos, política editorial, orientações estratégicas, criação de comissões especializadas. Em alguns casos são-lhe atribuídas também funções de coadjuvar acção da direcção, promover iniciativas, colaborar em matérias de relações internacionais, fiscalizar a acção de secções e comissões e deliberar sobre pedidos e recursos.

Quanto ao Conselho Científico (mais frequente nas associações de divulgação científica), pode ser constituído por membros da associação (sócios, membros dos órgãos sociais) mas é mais comum ser composto por indivíduos ou entidades externos (podendo em alguns casos ser estrangeiros), a quem é reconhecido “mérito científico” (ex. Associação Viver a Ciência, Centro Internacional de Matemática) ou “idoneidade científica” (ex. Associação de Arqueologia e Defesa do Património da Madeira, Centro Internacional de Direitos Económicos Sociais e Culturais) ou “qualificação notória” (ex. Associação Portuguesa de Antropologia) ou “competências e conhecimentos” (ex. Sociedade Portuguesa de Menopausa). As funções que

lhes são atribuídas nos estatutos são maioritariamente a formulação de pareceres científicos (sendo menos frequente a emissão de pareceres sobre a admissão de sócios, a criação de secções, os relatórios e contas, candidaturas a prémios, bolsas e projectos), mas também em alguns casos propor iniciativas, orientar as publicações científicas, coordenar a actividade científica, propor a designação de personalidades científicas para cargos ou como oradores em seminários, organizar as actividades de formação, apoiar a investigação e a divulgação, promover a organização de encontros científicos, avaliação de artigos e comunicações a congressos.

Os conselhos de ética e deontologia (que em alguns casos assumem a designação de comissão de jurisdição ou comissão disciplinar), presentes em todas as Ordens profissionais e mais raramente noutros tipos de associações, são normalmente constituídos por membros das associações, sem que na maioria dos casos seja explícito o critério de eleição ou nomeação; constituem excepções as referências a representantes de núcleos regionais e, no caso da Sociedade Portuguesa de Ciências em Animais de Laboratório, a “representantes de várias áreas científicas, tais como medicina veterinária, farmácia, medicina, biologia, bioquímica, psicologia, direito e ética, além de um representante da sociedade civil”. As funções dos conselhos de ética e deontologia consistem em dar pareceres, elaborar o código de ética, fiscalizar o cumprimento das normas, estatutos e regulamentos, exercer ou propor o exercício do poder disciplinar, atender a reclamações sobre infracções éticas ou deontológicas, analisar recursos e dirimir conflitos.

Os Conselhos Nacionais ou Gerais são compostos por membros das associações (sócios ou titulares dos órgãos sociais) e desempenham funções semelhantes às dos conselhos consultivos.

As comissões de ensino ou formação são responsáveis por esta área de actividade no seio das associações. A título de exemplo, compete-lhes:

“A Comissão de Ensino é o órgão superior da Associação no plano científico e didáctico, competindo-lhe zelar pelo prestígio desta e das suas iniciativas e pelo aperfeiçoamento progressivo dos seus associados e respectivas actividades. Compete especialmente à Comissão de Ensino: a) Elaborar anualmente um programa de actividades científicas e didácticas; b) Elaborar os programas didácticos que orientam os curricula dos psicanalistas e psicoterapeutas psicanalíticos em formação; c) Aconselhar nos seus estudos os psicanalistas e psicoterapeutas psicanalíticos em formação mantendo a documentação (relatórios de supervisões e sobre seminários, entrevistas iniciais, etc), sobre tais actividades, sendo tal documentação eliminada quando o candidato se torne

associado aderente; d) Atribuir os graus em formação, aderente, titular e didacta; e) Ratificar a admissão de novos associados e a categoria a atribuir-lhes, bem como eventuais mudanças de categoria, estabelecidas pela Comissão de Ensino; f) Pronunciar-se sobre todos os assuntos que sejam submetidos pelos restantes órgãos sociais.” (Associação Portuguesa de Psicanálise e Psicoterapia Psicanalítica)

De igual modo, as comissões editoriais são responsáveis pela gestão da edição das publicações das associações, podendo ser constituídas por elementos externos. Por exemplo, à Comissão de Redacção da *Revista Portuguesa de Ciências Veterinárias* da Sociedade Portuguesa de Ciências Veterinárias compete “a) Orientar as publicações da SPCV; b) Zelar pela qualidade da colaboração nos aspectos científico, técnico e deontológico; c) Promover a regular edição das publicações de carácter periódico; d) Promover, quando for caso disso, a edição de obras científicas e técnicas de carácter eventual.”

As Comissões de Admissão, como a designação indica, destinam-se a regular a entrada de sócios nas associações. Por exemplo, no caso da Sociedade Portuguesa de Segurança e Higiene Ocupacionais, “decidir sobre a admissão às categorias de sócio efectivo, não efectivo e honorário, a qual requer, pelo menos, quatro votos favoráveis”.

Entre outros tipos de órgãos presentes nas associações científicas estão comissões coordenadoras, congressos nacionais (compostos por todos os membros), conselho de fundadores, conselho de mérito, conselho de secções, conselho de representantes. Tem maioritariamente funções consultivas.

Divisão em secções

Uma boa parte das associações têm prevista nos estatutos a divisão em secções temáticas, núcleos regionais ou grupos de trabalho (Quadro 3.4).

Quadro 3.4 Divisões internas previstas nos estatutos

	Nº	%
Núcleos regionais	94	35,9
Secções temáticas	64	24,4
Grupos de trabalho	60	22,9

N = 262

Os núcleos regionais são o tipo mais frequente de divisão interna: foram encontrados nos estatutos de 94 associações (cerca de um terço da amostra). Tal como no item anterior, na maioria dos casos a informação dada sobre os núcleos regionais é vaga e flexível, referindo mais vezes o processo de constituição (incluindo os critérios, frequentemente numéricos ou baseados no “interesse e o dinamismo dos associados dessa região”, Associação Portuguesa de Professores de Inglês) que a sua efectivação ou objectivos. Na maioria dos casos, nem a localização dos núcleos é especificada:

“pode estabelecer delegações em qualquer parte do território nacional ou no estrangeiro” (Associação Nacional de Bioquímicos)

“podendo criar delegações regionais sempre que o justifiquem a realização dos seus fins e a qualificação ou número dos respectivos sócios.” (Associação Portuguesa de Epidemiologia)

“podendo criar Delegações em qualquer ponto do território nacional, mediante decisão da Assembleia Geral.” (Associação Portuguesa de Mecânica Teórica, Aplicada e Computacional)

“Em qualquer parte do país ou do estrangeiro poderão ser abertas delegações em zonas onde existam pelo menos dez sócios” (Associação Portuguesa de Horticultura)

Numa minoria de casos, a distribuição regional dos núcleos é indicada, seguindo limites administrativos como as NUTS2:

“A SPBT terá 5 Delegações Regionais: Norte, Centro, Sul, Açores e Madeira” (Sociedade Portuguesa de Biotecnologia)

“A constituição de um Núcleo Regional é de iniciativa de um grupo de associados residentes numa mesma região geográfica. 2. Para efeito do número anterior consideram-se as seguintes regiões: a) região norte, abrangendo as bacias hidrográficas dos rios Minho, Lima Cávado, Ave e Douro e dos restantes rios que desaguam no litoral entre a foz do rio Minho e a do rio Douro; b) região centro, abrangendo as bacias hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis e dos restantes rios que desaguam no litoral entre a foz do rio Vouga e a do rio Lis; c) região Tejo, abrangendo as bacias hidrográficas do rio Tejo e dos restantes rios que desaguam no litoral entre a foz do rio Lis e do rio Sado; d) região sul, abrangendo as bacias hidrográficas dos rios Sado, Mira e Guadiana e dos restantes rios que desaguam a sul da foz do rio Sado e no litoral algarvio; e) arquipélago da Madeira; f) arquipélago dos Açores.” (Associação Portuguesa de Recursos Hídricos)

“A constituição de um Núcleo Regional é de iniciativa de um grupo de associados

residentes numa mesma região geográfica, desde que esse grupo contenha pelo menos doze membros efectivos da Associação. 2. Para efeito do número anterior, consideram-se as seguintes regiões: a) Região Norte, abrangendo a região correspondente à actual CCDR-N; b) Região Centro, abrangendo a região correspondente à actual CCDR-C; c) Região Tejo e Sul, abrangendo as regiões correspondentes às actuais CCDR-LVT, CCDR-Alentejo e CCDR-Algarve; d) Arquipélago da Madeira; e) Arquipélago dos Açores.” (Associação Portuguesa de Engenharia Natural)

ou a localização dos associados

“Associação estrutura-se à partida em três Secções: O Colégio de Lisboa, o Colégio de Coimbra e o Colégio de Bragança.” (Antena do Campo Freudiano)

“Secções Regionais: Norte, Centro e Sul, com sedes respectivamente no Porto, em Coimbra e em Lisboa.” (Sociedade Portuguesa de Estomatologia e Medicina Dentária)

“Delegações Regionais em Braga, Coimbra, Faro, Madeira, Açores Lisboa e Porto” (Associação Portuguesa de Professores de Biologia e Geologia)

Os objectivos destes núcleos regionais estão na maioria das vezes omissos, constituindo excepção:

“Nas capitais de província ou outras cidades onde o número de sócios ou as instituições de ensino ou de investigação o justifiquem, a direcção poderá, por proposta dos sócios residentes nas áreas, nomear delegações compostas por um a três desses sócios, as quais terão a função de incentivar e coordenar todas as actividades regionais de carácter científico que se filiem nos objectivos da Sociedade.” (Sociedade Portuguesa de Pastagens e Forragens)

“Por Pólo entende-se um núcleo de, no mínimo, cinco sócios efectivos que na Instituição onde se integram pretendam dinamizar actividades no âmbito da Sociedade portuguesa de Astronomia. Cada Instituição não poderá ter mais do que um Pólo.” (Sociedade Portuguesa de Astronomia)

O trabalho de Cappell e Guterbok (1986) sobre a partição da American Sociological Association em secções revela que esta é indicativa da organização social da associação mas também da estrutura cognitiva da disciplina, constituindo-se as linhas de fractura segundo divergências paradigmáticas e metodológicas.

A divisão em secções temáticas (assumindo diferentes designações, como “colégios”, no caso das Ordens) está prevista nos estatutos de 64 associações (cerca de um quarto da amostra), maioritariamente de âmbito disciplinar ou profissional. Na maioria dos casos, a redacção dos estatutos incide principalmente sobre a forma de constituição das secções temáticas (processo de criação ou extinção), mais do que sobre a sua definição ou objectivos. Estas secções

destinam-se a agrupar sócios ou desenvolver actividades por áreas especializadas,

“1. No plano profissional a Ordem organiza-se em especialidades e especializações. 2. Entende-se por especialidade um domínio das actividades do economista, com características técnicas e científicas próprias, que assumam no País grande relevância económica e social. 3 - São, desde já, reconhecidas as seguintes especialidades: a. Economia política; b. Economia e gestão empresariais. 4. Entende-se por especialização uma área restrita da actividade do economista contida numa especialidade ou abrangendo matérias de várias especialidades que assumam importância científica e técnica e desenvolvam metodologia específica.” (Ordem dos Economistas)

ainda que em alguns casos seja referida a natureza interdisciplinar das secções. Se na maioria dos casos a especificação das secções esteja ausente (ex. “Os Associados poderão organizar-se em secções, por ramos de actividade ou de conhecimento, a fim de melhor serem atingidos os objectivos da Associação”, Associação Portuguesa de Profissionais em Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho), noutros está prevista à partida:

“A APLX organiza, para fins científicos, técnicos e de ensino, dois departamentos: Departamento de Psicanálise e Departamento de Psicoterapia Psicanalítica, cada um com a sua formação e graduação específicas, uma vez que se trata de técnicas diferentes de psicoterapia e com objectivos terapêuticos diferentes, a psicanálise e a psicoterapia psicanalítica” (Associação Portuguesa de Psicanálise e Psicoterapia Psicanalítica)

“A SPCE-TC tem secções de: a) Ciência e Tecnologia de Células Estaminais, b) Terapias Celulares e Engenharia de Tecidos e c) Aspectos Éticos, Legais e Sociais, que se ocupam do desenvolvimento específico dessas áreas.” (Sociedade Portuguesa de Células Estaminais e Terapia Celular)

“a) Secção de Radiodiagnóstico b) Secção de Radioterapia-Oncologia c) Secção de Medicina Nuclear d) Secção de Neurorradiologia e) Secção de Radiologia Cardio-Vascular e de Intervenção f) Secção de Radiologia Pediátrica g) Secção de Física Médica, Radiobiologia, Radioprotecção e Informática Médico-Radiológica h) Secção de Ultrassonografia i) Secção de Ressonância Magnética j) Secção de Densitometria Óssea k) Secção de TC – TEP (Tomografia Computorizada – Tomografia de Emissão de Positrões). l) Secção de Radiologia Osteoarticular” (Sociedade Portuguesa de Radiologia e Medicina Nuclear)

Quanto aos objectivos da divisão em secções, são explicitados em apenas 5 associações, de que são exemplo:

“As Comissões Especializadas visam um dos seguintes objectivos: a) a organização das actividades formativas e informativas básicas da Associação, nomeadamente no plano cultural, editorial e de divulgação, informação e documentação; b) a análise e debate de

questões fundamentais ligadas às áreas sectoriais de que se ocupam, promovendo a difusão de conhecimentos e o intercâmbio de experiências entre os associados interessados” (Associação Portuguesa de Recursos Hídricos)

“estudo de problemas diferenciados, em áreas específicas no campo da Cardiologia, sempre que a sua amplitude, o número de interessados e de trabalhos efectuados nesse campo o justifique” (Sociedade Portuguesa de Cardiologia)

“Sob a designação de Vet-Clubes são criadas Sociedades Especializadas regionais com o objectivo de promoverem o convívio, o associativismo e a permuta ou divulgação de informações técnicas e científicas, bem como levarem a efeito estudos de carácter interdisciplinar, através do convite de personalidades não veterinárias para debaterem, nas suas reuniões, temas próprios ao âmbito dos respectivos ramos profissionais e técnicos” (Sociedade Portuguesa de Ciências Veterinárias)

Um quarto dos estatutos analisados inclui ainda a referência à constituição de grupos de trabalho, estruturas geralmente temporárias e centradas na análise de questões específicas:

“o estudo de problemas específicos no âmbito das atribuições da Associação” (Associação Portuguesa de Controlo Automático)

“constituídos por médicos sobre variados temas cardiológicos, de modo a aglutinar os diversos interessados nesses temas em todo o País, facilitando a sua reunião, a elaboração de projectos comuns de trabalho, intercâmbios de rotinas e informações (...) dando o seu parecer sobre trabalhos a realizar, a publicar ou a apresentar em congressos, sessões científicas ou nas publicações oficiais” (Sociedade Portuguesa de Cardiologia)

“implementar grupos de trabalho para o desenvolvimento de temas científicos e para a elaboração de pareceres no âmbito da área da especialidade” (Associação Portuguesa de Enfermeiros Obstetras)

“comissões especializadas para o estudo e a divulgação de questões relevantes, podendo convidar para as integrar ou dirigir personalidades de reconhecida competência” (Associação Portuguesa de Teoria do Direito, Filosofia do Direito e Filosofia Social)

Referências

Almeida, Ana Nunes *et al* (1999), *Perfil da investigação científica em Antropologia, Demografia, Geografia e Sociologia*, Lisboa: OCT

Barke, Richard P. (2003). "Politics and Interests in the Republic of Science". *Minerva*, 41(4), pp.305-325.

Bruggeman, Jeroen (2008), *Social networks: an introduction*, Londres: Routledge.

Cappell, Charles L. e Guterbock, Thomas M. (1986). "Dimensions of Association in Sociology: an Organizational Map of an Academic Discipline". *Bulletin de Méthodologie Sociologique*, 9(1), pp.23-39.

Caraça, João (2001), *O que é a ciência*, Lisboa: Quimera

Conceição, Cristina Palma (2008), *Ciência Viva no Verão 2008: as apreciações expressas pelos participantes*, Lisboa, Ciência Viva

Conceição, Cristina Palma (2010), *Ciência Viva no Verão 2009: análise das acções e das apreciações expressas pelos participantes*, Lisboa, Ciência Viva.

Costa, António Firmino *et al* (2005), *Cultura científica e movimento social*, Oeiras: Celta

Costa, António Firmino *et al* (2005), *Cultura Científica e Movimento Social*, Lisboa: Celta

Crawford, Elisabeth, Shinn, Terry e Sörlin, Sverker (1993). The nationalization and denationalization of the sciences: an introductory essay. In E. Crawford, T. Shinn, & S. Sörlin, eds. *Denationalizing Science: The Contexts of International Scientific Practice*. Dordrecht: Kluwer Academic Publisher, 1-42.

Delicado, Ana (2006). "A promoção da cultura científica nos museus em Portugal", *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 51, pp. 53-72

Delicado, Ana, Almeida, Ana Nunes de e Ferrão, João (2002), *Caracterização do voluntariado em Portugal*, Lisboa: Comissão Nacional para o Ano Internacional do Voluntariado.

Felt, Ulrike, 2003. *OPUS Optimising Public Understanding of Science and Technology - Final*

Report, Viena: Vienna Interdisciplinary Research Unit for the Studies of Science and Society.

Fonseca, Rui Brito e Gonçalves, M. Eduarda (2009), “A Biologia na imprensa portuguesa 2000-2004”, in M. E. Gonçalves e J. Freire, *Biologia e biólogos em Portugal*, Lisboa: Esfera do Caos, 243-271

Frankel, Mary S., (1989). “Professional codes: Why, how, and with what impact?”. *Journal of Business Ethics*, 8(2-3), pp.109-115.

Gonçalves, M. Eduarda (2001), “A importância de ser Europeu: ciência, política e controvérsia sobre o risco da BSE em Portugal”, in J. A. Nunes e M. E. Gonçalves, *Enteados de Galileu? A semi-periferia no sistema mundial de ciência*, Porto: Afrontamento, 171-207

Gonçalves, M. Eduarda e Castro, Paula (2002). “Science, culture and policy in Portugal: a triangle of changing relationships?” *Portuguese Journal of Social Sciences*, 1(3), pp.157-173.

Gonçalves, M. Eduarda e Delicado, Ana, (2009). “The politics of risk in contemporary Portugal: tensions in the consolidation of science–policy relations”. *Science and Public Policy*, 36(3), pp.229-239.

Gonçalves, M. Eduarda, (1996). “Mitos e realidades da política científica portuguesa”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (46), pp.47-67.

GPEARI (2007), *Investigação e Desenvolvimento em Portugal - 1982 a 2003*, Lisboa: GPEARI/MCTES,
http://www.gpearl.mctes.pt/archive/doc/I_Demportugal1982_2003_20092007.pdf

GPEARI (2010), *Sumários Estatísticos CIS 2008 – Inquérito Comunitário à Inovação*, Lisboa, GPEARI/MCTES,
http://www.gpearl.mctes.pt/archive/doc/Sumarios_Estatisticos_cis2008_25022011_2_.pdf

GPEARI (2011), *Sumários Estatísticos IPCTN 2008 – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional*, Lisboa, GPEARI/MCTES,
http://www.gpearl.mctes.pt/archive/doc/sumestatisticos_ipctn08_versaofinal.pdf

Heitor, Manuel e Bravo, Manuel (2010). “Portugal at the crossroads of change, facing the shock of the new: People, knowledge and ideas fostering the social fabric to facilitate the

concentration of knowledge integrated communities”, *Technological Forecasting & Social Change*, 77, pp. 218-247.

Leslie, David M., (2007). “A Shifting Mosaic of Scholarly Publishing, Scientific Delivery, and Future Impact Changing the Face of Learned Societies”. *Journal of Mammalogy*, 88(2), pp.275-286.

Lousada, Maria Alexandre (2004), “Tradição e renovação nas associações profissionais”, in in J. Freire (org.), *Associações profissionais em Portugal*, Oeiras, Celta, 21-55.

Machado, Fernando Luís (2009), “Meio século de investigação sociológica em Portugal - uma interpretação empiricamente ilustrada”, *Sociologia*, vol. 19, pp. 283-343.

Martins, Susana da Cruz (2001) *Associações e modos de acção colectiva no âmbito dos novos movimentos sociais em Portugal*, Tese de mestrado, Lisboa, ISCTE

Meister, Albert, (1974) *La participation dans les associations*, Les Editions Ouvrières, Paris

Mendes, Hugo (2003), “Visibilidade da ciência na imprensa em Portugal (1990-1997)”, in M. E. Gonçalves (ed), *Os Portugueses e a Ciência*, Lisboa: Dom Quixote, 31-78

Moreau, Nicolas, Guérot, Claude e Durocher, Alain (2004). « Typologie des sociétés savantes médicales Enquête auprès de 129 organisations ». *Presse Medicale*, 33(12), pp.784-790.

Nave, Joaquim Gil e Fonseca, Susana (2000), *As Organizações Não Governamentais de Ambiente – Elementos de Fenomenologia*, Lisboa: Observa.

OCES (2003), *Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1982-2001: duas décadas de evolução do esforço de I&D em Portugal*, Lisboa: OCES/MCES

Pereira, Inês (2002), “Identidades em Rede”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, Oeiras, Celta Editora

Pereira, Inês (2009), *Movimentos em Rede, Biografias de Envolvimento e Contextos de Interação*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, ISCTE-IUL

Rego, Raquel (2004), “Enquadramento jurídico e participação social”, in J. Freire (org.), *Associações profissionais em Portugal*, Oeiras, Celta, 187-224.

Rego, Raquel (2007), *Dirigentes associativos: envolvimento e profissionalização/ Dirigeants*

associatifs: engagement et professionnalisation, dissertação de doutoramento em sociologia, ISCTE-Universit  Lille 1 (384 páginas): <https://iris.univ-lille1.fr/dspace/bitstream/1908/1627/1/50377-2007-Rego.pdf>.

Rego, Raquel *et al.*, (2011). “Regula o  tica nas associa es profissionais de cientistas: varia es por disciplina”, in T. Carvalho e R. Santiago (eds.), *Grupos Profissionais, Profissionalismo e Sociedade do Conhecimento*, Porto: Afrontamento. (no prelo)

Rilling, Rainer, (1986). “The Structure of the Gesellschaft Deutscher Chemiker (Society of German Chemists)”. *Social Studies Of Science*, 16(2), pp.235-260.

Rogers, Carol L. (1981). “Science Information for the Public: The Role of Scientific Societies”. *Science, Technology & Human Values*, 6(36), pp.36-40.

Sardinha, João (2003), “O associativismo cabo-verdiano na  rea Metropolitana de Lisboa e a inser o da comunidade cabo-verdiana na sociedade portuguesa” in *GeolNova, Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional*, vol. 8: 35-60.

Schimank, Uwe (1988). “Scientific associations in the German research system—Results of an empirical study”. *Knowledge in Society*, 1(2), pp. 69-85.

Schofer, Evan (2003). “International Science Associations, 1870-1990”. In G. S. Drori *et al.*, eds. *Science in the Modern World Polity: institutionalization and globalization*. Stanford CA: Stanford University Press, pp. 81-99.

Shad, Jasper G. (1997). “Scientific Societies and Their Journals: Issues of Cost and Relevance”. *The Journal of Academic Librarianship*, 18(5), pp.406-407.

Vieira, A. e Fiolhais, C. (2001), *Roteiro de Ciência e Tecnologia*, Almada: Ulmeiro

Weisz, George (2003). “The Emergence of Medical Specialization in the Nineteenth Century”. *Bulletin of the History of Medicine*, 77(3), pp. 536-574.

Anexos

a. Quadros do recenseamento de associações

Quadro a1 Associações científicas e com ligações ao campo científico por tipo

		Nº	%
Associações científicas	Disciplinar	250	19,1
	Profissional de cientistas	8	74,6
	De divulgação científica	64	3,9
	Outras associações científicas	13	2,4
	Total	335	
Associações com ligações ao campo científico	Associação de profissionais científicos e técnicos	66	65,3
	Associação de ambiente	14	13,9
	Associação de saúde	9	8,9
	Associação de outro âmbito	12	11,9
	Total	101	
Total		436	

Quadro a2 Associações científicas e com ligações ao campo científico por área disciplinar

	Associações científicas		Associações com ligações ao campo científico	
	Nº	%	Nº	%
Ciências Agrárias	12	3,6	5	5,0
Ciências da Engenharia e Tecnologias	31	9,3	12	11,9
Ciências Exactas	31	9,3	2	2,0
Ciências Médicas e da Saúde	121	36,1	32	31,7
Ciências Naturais	51	15,2	16	15,8
Ciências Sociais	33	9,9	12	11,9
Humanidades	33	9,9	13	12,9
Interdisciplinar	8	2,4	1	1,0
Sem disciplina	15	4,5	8	7,9
Total	335		101	

Quadro a3 Associações disciplinares e de divulgação científica por área disciplinar

	Disciplinar		De divulgação científica	
	Nº	%	Nº	%
Ciências Agrárias	11	4,4		
Ciências da Engenharia e Tecnologias	28	11,2	3	4,7
Ciências Exactas	8	3,2	22	34,4
Ciências Médicas e da Saúde	119	47,6		
Ciências Naturais	30	12	21	32,8
Ciências Sociais	31	12,4	1	1,6
Humanidades	18	7,2	15	23,4
Interdisciplinar	5	2		
Sem disciplina			2	3,1
Total	250		64	

Quadro a4 Associações científicas e com ligações ao campo científico por data de fundação

	Associações científicas		Associações com ligações ao campo científico	
	Nº	%	Nº	%
Século XIX	2	0,6		
Até 1950	19	5,7	2	2,0
1950-69	15	4,5	1	1,0
Anos 70	25	7,5	1	1,0
Anos 80	55	16,4	14	13,9
Anos 90	61	18,2	12	11,9
Anos 00	82	24,5	7	6,9
Anos 10	15	4,5		
Sem informação	61	18,2	64	63,4
Total	335		101	

Quadro a5 Associações científicas por tipo e data de fundação

	Disciplinar	Profissional de cientistas	De divulgação científica	Outras
Século XIX	2			
Até 1950	19			
1950-69	15			
Anos 70	19	1	3	2
Anos 80	47	1	7	
Anos 90	39	1	17	4
Anos 00	60	2	16	4
Anos 10	11	1	2	1
Sem informação	39	2	19	2
Total	250	8	64	13

Quadro a6 Associações científicas e com ligações ao campo científico por região

	Associações científicas		Associações com ligações ao campo científico	
	Nº	%	Nº	%
Norte	66	19,7	18	17,8
Centro	38	11,3	17	16,8
Lisboa e Vale do Tejo	199	59,4	61	60,4
Alentejo	4	1,2	1	1,0
Algarve	7	2,1	2	2,0
Madeira	4	1,2	1	1,0
Sem informação	17	5,1	1	1,0
Total	335		101	

Quadro a7 Associações científicas por tipo e região

	Disciplinar	Profissional de cientistas	De divulgação científica	Outro
Norte	53		12	1
Centro	22	1	15	
Lisboa e Vale do Tejo	156	6	28	9
Alentejo	1		5	2
Algarve	2		1	
Madeira	1		3	
Sem informação	15	1		1
Total	250	8	64	13

Quadro a8 Associações científicas e com ligações ao campo científico por tipo e objectivos

	Disciplinar	Profissional de cientistas	De divulgação científica	Outras associações científicas	De profissionais científicos e técnicos	Outras associações (lato)	Total
Promoção da ciência/investigação/estudo/disciplina	83,0	100,0	51,0	41,7	42,9	42,9	69,1
Divulgação científica	39,0	33,3	68,6	50,0	18,4	17,9	39,0
Educação/formação científica	30,9		17,6	33,3	55,1	28,6	31,7
Aconselhamento científico, pareceres, consultoria	8,5	66,7	9,8	8,3	38,8	10,7	28,2
Defesa/representação de interesses ou direitos	9,0	66,7	2,0	0,0	57,1	3,6	19,2
Comunicação científica (pares)	35,4		9,8	33,3	24,5	14,3	14,6
Relações internacionais (representação filiação)	21,5	16,7	13,7	33,3	20,4	3,6	13,8
Regulação da actividade	8,1				34,7		9,5
Transferência de conhecimento	4,0		2,0		2,0		3,0

Quadro a9 Associações científicas e com ligações ao campo científico por área disciplinar e objectivos

	Ciências Agrárias	Ciências da Engenharia e Tecnologias	Ciências Exactas	Ciências Médicas e da Saúde	Ciências Naturais	Ciências Sociais	Humanidades
Promoção da ciência/investigação/estudo/disciplina	73,3	78,6	45,8	72,6	62,1	72,5	71,8
Divulgação científica	26,7	40,5	66,7	32,3	46,6	30,0	38,5
Educação/formação científica	40,0	45,2	20,8	38,7	20,7	20,0	33,3
Comunicação científica (pares)	26,7	28,6	12,5	34,7	20,7	25,0	41,0
Relações internacionais (representação filiação)	13,3	35,7	8,3	18,5	19,0	20,0	12,8
Defesa/representação de interesses ou direitos	33,3	19,0	4,2	12,9	8,6	25,0	7,7
Aconselhamento científico, pareceres, consultoria	13,3	16,7	8,3	12,1	10,3	10,0	23,1
Regulação da actividade	13,3	14,3		11,3	6,9	22,5	
Transferência de conhecimento	6,7	16,7			5,2		

b. Questionário de inquérito às associações

No âmbito do projecto de investigação SOCSCI – Sociedades Científicas na Ciência Contemporânea, estamos a realizar um breve inquérito a sociedades científicas e associações portuguesas com alguma forma de intervenção no campo científico.

As respostas são confidenciais e apenas serão utilizadas para fins científicos. A sua participação é muito importante para a obtenção de dados cuja fiabilidade e representatividade assegurem a qualidade científica deste estudo.

O projecto de investigação SOCSCI é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (ref. PTDC/CS-ECS/101592/2008) e está a ser executado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, em colaboração com o CIES-IUL e o SOCIUS-ISEG. Mais informações sobre o projecto estão disponíveis na [página do ICS](#) ou [aqui](#).

Em caso de dúvidas no preenchimento por favor contacte: ana.delicado@ics.ul.pt ou ligue para 217804834.

1. Nome e sigla da associação

2. Em que ano foi fundada oficialmente a associação (ano de registo dos estatutos)?

3. Qual é a natureza da associação? (pode assinalar mais do que uma opção)

Científica	<input type="checkbox"/>
Profissional	<input type="checkbox"/>
Disciplinar	<input type="checkbox"/>
Técnica	<input type="checkbox"/>
Ambiental	<input type="checkbox"/>
De Juventude	<input type="checkbox"/>
De Saúde	<input type="checkbox"/>
De cultura, recreio, desporto	<input type="checkbox"/>
Cívica	<input type="checkbox"/>
Outra. Especifique:	<input type="checkbox"/>

4. Qual é a área disciplinar principal da associação?

Ciências Exactas	<input type="checkbox"/>
Ciências Naturais	<input type="checkbox"/>
Ciências Agrárias e Veterinárias	<input type="checkbox"/>
Ciências Médicas e da Saúde	<input type="checkbox"/>
Ciências da Engenharia e Tecnologia	<input type="checkbox"/>
Ciências Sociais	<input type="checkbox"/>
Humanidades	<input type="checkbox"/>
Interdisciplinar	<input type="checkbox"/>
Sem área disciplinar	<input type="checkbox"/>

5. Qual é o âmbito geográfico da associação?

Nacional	<input type="checkbox"/>
Regional	<input type="checkbox"/>
Local	<input type="checkbox"/>

6. A associação está dividida em núcleos, secções ou grupos de trabalho?

Sim	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>

7. Que tipo de núcleos, secções ou grupos de trabalho existem? (pode assinalar mais do que uma opção)

Regionais	<input type="checkbox"/>
Temáticos	<input type="checkbox"/>
Sub-disciplinares/especialidades	<input type="checkbox"/>
Outro. Especifique:	<input type="checkbox"/>

8. Nos últimos 5 anos a associação desenvolveu as seguintes **actividades de índole científica**?

	Regularmente	Ocasionalmente	Nunca
Representação de interesses profissionais de investigadores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Representação de interesses de outros profissionais técnico-científicos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ações de divulgação científica para estudantes do ensino básico e secundário	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ações de divulgação científica para o público em geral	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pareceres/aconselhamento científico de políticas públicas e decisões políticas e administrativas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Representantes em órgãos consultivos de políticas públicas de teor científico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Credenciação da actividade de investigadores científicos ou profissionais técnico-científicos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promoção da investigação científica através de prémios, bolsas, financiamento de projectos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Transferência de conhecimento/tecnologia para empresas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Prestação de serviços ou consultoria técnico-científica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Actividades de investigação científica (execução ou colaboração em projectos de investigação)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Edição de publicações científicas (revistas, livros)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Organização de congressos/seminários científicos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Comunicados/conferências de imprensa e outras formas de colaboração com os mass media sobre questões técnico-científicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Regularmente	Ocasionalmente	Nunca
Cursos de formação/actualização de natureza técnico-científica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Disponibilização de informação técnico-científica, biblioteca ou centro de documentação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outra. Especifique:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

9. Qual é aproximadamente o número actual de associados?

10. Qual é aproximadamente o peso percentual das seguintes categorias no conjunto de associados? (deve totalizar 100%)

Investigadores*	<input type="text"/>
Outros profissionais técnico-científicos**	<input type="text"/>
Professores do ensino básico e secundário	<input type="text"/>
Estudantes do ensino superior	<input type="text"/>
Estudantes de outros graus de ensino	<input type="text"/>
Cidadãos/público em geral	<input type="text"/>

100%

* Inclui investigadores de carreira, docentes do ensino superior, estudantes de doutoramento e mestrado.

** Inclui profissionais que não se dedicam primordialmente à investigação científica; por exemplo, médicos, engenheiros, biólogos, químicos, geólogos, sociólogos, antropólogos, arqueólogos, etc.

11. Que benefícios são disponibilizados aos associados? (pode assinalar mais do que uma opção)

Actividades só para associados (ex. cursos, congressos)	<input type="checkbox"/>
Redução ou isenção de pagamento das actividades (ex. cursos, congressos)	<input type="checkbox"/>
Redução ou isenção de pagamento das publicações da associação (revista, boletim)	<input type="checkbox"/>
Bolsas/subsídios	<input type="checkbox"/>
Apoio jurídico	<input type="checkbox"/>
Apoio na procura de emprego/estágios	<input type="checkbox"/>
Descontos em entidades parceiras (protocolos com empresas, lojas, etc.)	<input type="checkbox"/>
Outros. Especifique:	<input type="checkbox"/>

12. Quantos **investigadores** participam nos órgãos sociais da associação (actual mandato)?

Nenhum	<input type="checkbox"/>
Alguns	<input type="checkbox"/>
Metade	<input type="checkbox"/>
Maioria	<input type="checkbox"/>
Todos	<input type="checkbox"/>

13. A associação edita algum dos seguintes tipos de publicação? (pode assinalar mais do que uma opção)

Revista científica	<input type="checkbox"/>
Boletim/newsletter/jornal	<input type="checkbox"/>
Livros, monografias	<input type="checkbox"/>
Actas	<input type="checkbox"/>
Nenhum	<input type="checkbox"/>

14. A que públicos se dirigem as publicações da associação? (pode assinalar mais do que uma opção)

	Revista científica	Boletim/ newsletter	Livros	Actas
Investigadores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros profissionais técnico-científicos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Professores do Ensino Básico e Secundário	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estudantes do Ensino Superior	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estudantes de outros graus de ensino	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Público em geral	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

15. A associação tem código deontológico ou de ética?

Sim	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>

16. A associação tem um conselho ou comissão de ética ou deontologia?

Sim	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>

17. Se sim, nos últimos 5 anos o conselho de ética teve actividade (excluindo a redacção do código)?

Sim	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>

18. Se sim, indique qual?

19. Quantos trabalhadores remunerados tem actualmente a associação (tempo integral e/ou parcial)?

20. Quantos trabalhadores voluntários (não remunerados) tem actualmente a associação (excluindo cargos nos órgãos sociais)?

21. Qual foi o volume de despesas da associação em 2009?

Até 1.000 euros	
1.000 a 4.999 euros	
5.000 a 19.999 euros	
20.000 a 99.999 euros	
100.000 a 500.000 euros	
Mais de 500.000 euros	

22. Qual é aproximadamente o peso percentual de cada uma das seguintes fontes de financiamento no orçamento da associação em 2009? (deve totalizar 100%)

Quotizações/jóias de associados	
Venda de bens e serviços (incluindo publicações, congressos)	
Transferências relativas à participação em projectos de investigação ou eventos de divulgação científica	
Rendas e juros de património	
Subsídios/subvenções públicas	
Mecenato /donativos privados	
Outras	

100%

23. A associação manteve algum tipo de contacto, formal ou informal, com **associações portuguesas de natureza científica** nos últimos 5 anos?

Sim	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>

24. Se sim, quais as **associações portuguesas de natureza científica** com que manteve contactos (indique as 6 mais relevantes, com nome completo e sigla)?

a	
b	
c	
d	
e	
f	

25. Considerando as associações elencadas na questão anterior, que tipo de contactos existem? (pode assinalar mais do que uma opção)

	Contactos informais			Filiação			Projectos/ actividades conjuntos			Parcerias/ plataformas			Troca de informação/ publicações			Outro		
a	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>						
b	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>						
c	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>						
d	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>						
e	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>						
f	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>						

Se assinalou outro tipo de contacto, especifique:

26. Nos últimos 5 anos a associação manteve contactos com **associações científicas estrangeiras ou internacionais?**

Sim	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>

27. Se sim, que tipo de contactos manteve com associações científicas estrangeiras ou internacionais? (pode assinalar mais do que uma opção)

Contactos informais	<input type="checkbox"/>
Filiada numa associação internacional	<input type="checkbox"/>
Secção portuguesa de uma associação internacional	<input type="checkbox"/>
Projectos/ actividades conjuntos	<input type="checkbox"/>
Parcerias/ plataformas	<input type="checkbox"/>
Troca de informação/ publicações	<input type="checkbox"/>
Outro. Especifique:	<input type="checkbox"/>

28. Nos últimos 5 anos, a associação teve alguma colaboração, projecto ou parceria formal com alguma das seguintes **organizações científicas portuguesas?** (pode assinalar mais do que uma opção)

Fundação para a Ciência e a Tecnologia	<input type="checkbox"/>
Outros organismos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	<input type="checkbox"/>
Agência Ciência Viva	<input type="checkbox"/>
Estabelecimento de ensino superior	<input type="checkbox"/>
Laboratório do Estado	<input type="checkbox"/>
Centro de investigação	<input type="checkbox"/>
Empresa com actividades de investigação científica	<input type="checkbox"/>
Museu científico	<input type="checkbox"/>
Hospital com actividades de investigação científica	<input type="checkbox"/>
Outra. Especifique:	<input type="checkbox"/>

29. Nos últimos 5 anos, a associação teve alguma colaboração, projecto ou parceria formal com as seguintes **organizações portuguesas**? (pode assinalar mais do que uma opção)

Escolas do ensino básico e secundário	<input type="checkbox"/>
Assembleia da República	<input type="checkbox"/>
Administração central	<input type="checkbox"/>
Administração local (autarquias, etc.)	<input type="checkbox"/>
Hospitais	<input type="checkbox"/>
Empresas	<input type="checkbox"/>
Associações industriais/empresariais	<input type="checkbox"/>
Outro tipo de associações	<input type="checkbox"/>
Outras. Especifique:	<input type="checkbox"/>
<input type="text"/>	

30. Quais as principais dificuldades com que a associação actualmente se depara?

31. Observações

Se estiver interessado(a) em receber informação sobre os resultados deste projecto de investigação, por favor indique um email de contacto:

Muito obrigado pela sua colaboração.



c. Quadros do inquérito a associações

d. Grelha de análise dos estatutos das associações

Geral	ID
	Nome
	Objecto/Objectivos
	Natureza
	Sede
	Actividades/Atribuições
	Observações
Órgãos e divisões	Conselho Consultivo
	Conselho Consultivo - Composição
	Conselho Consultivo - Funções
	Conselho Científico
	Conselho Científico - Composição
	Conselho Científico - Funções
	Conselho de Ética/Deontologia
	Conselho de Ética/Deontologia - Composição
	Conselho de Ética/Deontologia - Funções
	Outros Órgãos
	Outros Órgãos - Composição
	Outros Órgãos - Funções
	Divisão em secções temáticas
	Divisão em secções temáticas - Critério
	Divisão em núcleos regionais
	Divisão em núcleos regionais - Critério
	Divisão em outros
	Divisão em outros - Critério
	Grupos de Trabalho
	Grupos de Trabalho - Critérios
Grupos de Trabalho - Finalidades	
Grupos de Trabalho - Actividades	
Observações	
Sócios	Sócios Individuais
	Sócios Individuais - Critérios
	Sócios Individuais - Formas
	Sócios Colectivos
	Sócios Colectivos - Critérios
	Sócios Colectivos - Formas
	Sócios Efectivos
	Sócios Efectivos - Critérios
	Sócios Efectivos - Formas
	Sócios Honorários
	Sócios Honorários - Critérios
	Sócios Honorários - Formas
	Sócios Beneméritos

	Sócios Beneméritos - Critérios
	Sócios Beneméritos - Formas
	Sócios Estudantes
	Sócios Estudantes - Critérios
	Sócios Estudantes - Formas
	Sócios Fundadores
	Sócios Fundadores - Critérios
	Sócios Fundadores - Formas
	Outro tipo de Sócios
	Outro - Critérios
	Outro - Formas
	Sócios Votantes
	Sócios Elegíveis
	Observações
Actividades	Reuniões Científicas
	Reuniões Científicas - Texto
	Publicações/Actividade editorial
	Publicações/Actividade editorial - Texto
	Biblioteca/Centro de Documentação
	Biblioteca/Centro de Documentação - Texto
	Museu
	Museu - Texto
	Congressos
	Congressos - texto
	Bolsas de Estudo
	Bolsas de Estudo - texto
	Prémios
	Prémios - texto
	Formação Técnica e Científica
	Formação Técnica e Científica - texto
	Código Deontológico
	Código Deontológico - Texto
	Relações Internacionais
	Relações Internacionais - Texto
	Relações Nacionais
	Relações Nacionais - Texto
	Observações